Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Formação de Professores

Luciano Faria da Silva

As normalistas representadas na Imprensa: o magistério pelas páginas do Jornal *O Fluminense* em Niterói (1955-1959)

São Gonçalo
2021

Luciano Faria da Silva

As normalistas representadas na Imprensa: o magistério pelas páginas do Jornal *O Fluminense* em Niterói (1955-1959)

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação - Processos Formativos e Desigualdades Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.ª Dra. Sônia de Oliveira Camara Rangel

São Gonçalo

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

S586 Silva, Luciano Faria da.
As normalistas representadas na Imprensa: o magistério pelas páginas do Jornal *O Fluminense* em Niterói (1955-1959) / Luciano Faria da Silva. – 2021.
124f.:il.

Orientadora: Prof.ª Dra. Sônia de Oliveira Camara Rangel.
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Ensino normal – Teses. 2. Professores de ensino de primeiro grau – Formação – Teses. I. Rangel, Sônia de Oliveira Camara. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CRB/7 - 4994 CDU 377.8

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Luciano Faria da Silva

As normalistas representadas na Imprensa: o magistério pelas páginas do Jornal *O Fluminense* em Niterói (1955-1959)

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação - Processos Formativos e Desigualdades Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 26 de novembro de 2021.

Banca Examinadora:

_____

Prof.ª Dra. Sônia de Oliveira Camara Rangel (Orientadora)

Faculdade de Formação de Professores – UERJ

_____

Prof. Dra. Angélica Borges

Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – UERJ

_____

Prof. Dra. Ariadne Lopes Ecar

Universidade de São Paulo

_____

Prof. Dra. Sonia Maria de Castro Nogueira Lopes

Universidade Federal do Rio de Janeiro

São Gonçalo

2021

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família, minha esposa Simone Pilar e ao meu maior inspirador para concluir esta pesquisa, meu filho Bernardo. Simone, na monografia da graduação, em Pedagogia, eu lhe agradeci por acreditar em mim, nos momentos em que nem eu acreditava. Na monografia da Pós-graduação, lhe agradeci por continuar acreditando em mim. Hoje lhe agradeço por ainda acreditar.

Dedico também a todas as normalistas.

AGRADECIMENTO

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a Deus, pois sem ele nada é possível!

Acredito que ninguém faz uma jornada sem ter ajuda de outras pessoas, nesta pesquisa não foi diferente. Sendo assim, gostaria de agradecer a algumas dessas pessoas, pois sem elas o caminho seria muito duro, talvez nem fosse possível.

Agradeço a minha família, minha esposa Simone Pilar e meu filho Bernardo por seu apoio, amor e inesgotável compreensão e paciência.

Agradeço a minha orientadora Professora Doutora Sonia Camara por seu empenho nesta pesquisa e por ter acreditado nela. Por suas preciosas orientações e, sobretudo por seu carinho e amizade.

Agradeço a banca de defesa composta pela professora doutora Angélica Borges, pela professora doutora Ariadne Ecar e pela professora doutora Sonia de Castro Lopes, por suas precisas contribuições que tanto enriqueceram este trabalho.

Agradeço aos meus colegas de turma que tanto contribuíram com minha formação em nossas discussões e conversas amigas, em especial Alessandra e Victória por sua amizade e companheirismo. Agradeço a minha amiga Flaviane pelo companheirismo em um dos momentos mais difíceis da minha vida.

Agradeço aos companheiros do Grupo de Pesquisa NIPHEI por suas preciosas contribuições a este trabalho, pela amizade e carinho, em especial aqueles que se debruçaram tantas vezes sobre meu texto em produção.

Agradeço aos professores do Programa Educação, Processos Formativos e Desigualdades Sociais, em especial a professora Vania Leite por seu carinho e preciosas orientações. As professoras Monica e Marilene do Grupo de Pesquisa NIPHEI por suas contribuições à minha formação. Agradeço igualmente a professora Paula Leonard por ter ajudado a me inserir no campo da História da Educação com suas aulas.

Agradeço a Lea da Cruz, minha professora na graduação em Pedagogia e orientadora na Pós-graduação Docência e Educação Básica, por tudo que me ensinou sobre política, pesquisa e sobre a vida.

Um agradecimento especial a um amigo que perdemos durante a pandemia de 2020, Alcedino, pedagogo, advogado e uma das pessoas mais inteligentes que tive o privilégio de conhecer. Certamente, sem ele, o mundo ficou mais vazio e, sem dúvida, mais triste.

A todos o meu muito obrigado!

A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente

Bloch

RESUMO

SILVA, Luciano Faria. *As normalistas representadas na Imprensa*: o magistério pelas páginas do Jornal *O Fluminense* em Niterói (1955-1959). 2021. 124f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2021.

Esta pesquisa tem por objetivo analisar, pelas páginas do Jornal *O Fluminense,* as representações sociais das normalistas, com destaque para a sessão *Uma silhueta em foco* da coluna intitulada *O Fluminense na sociedade,* nos anos de 1955 a 1959. O período demarcado justifica-se, por considerarmos que reúne iniciativas significativas que implicaram sobre a formação de professores, em especial sobre a concepção em torno das normalistas que as representavam como dóceis, frágeis, atrelando-as muitas vezes à figura materna. Importante considerar, que o período abarca o segundo mandato do Prefeito Alberto Rodrigues Fortes, no Município de Niterói no Estado do Rio de Janeiro, quando teve início a configuração das escolas municipais de Niterói. Durante sua gestão foi implantada uma política de expansão de acesso ao ensino das crianças de classes populares. Essas iniciativas ampliaram a demanda por professoras, que oriundas do Curso Normal atuariam nas escolas primárias de Niterói. O conjunto de fontes documentais considerado tem como centralidade o Jornal *O Fluminense* fundado em 1878, que circulou, simultaneamente em Niterói e no Estado do Rio de Janeiro, assim como o Relatório da administração do prefeito Alberto Rodrigues Fortes de (1956), o Relatório do Ministério da Educação, (1959), o Decreto-Lei nº 8. 530, Lei orgânica do Curso Normal de 1946, Reportagens da *Revista O Cruzeiro* (1950-1960), dentre outros. Adotamos neste trabalho como referências Chartier (1998, 2002), Bloch (2004), Le Goff (1994), Luca (2008, 2012, 2018), Bassanezi (2004), Bourdieu (1997, 2012, 2014, 2017,), Beauvoir (2009), Louro (1997, 2008), Villela (2007, 2009), Hahner (1981), Lopes (2008, 2009, 2013, 2014, 2016), Perrot (2017), Pinsky (2014), Scott (2011), Camara (2014, 2017), dentre outros.

Palavras-chave: Jornal *O Fluminense*. Normalista. Curso Normal. Representação Social.

ABSTRACT

SILVA, Luciano Faria. *Normalists represented in the Press*: magisterium on the pages of Jornal O Fluminense during the administration of Mayor Alberto Fortes in Niterói (1955-1959). 2021. 124f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2021.

This research aims to analyze, through the pages of the Jornal *O Fluminense*, the social representations of the normalists, highlighting the section A silhouette in focus of the column entitled O Fluminense in society, from 1955 to 1959. The demarcated period is justified, as we consider that it brings together initiatives that resulted in teacher training, in particular on the conception around the normalists who represented them as docile, fragile, often linking them to the mother figure. It is important to consider that the period encompasses the second term of office of Mayor Alberto Rodrigues Fortes, in the Municipality of Niterói in the State of Rio de Janeiro, when the configuration of municipal schools in Niterói began. During his administration, a policy of expanding access to education for children from popular classes was implemented. These initiatives increased the demand for teachers, who from the Normal Course would work in Niterói's primary schools. The set of documental sources considered has as centrality the Jornal *O Fluminense*, founded in 1878, which circulated simultaneously in Niterói and in the State of Rio de Janeiro, as well as the Report of the administration of the mayor Alberto Rodrigues Fortes de (1956), the Report of Ministry of Education, (1959), Decree-Law No. 8. 530, Organic Law of the Normal Course of 1946, Reports from the Magazine O Cruzeiro (1950-1960), among others. In this work, we adopted as references Chartier (1998, 2002), Bloch (2004), Le Goff (1994), Luca (2008, 2012, 2018), Bassanezi (2004), Bourdieu (1997, 2012, 2014, 2017,), Beauvoir (2009), Louro (1997, 2008), Villela (2007, 2009), Hahner (1981), Lopes (2008, 2009, 2013, 2014, 2016), Perrot (2017), Pinsky (2014), Scott (2011), Camara (2014, 2017), among others.

Keywords: Newspaper *O Fluminense*. Normalist. Normal Course. Social Representation.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Alzira Vargas do Amaral Peixoto em sua comitiva em Niterói (1953) 36

Imagem 2 – Alzira Vargas do Amaral Peixoto na Semana da criança em Niterói (1952) 37

Imagem 3 – Avenida Ernâni do Amaral Peixoto (1942) 38

Imagem 4 – Avenida Ernâni do Amaral Peixoto (1954) 39

Imagem 5 – Mapa do Município de Niterói 41

Imagem 6 – Gestão de Humberto Silva 51

Imagem 7 – Gestão de Alberto Tôrres 52

Imagem 8 – O banquete para o presidente 53

Imagem 9 – O discurso de Alberto Tôrres 54

Imagem 10 – Exame de admissão 66

Imagem 11 – Trinta anos de magistério 72

Imagem 12 – As normalistas nos anos “dourados” 74

Imagem 13 – A normalista de Adolfo Caminha 75

Imagem 14 – Dilza Arelano 86

Imagem 15 – Ligia Maria Marinho da Cunha 87

Imagem 16 – Elzita Nely Siqueira Bittencourt 88

Imagem 17 – Mariza Nunes 89

Imagem 18 – Dayse Miguel 89

Imagem 19 – Mariuza da Silva 90

Imagem 20 – A despedida das normalistas 94

Imagem 21 – As normalistas na Revista *O Cruzeiro* 95

Imagem 22 – As normalistas na Revista *O Cruzeiro* 95

Imagem 23 – Chateaubriand e as normalistas 96

Imagem 24 – As normalistas família e civilização 97

Imagem 25 – As normalistas protestam 100

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Prefeitos de Niterói (1948-1959) 42

Quadro 2 – Características dos jornais 48

Quadro 3 – Jornais de circulação simultânea com *O Fluminense* 49

Quadro 4 – Instituições de nível superior em Niterói 69

Quadro 5 – Quadro salarial do funcionalismo público 76

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	12
1	**O JORNAL *O FLUMINENSE*: PERSPECTIVAS POLÍTICAS E EDUCACIONAIS**	23
1.1	**A primeira Escola Normal de Niterói: a construção da formação de professores**	23
1.2	**O Município de Niterói: aspectos políticos e históricos**	34
1.3	**A educação pelas páginas do Jornal *O Fluminense***	46
2	**O CURSO NORMAL NA DÉCADA DE 1950: A FORMAÇÃO PARA O MAGISTÉRIO PRIMÁRIO EM NITERÓI**	59
2.1	**O Curso Normal em Niterói**	59
2.2	**O sonho de ser normalista em face ao magistério primário em Niterói**	70
3	**AS NORMALISTAS PELA IMPRENSA: JORNAL *O FLUMINENSE* E A REVISTA *O CRUZEIRO* REPRESENTAÇÕES EM CIRCULAÇÃO** ...	82
3.1	**"*Uma silhueta em foco*": As normalistas e as professoras na coluna *O Fluminense na sociedade***	82
3.2	**Frágeis e comportadas? As normalistas e os embates pela educação**	100
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
	REFERÊNCIAS	110
	ANEXO – Representações das normalistas na Revista o Cruzeiro	123

INTRODUÇÃO

> As professorandas do Instituto de Educação do Estado[1] promoverão no próximo dia 31, às 20 horas no Teatro Municipal, desta cidade, a tradicional e já consagrada solenidade de passagem de estrelas às suas colegas de séries anteriores. Esses atos se revestirão do maior brilhantismo não só pela elevada significação dos mesmos, como porque do programa dessa festa de arte e beleza (*O FLUMINENSE*, 25\10\1951).

A epígrafe se refere à festa da estrela[2] que era mais do que um rito de passagem, dava, na década de 1950, ao curso normal uma identidade que o distinguia de outras formações. Outro evento dessa natureza foi publicado na reportagem do dia 09 de dezembro de 1956, nela o jornal *O Fluminense* anunciava a "tradicional festa da estrela" que ocorreria no Instituto de Educação de Niterói. O jornal destaca que a cerimônia contaria com a presença do governador do Estado do Rio de Janeiro, o médico Miguel Couto Filho (1954-1958).

Essas reportagens nos instigam a refletir sobre a tarefa de historiar o passado, que é sempre uma opção do que se quer pôr em tela, se dar centralidade ou por em segundo plano. Dessa forma, jamais apreenderemos de forma plena o vivido. Assim, como afirma Le Goff (2013) o que se conserva do passado, depende de uma série de fatores que intencionalmente ou não, preservam certas memórias, documentos e não outros. Nesta direção:

> De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores (LE GOFF, 2013, p. 485).

Em diálogo com estas reflexões objetivamos pensar as normalistas em Niterói na década de 1950. Neste período, era frequente ver anúncios pelas páginas do Jornal *O Fluminense*, da loja de artigos femininos em geral denominada *A Normalista*, que se

[1] Em 1938, a Escola Normal de Niterói foi renomeada pelo interventor do Estado Amaral Peixoto para Instituto de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Em 1954, a instituição passa a se chamar Instituto de Educação de Niterói. A tradição desta instituição se remete ao século XIX, mas precisamente a 1835.

[2] A festa da estrela era uma tradicional cerimônia onde os alunos do Curso Normal trocavam entre si as estrelas correspondentes ao ano do curso no qual estavam. Marcando simbolicamente que os alunos ao receberem a estrela, estavam em um nível superior na hierarquia do curso. Antes, tal cerimônia era um acontecimento que envolvia toda a comunidade escolar. Temos observado, em nossa experiência, que esse evento (que permanece até os dias de hoje) se reduziu a algo restrito apenas aos alunos e alguns professores da escola.

localizava na Rua Almirante Tefé 570 em Niterói. O nome da loja constitui-se em vestígios[3] para pensar a representatividade da normalista em Niterói na década de 1950, quando era motivo de orgulho para as moças niteroienses pertencerem ao curso normal, fato destacado quando o Jornal *O Fluminense* anunciava eventos sociais.

Da mesma forma, não era raro vir publicado nos jornais que a moça era normalista. Como exemplo, citamos a reportagem do Jornal *O Fluminense* de 14 de dezembro de 1952 que destacava a formatura da normalista Gilda Marino Roque. Descrita como a "inteligência em ação", como aluna distinta, gentil e dileta, filha do jornalista Osvaldo Roque, antigo funcionário do Jornal *O Fluminense*. A formatura de sua turma, do curso normal do Colégio Plínio Leite, ocorreu no Teatro Municipal de Niterói, no ano de 1952 (*O FLUMINENSE*, 14\12\1952).

Havia certo "fascínio" nas cerimônias do Curso Normal. Este aspecto se observa tanto na formatura do Colégio Plínio Leite, quanto na festa da estrela que contou com a presença do governador do Estado. Na década de 1950, este curso foi tema de reportagens de jornais e revistas e a normalista inspirou canções, como o samba *Normalista*, interpretada por Nelson Gonçalves, que neste período, esteve entre as músicas brasileiras mais tocadas nas rádios.

Em Niterói, o Curso Normal era a principal via de formação para o magistério primário. O exame de admissão[4] para o Instituto de Educação de Niterói era disputado pelas moças niteroienses e considerado motivo de orgulho e distinção social à aprovação. Pesava o fato de Niterói, dentre outros fatores, ser uma cidade operária[5] e o magistério uma das poucas opções de trabalho e carreira para as mulheres da região.

Não era incomum, na década de 1950, a circulação de representações sociais a respeito das normalistas, veiculadas na imprensa como no Jornal *O Fluminense* e na *Revista o Cruzeiro*. Estas apresentavam as normalistas como "dóceis", "frágeis" e "românticas". Muitas das vezes atrelando-as à imagem de "mãe", que tinha um "dom natural" de cuidar das crianças. Segundo Rizzini e Schueler (2018) se trata de uma "tradição inventada" de uma suposta natureza feminina assemelhada ao ensino de crianças, essa perspectiva ocorre pelo

[3] Entendemos vestígio na concepção dada por Bloch (2001), onde vestígios são "marcas" do passado que nos permite conhecê-lo de forma indireta. Os documentos são exemplos de vestígios, são "a marca perceptível aos sentidos" (2001, p. 73).

[4] Exame estabelecido pelo Decreto-Lei nº 8.530 de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Normal) em seu Artigo 20 alínea *e*.

[5] Esta perspectiva de Niterói ser uma cidade operária, na década de 1950, é apontada por Luciana Pucu Wollomann do Amaral, em sua tese *Niterói operária: Trabalhadores, Política e Lutas Sociais na Antiga Capital Fluminense (1942-1964)*, e retornaremos a ela ao longo deste trabalho.

menos desde o século XIX. Essa construção social, em certa medida, tem se mantido até hoje e faz parte do imaginário social, sobretudo, das moças que buscam o Curso Normal.

Esta perspectiva é observada em nossa[6] atuação no Instituto de Educação[7] Clélia Nanci (IECN), instituição de formação de professores em nível médio localizada no Município de São Gonçalo, região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. O interesse pelo tema de pesquisa surgiu de nossa vivência na instituição e se intensificou em 2014, na Pós-graduação Docência e Educação Básica, na Universidade Federal Fluminense. Na ocasião, realizamos reflexões[8]·a respeito da permanência e sucesso escolar dos alunos do Curso Normal no Instituto de Educação Clélia Nanci.

Durante a elaboração do trabalho monográfico, ouvimos as normalistas e acompanhamos suas rotinas de estudos no Instituto de Educação Clélia Nanci. Pudemos perceber pelas entrevistas e pela vivência como docente, que o Curso Normal ao longo dos anos tem sofrido ações que o conduziram ao sucateamento. Este aspecto, dentre outros fatores, se deve a falta de políticas públicas para a formação de professores. Atrelado a essa perspectiva, o Curso Normal, hoje, tem um perfil profissionalizante, voltado para uma entrada aligeirada no mercado de trabalho, de pouco prestígio social e retorno financeiro (VILLELA, 2007). O que faz com que muitos alunos, que buscam o curso, queiram uma formação que os insira no mercado de trabalho rapidamente. Por muitas vezes, esses professores serão submetidos a salários abaixo do piso nacional. Em pesquisa sobre as escolas que oferecem o Curso Normal no Rio de Janeiro, Lima (2017) aponta que:

> O sucateamento das escolas é notório, a começar pelos dispositivos materiais: quadros brancos envelhecidos e estragados, falta de apagadores e materiais de esporte [...] Os arquivos com décadas de história não tem a higienização, ventilação e iluminação adequadas, alguns sendo roídos por animais antes mesmo que os

[6] A fim de padronizar a narrativa, neste trabalho, optamos por escrever em terceira pessoa.

[7] Instituição criada em 20 de novembro de 1961, a partir da lei número 4906. Em 1966, pela lei 5756, de 18 de janeiro, a escola passou a denominar-se Instituto de Educação Clélia Nanci. A fundação do Instituto de Educação é atribuída ao deputado estadual Aécio Nanci, médico e empresário, dono de clínicas médicas em São Gonçalo e filho de Clélia Nanci (SILVA, 2013, p. 38). Atuamos como docente, das disciplinas pedagógicas, nesta instituição há mais de uma década.

[8] A monografia, intitulada *O sucesso escolar na visão dos alunos: Um estudo no Instituto de Educação Clélia Nanci* , sob a orientação da Professora Doutora Leia da Cruz, teve como objetivo analisar como os alunos do Curso Normal, do Instituto de Educação Clélia Nanci, alcançavam sucesso escolar, se mantendo na escola pública durante um período superior a dez anos. Foi utilizado para coleta de dados, questionários exploratórios e entrevistas com seis alunas (SILVA, 2013). Os apontamentos apresentados na monografia deram origem ao artigo "Desigualdade social e educação: Um estudo sobre o sucesso escolar com alunos do IECN", escrito pela Professora Doutora Leia da Cruz e pelo Professor Luciano Faria. Este artigo compôs a coletânea "Experiências na Formação de Professores: Memórias, trajetórias e práticas do Instituto de Educação Clélia Nanci" organizada pelas Professoras Doutoras Inês Ferreira de Souza Bragança e Mairce da Silva Araújo, publicado em 2014.

> alunos das próprias instituições tenham a oportunidade de conhecer o seu passado e as suas origens (2017, p.17).

A presente pesquisa dialoga com o trabalho monográfico realizado, na medida em que pensa à luz da História da Educação a formação de professores em nível médio. Inicialmente o Instituto de Educação Clélia Nanci era nosso objeto de pesquisa, no entanto a falta de fontes nos impossibilitou. Em buscas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, a respeito do Instituto de Educação Clélia Nanci, encontramos muitas reportagens do Jornal *O Fluminense* que representavam o Curso Normal em uma perspectiva diferente do que vivenciamos em nossa atuação docente. As representações desse curso eram cercadas de uma espécie de fascínio, que estava distante da realidade atual das normalistas. As reflexões sobre esses aspectos nos instigaram a querer investigar como eram vistas as normalistas no passado, em uma época em que o Curso Normal era mais valorizado.

Nesse aspecto, Marc Bloch (2001) contribuiu para refinar nosso olhar no sentido de pensar sobre a relação entre presente e passado e a importância da história problema. Desse modo, mobilizados pelos problemas do tempo presente, envolvendo as reflexões em torno do que é ser normalista hoje e do processo de sucateamento do Curso Normal, objetivamos entender as representações sociais em torno das normalistas. No entanto, não podemos entender o passado senão por vestígios e testemunhos que nos chegam por meios indiretos. Desse modo, por um método regressivo investigamos o passado com as questões que norteiam este trabalho. Nesta direção:

> As características mais visíveis da informação histórica, entendida no sentido restrito e usual do termo, foram muitas vezes descritas. O historiador, por definição, está na impossibilidade de ele próprio constatar os fatos que estuda. Nenhum egiptólogo viu Ramsés; nenhum especialista das guerras napoleônicas ouviu o canhão de Austerlitz. Das eras que nos precederam, só poderíamos, portanto falar segundo testemunhas (BLOCH, 2011, p. 69).

Imbuídos por estas reflexões, nos inquietou a questão de como eram representadas as normalistas na década de 1950, tido como um período de maior valorização da educação e, por conseguinte do magistério. Neste período, a educação era encarada como uma questão governamental, vista como solução para o aumento da produtividade, do desenvolvimento econômico e da integração das camadas marginalizadas da sociedade e de participação na vida democrática. Período de abertura política, compreendido entre duas ditaduras: a do Estado Novo (1937-1945) e do Regime Militar (1964-1984) (NUNES, 2000), (BICCAS; FREITAS, 2009).

A partir dessa compreensão, esta pesquisa tem por objetivo analisar as representações sociais das normalistas que circularam nas páginas do jornal *O Fluminense*, com destaque para a seção *Uma silhueta em foco*[9], da coluna *O Fluminense na Sociedade*, durante a gestão do prefeito Alberto Rodrigues Fortes, no Município de Niterói no Estado do Rio de Janeiro de 1955 a 1959. Na análise das fontes documentais não foram encontradas referências a rapazes no Curso Normal, na década de 1950, no Município de Niterói. Logo, esta pesquisa busca analisar as representações das alunas do Curso Normal, denominadas pela tradição, que se remete ao século XIX, de normalistas. Sendo assim, ao longo deste trabalho ao nos referirmos às normalistas, estaremos nos atendo às professoras em formação.

A construção do objeto de pesquisa, sua delimitação, no campo da História da Educação, e recorte temporal se deram com a nossa entrada para o Programa de Pós-Graduação Educação Processos Formativos e Desigualdades Sociais, da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. De forma efetiva, a partir da participação nas discussões do Seminário de Pesquisa do Grupo de Pesquisa.[10]

A periodização proposta (1955-1959) se justifica, tendo em vista que no ano de 1955, em seu segundo mandato[11], Alberto Rodrigues Fortes assumiu a prefeitura de Niterói, permanecendo no cargo até 1959. O seu mandato foi o mais longo e contínuo de prefeitos em Niterói desde 1940 (WEHS, 1984, p. 114). Segundo Relatório de sua administração, do ano de 1956, umas das metas atingidas por sua gestão foi a implantação, no Município de Niterói, de uma política de expansão do acesso à escola primária das crianças de classes populares. Do mesmo modo, já no final de seu governo, começou a serem configuradas as escolas municipais de ensino de Niterói. Embora de forma muito incipiente, foram criadas em 1956, 10 escolas municipais.

Essa ampliação se deu pela concessão de matrículas, custeadas pela prefeitura, nas escolas particulares de ensino em Niterói. Até aquele ano, foram beneficiadas pela municipalidade[12] 22 escolas particulares (FORTES, 1956, p. 41). Podemos aferir que essas

---

[9] A seção Uma silhueta em foco trazia entrevistas com moças niteroienses e dentre elas normalistas e professoras.

[10] O Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em História da Educação e Infância (NIPHEI) tem por objetivo desenvolver estudos e pesquisas relacionados às temáticas concernentes à história da educação, da infância e da antropologia educacional brasileira. Coordenado pela Dra. Sônia Camara e Dr. Jorge Antônio Rangel, localizado na Faculdade de Formação de Professores (FFP/UERJ).

[11] Alberto Fortes, de novembro de 1948 a outubro de 1950, então vice-prefeito, assumiu a prefeitura de Niterói, em substituição a José Inácio da Rocha Werneck que renunciou ao cargo.

[12] Essa questão será desenvolvida no segundo capítulo desta pesquisa.

iniciativas ampliaram a demanda por futuras professoras, que oriundas do Curso Normal atuariam nas escolas primárias de Niterói. Considera-se o fato de que, no período, havia a atuação de muitos professores leigos nas escolas primárias de Niterói, ou seja, sem a habilitação em cursos de formação de professores (BEZERRA, 2000, p. 24).

Outra medida que possibilitou a ampliação da atuação da professora primária foi à criação de grupos escolares, em Niterói, a partir do governo de Ernani do Amaral Peixoto (1951-1954) no Estado do Rio de Janeiro. Os grupos escolares deveriam "receber professores capacitados, formados nas escolas normais oficiais ou particulares equivalentes" (RIZZINI; SCHUELER, 2014, p. 886).

Com o intento de compreender O Jornal *O Fluminense* como fonte e objeto, apresentamos os seguintes apontamentos. O jornal que foi fundado em 8 de maio de 1878 na década de 1950, passou a ser dirigido pelo jornalista e então Deputado Federal Alberto Francisco Tôrres, que no período, foi secretário de educação e cultura do Estado do Rio de Janeiro é apontado por Wehrs (2013) como responsável por uma nova era no jornal. Sob sua direção foi criado o Grupo Fluminense que englobava o jornal *O Fluminense e a Rádio Difusora Fluminense*.

Sobre o conjunto documental selecionado, Barros (2013, p. 134) apresenta o conceito de fonte histórica que operamos nesta pesquisa. Para o autor, fonte "[...] é aquilo que coloca o historiador diretamente em contato com seu problema. Ela é precisamente o material através do qual o historiador examina ou analisa uma sociedade humana no tempo". Assim, as fontes são de múltiplas formas e categorias, devendo ser questionadas, compreendidas em seus múltiplos sentidos polifônicos.

Nossa busca por fontes documentais foi limitada pela pandemia do vírus covid-19[13], que assola o mundo desde o ano de 2020, impossibilitando buscas em espaços e arquivos públicos que ampliassem o arcabouço documental. Assim como inviabilizou o acesso a publicações bibliográficas não disponíveis para compra.

Assim, o Jornal *O Fluminense* é compreendido como fonte privilegiada para pensarmos a educação em Niterói. Embora não fosse um jornal pedagógico, mas sim comercial, como veremos ao longo desta pesquisa, encontramos nele indícios sobre as representações acerca das normalistas, do magistério e da cidade de Niterói. Visto que os periódicos, pedagógicos ou não, são veículos educativos de divulgação de ideias, valores e representações (CAMPOS, 2012, p. 56).

[13] O coronavírus (COVID-19) é uma doença infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2.

O levantamento e seleção das reportagens se deram na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. As buscas foram[14] realizadas com as seguintes palavras-chave: *curso normal*, *professora*, *Professora Primária* e *Uma silhueta em foco*. Para o período recortado na pesquisa, com a palavra curso normal, localizamos 112 ocorrências. Com a palavra *professora* foram encontradas 2.709 ocorrências. Ao refinarmos a pesquisa, foram encontradas 14 ocorrências com as palavras *Professora Primária*. Com a palavra *Normalista*, foram 106 ocorrências no mesmo período. Com as palavras-chave *Uma silhueta em foco* 46 ocorrências.

Nessas buscas, foram selecionados e catalogados 410 recortes de jornais em consonância com o tema da pesquisa. Estas matérias foram armazenadas por eixos temáticos, exemplo dessa seleção são os recortes referentes à seção *Uma silhueta em foco* no qual selecionamos 35 recortes a respeito de 30 entrevistas no período de 1956 a 1959. O trabalho com as reportagens se deu na direção de apontar indícios a respeito das representações sociais das normalistas.

Compreendemos que o trabalho com jornais como fonte histórica é complexo. O jornal está imbuído dos elementos sociais do momento histórico no qual circula, assim como dos interesses políticos e econômicos. Sendo assim, ao trabalharmos com as reportagens do Jornal *O Fluminense*, outras fontes se fizeram necessárias para dar conta da problematização proposta. Desse modo, consideramos 59 reportagens extraídas da Revista *O Cruzeiro* entre 1950 a 1960. A Revista, de grande circulação nacional, foi criada em 1928. Nosso objetivo foi cruzar as reportagens do *O Cruzeiro* com as do *Fluminense* e nesse processo foram encontradas proximidades no que tange às representações sociais das normalistas.

Outras fontes documentais utilizadas foram o *Relatório da administração do prefeito Gustavo Lyra* de 1935, que apontou iniciativas do poder municipal e nos ajudou a entender o funcionamento da política antes da gestão do Prefeito Alberto Fortes. *O Relatório da administração do prefeito Alberto Rodrigues Fortes* de 1956, que traz subsídios sobre a educação em Niterói no período proposto. No *Relatório do Ministério da Educação,* apresentado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* de 1959, encontramos elementos para pensar a educação no Brasil nos anos de 1950-1960. Na Lei Orgânica do Curso Normal Decreto-Lei nº 8. 530 de 2 de janeiro de 1946 , publicada na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* de 1945, buscamos pensar as iniciativas na cidade em articulação com as

[14] As buscas se deram no período entre os anos de 2020 e 2021.

medidas propostas no plano nacional, aspecto que permitiu compreender a estrutura do Curso Normal na década de 1950.

No trabalho de memorialistas como os livros, de Carlos Wehrs, *Capítulos da memória de niteroiense* (2013), *Niterói cidade sorriso: A história de um lugar* (1984); *Da vila Real da Praia Grande à Imperial Cidade de Niterói* (1993) de José Antônio Soares de Souza; foi possível vislumbrar a história de Niterói e a educação do município.

O cenário considerado foi o Município de Niterói, que abrigou a Escola Normal de Niterói, apontada por algumas pesquisas como sendo a primeira escola normal da América Latina, fundada em 1835 (VILLELA, 2007), (TANURI, 2000), (SAVIANI, 2009). Na década de 1950, Niterói se consolidou como capital do Estado do Rio de Janeiro. Com o segundo governo de Ernani do Amaral Peixoto (1951-1955), que concentrou suas bases políticas em Niterói, que se tornou o centro político fluminense (FERREIRA, 1997).

Ao analisarmos o Jornal *O Fluminense*, foram localizadas quatro instituições escolares que ofereciam o curso normal no Município de Niterói na década de 1950. O Instituto de Educação de Niterói (1938), o Colégio Plínio Leite (1929), o Colégio São Vicente de Paulo (1950) e o Colégio Bittencourt Silva (1926). Nesta pesquisa, não pretendemos discutir a formação de professores realizada nas instituições, mas sim abordar as representações sociais que circularam no Jornal *O Fluminense* no período em questão.

No que tange a revisão da literatura, foram realizadas buscas[15] no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior (CAPES), foram utilizadas as seguintes palavras-chave: *Curso Normal*, *Curso Normal nos anos de 1950 em Niterói Rio de Janeiro*, *Professora*, *Professora Primária* e *Normalista*.

Com a palavra *curso Normal* foram encontradas 14.590 referências. Ao refinar nossa busca, utilizamos as palavras-chave *Curso Normal nos anos de 1950 em Niterói Rio de Janeiro*, foram encontradas 806 dissertações. Numa nova busca, para o mesmo período, com a palavra-chave *professora* foram encontrados 4.144 e para a palavra-chave *Professora Primária* 12.175 resultados e, com a palavra *Normalista*, sendo encontradas 74 referências.

Destas buscas, foram selecionadas cinco pesquisas em que identificamos aproximações no que se refere ao tema normalista e curso normal. São os trabalhos de Lima (2015) *As normalistas chegam ao subúrbio: A história da Escola Normal Carmela Dutra – da criação à autonomia administrativa (1946-1953)*; Gurgel (2016) *Professores-normalistas do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1930-1960): um estudo sobre trajetórias*

[15] As buscas foram realizadas no ano de 2020.

profissionais; *de* Melo (2017) *Representações sobre normalistas do Instituto de Educação do Rio de Janeiro na década de 1940*; de Lima (2017) *As Normalistas do Rio de Janeiro – O Ensino Normal Público Carioca (1920 – 1970): das tensões políticas na criação de instituições à produção das diferentes identidades de suas alunas*.

Prosseguindo nas buscas, foram pesquisados periódicos das principais revistas de História da Educação com as seguintes palavras-chave: *Professora*, *Professora Primária*, *Normalistas* e *Curso Normal*. Na *Revista Brasileira de História da Educação* com a palavra-chave *Curso Normal*, encontramos 8 resultados, com a palavra-chave *Professora* 84 resultados, com *Professora Primária* 11 resultados, com *normalistas* não foram encontradas referências. Na *revista História da Educação da Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação* (Asphe) com as palavras-chave: *Curso Normal* encontramos 7 resultados, *Professora*, 255, *Professora Primária*, 25, *Normalista*, 10. Nos *Cadernos de História da Educação* encontramos os seguintes resultados com as palavras-chave: *Curso Normal* 5 registros, *Professora* 84, *Professora Primária* 15 e *Normalista* não foram encontrados referências. Novamente não foram encontrados artigos que abordassem o tema da pesquisa.

A revisão de literatura apontou uma lacuna na área da História da Educação Brasileira no que tange ao magistério em Niterói e as representações da normalista para o período proposto. Destarte, este trabalho pretende contribuir no sentido de colaborar com os estudos nesse campo. A hipótese que mobilizou esta pesquisa caminhou na direção de afirmar que as normalistas, representadas pelo jornal *O Fluminense* de 1955 a 1959, pertenciam a determinado segmento social (moças de classe média niteroiense), todavia, em certa medida, tais representações não contemplavam as demais normalistas, que não ocupavam as páginas deste jornal durante a gestão do prefeito Alberto Fortes (1955-1959). Como demonstraremos ao longo da pesquisa, consideramos que a hipótese pode ser em parte confirmada, tendo em vista o que foi dado a ver pelo impresso, de que as normalistas niteroienses, no período demarcado, não tinham o mesmo perfil das moças que transitavam pelas páginas do Jornal *O Fluminense*, com destaque para a seção *Uma silhueta em foco*.

Quanto ao referencial metodológico nos embasamos nas reflexões de Bloch (2001), Le Goff (1994) que ajudaram a compreender o método de análise em História. Em Chartier (2002) para refletir a respeito das representações sociais. Chartier (1998), Barros (2013, 2019), Bourdieu (1997), Luca (2008, 2012, 2018), Camara (2014, 2017), nos apontaram possibilidades para o trabalho com jornais como fonte histórica. A respeito da mulher e do magistério elencamos as contribuições de Bassanezi (2004), Bourdieu (2012), Hahner (1981),

Louro (1997, 2004), Lopes (2008, 2009, 2013, 2014, 2016), Pinsky (2014), Perrot (2017), Rizzini e Schueler (2018), Scott (2011) e Villela (2007, 2009).

Para o trabalho de análise das reportagens do jornal *O Fluminense* e da Revista *O Cruzeiro*, tendo em vista as questões centrais que mobilizaram essa pesquisa que foram: como eram representadas as normalistas no jornal *O Fluminense* durante a gestão do prefeito Alberto Fortes (1955-1959)? Como eram representadas as instituições de ensino públicas e privadas que ofereciam o Curso Normal em Niterói no período considerado? Como era organizado o magistério em Niterói durante a gestão do prefeito Alberto Fortes? Como as normalistas se viam e como as professoras viam o seu ofício? Operamos com o conceito de representação social[16] cunhado por Chartier (2002).

Para o autor, a representação social se apresenta em três modalidades, a primeira se refere ao caráter intelectual, onde a realidade é construída, de forma contraditória, por meio de configurações intelectuais múltiplas. A segunda se refere à prática que forja uma identidade e uma maneira própria de estar no mundo. A última se alude às instituições sociais que com suas formas institucionalizadas marcam, perpetuamente, a maneira de indivíduos e grupos estarem no mundo. O autor nos possibilitou refletir a respeito das representações sociais das normalistas, apontou caminhos para compreender que as representações sociais não são neutras, são carregadas de interesses diversos dos grupos que as produzem.

Esta pesquisa se organizou em três capítulos. No primeiro: **O Município de Niterói e o Jornal *O Fluminense*: Perspectivas políticas e a educação** abordamos o Município de Niterói em seus aspectos históricos e políticos, tendo como centralidade a gestão do Prefeito Alberto Fortes (1955-1959). Assim como, discutimos o processo de feminização do magistério e sua relação com a construção das representações sociais a respeito das normalistas. Da mesma forma, buscamos analisar o Jornal *O Fluminense* em seus aspectos históricos, políticos e gráficos, sobretudo na direção do jornalista Alberto Tôrres a frente do jornal a partir de 1955.

No segundo capítulo: **O Curso Normal na década de 1950: a formação para o magistério primário em Niterói** discutimos a década de 1950, em seus aspectos econômicos, políticos, culturais e educacionais. Buscamos problematizar os ditos "anos dourados" relacionando a situação do magistério no Município de Niterói no período de 1955 a 1959, na gestão do Prefeito Alberto Fortes e os supostos investimentos na formação de professores.

[16] Sobre a temática existe uma gama de conceitos e autores, optamos em operar com o conceito de representação social cunhado por Roger Chartier (2002).

Assim como, compreender a atuação das instituições de ensino públicas e privadas que ofereciam o Curso Normal em Niterói no período.

No último capítulo: **As normalistas pela Imprensa: o jornal *O Fluminense* e a Revista *O Cruzeiro* representações em circulação,** discutimos as representações sociais das normalistas na década de 1950, a partir do jornal *O Fluminense*, sobretudo, na *seção Uma silhueta em foco* e da Revista *O Cruzeiro*. Relacionando tais representações com as lutas políticas que as normalistas tomaram parte no período: Campanha em defesa da escola pública.

Na década de 1950, circularam representações idealizadas a respeito das normalistas, que em muitos aspectos não correspondiam à realidade do magistério primário, sobretudo em Niterói. Buscamos problematizar esse estado de coisas a fim de contribuir para o campo da História da Educação Brasileira, apontando caminhos para pensar outras perspectivas sobre as normalistas no período. Esperamos que a leitura seja tão interessante quanto foi para nós a pesquisa.

1 **O JORNAL *O FLUMINENSE*: PERSPECTIVAS POLÍTICAS E EDUCACIONAIS**

1.1 **A primeira Escola Normal de Niterói: a construção da formação de professores**

> A história mostrou-nos que os homens sempre detiveram todos os poderes concretos; desde os primeiros tempos do patriarcado, julgaram útil manter a mulher em estado de dependência; seus códigos estabeleceram-se contra ela; e assim foi que ela se constituiu concretamente como Outro (BEAUVOIR 2009, p. 159).

Beauvoir (2009) adverte que nunca existiu uma “era de ouro” onde a mulher foi dominante, essa ideia não passa de mito. Mesmo quando mulheres alcançaram cargos de comando na sociedade, isso não elevou a situação das demais mulheres. Nas sociedades patriarcais, nem os filhos pertenciam às mulheres, mas aos homens que os reivindicavam como seus herdeiros, para dar continuidade a sua propriedade. Despojada de sua condição de Deusa mãe, que a atrelava a terra, e a fecundidade, a mulher foi subordinada ao homem. Sendo assim, a mulher nunca conseguiu se libertar totalmente em relação ao homem, sendo vista como o Outro. Esta condição política influenciou na demarcação do lugar da mulher na sociedade.

Os homens construíram um mundo político, ocuparam lugares de comando que a mulher, em poucos períodos e sociedades tomou parte. Desse modo, podemos perguntar onde estão as mulheres que fizeram a História? Nesta direção:

> [...] reivindicar a importância das mulheres na história significa necessariamente ir contra as definições de história e seus agentes já estabelecidos como “verdadeiros", ou pelo menos, como reflexões acuradas sobre o que aconteceu (ou teve importância) no passado. E isso é lutar contra padrões consolidados por comparações nunca estabelecidas, por pontos de vista jamais expressos como tais (SCOTT, 1992, p. 78).

Segundo Scott (1992) a história das mulheres dedicou muito tempo discutindo a categoria mulheres em suas distinções culturais. Desse modo, o movimento das mulheres tem buscado construir uma categoria social, a da mulher, que busca e luta por sua emancipação. Nessa perspectiva, a submissão da mulher está atrelada à falta de visibilidade frente à “dominação” masculina. As mulheres, então, não são apenas sujeitos biológicos separados, mas sim uma categoria social autônoma, desse modo:

> O antagonismo homem versus mulher foi um foco central da política e da história, e isso teve vários efeitos: tornou possível uma mobilização política importante e disseminada, ao mesmo tempo que implicitamente afirmava a natureza essencial da oposição binária macho versus fêmea. A ambiguidade da história das mulheres parecia estar resolvida por essa oposição direta entre dois grupos de interesse separadamente constituídos e conflitantes (SCOTT, 1992, p. 84).

No estudo sobre a trajetória do campo de pesquisa da História da mulher, Scott (1992) embora se refira aos Estados Unidos possibilita pensar a história das mulheres no Brasil. As análises da autora apontam que as reflexões da história das mulheres já se consolidaram em várias partes do mundo. Estão pautadas tanto na pesquisa acadêmica quanto no surgimento e ampliação do movimento feminino, principalmente nos anos de 1960. Assim, a história das mulheres tem uma relação estreita com a política. O movimento feminista de 1960[17] teve um cunho político e reivindicatório em torno do protagonismo da mulher na história. Neste período, as mulheres ocuparam as universidades (no caso dos EUA) obtendo títulos de PHD e espaços que antes lhes eram negados, todavia, as acadêmicas, enfrentaram preconceitos para se afirmarem nas universidades (SCOTT, 1992).

No que se refere à atuação da mulher como professora, uma iniciativa importante para a garantia de seu profissionalismo foi a criação das escolas normais no século XIX. Aos poucos, com o advento dessas instituições, gradativamente desaparece a figura do mestre escola, dando lugar à atuação da professora primária (VILLELA, 2007). À medida que a mulher foi ocupando o magistério, outros olhares foram sendo forjados, como aponta Villela:

> [...] uma argumentação que atribuía às mulheres o papel de regeneradoras morais da sociedade. Os discursos sobre a professora foram aos poucos desconstruindo a visão negativa da mulher sedutora e pecadora, substituindo-a pela da mulher angelical, divinamente talhada para ser mãe de sua prole natural ou substituir o papel da mãe de seus alunos (2009, p. 70).

Segundo Lopes e Martinez (2008, p. 56), neste período, "a crença ilimitada na virtude da instrução como fator de progresso" daria ao professor a possibilidade de realizar os anseios de ascensão social dos indivíduos. As escolas normais possibilitaram o desenvolvimento do "campo profissional do magistério". Muitas mulheres viam no magistério uma via para exercerem uma profissão, terem uma carreira e um salário. As escolas normais representavam mais do que um espaço para formação profissional, constituíam-se em projeto de elevação

[17] O feminismo é hoje um movimento internacional, mas que tem suas características, étnicas, de classe e locais. O feminismo assumiu e criou uma identidade coletiva das mulheres com interesses compartilhados pelo fim da subordinação, da invisibilidade da mulher, criando igualdade e ganhando controle sobre suas vidas e seus corpos. O feminismo é, assim como a história das mulheres , um movimento político que está em constante disputa e conflitos sociais e históricos (SCOTT, 2011).

intelectual e de instrução da nação que queria se modernizar e se instruir, tendo como modelo a Europa. Conforme aponta Nóvoa (1999):

> As escolas normais representam uma conquista importante do professor, que não mais deixará de se bater pela dignificação e prestígios desses estabelecimentos: maiores exigências de entrada, prolongamento do currículo e melhoria do nível acadêmico são algumas das reivindicações inscritas nas lutas associativas dos séculos XIX e XX. As escolas normais estão na origem de uma verdadeira mutação sociológica do corpo docente: o 'velho' mestre-escola é definitivamente substituído pelo 'novo' professor de instrução primária (1999, p. 18).

Embora nem todas as moças que buscavam o magistério objetivavam exercer a função de professoras "[...] uma concepção do trabalho fora de casa como ocupação transitória, a qual deveria ser sempre que se impusesse a verdadeira missão feminina de esposa e mãe" (LOURO, 2008, p. 453). Embora a autora aponte esta perspectiva no século XIX, afirma que "A incompatibilidade do casamento e da maternidade com a vida profissional feminina foi (e continua sendo!) uma das construções sociais mais persistentes" (2008, p. 454).

Com advento das escolas normais no final do século XIX e início do XX, a mulher foi aos poucos ocupando, majoritariamente, o lugar de professora na sociedade. No entanto, não significou sua autonomia, pois embora, as mulheres adquirissem maiores direitos civis, em grande parte sua condição era de submissão ao pai, ao marido, ou seja, a figura masculina. Sendo assim, impedidas muitas vezes de terem educação formal e superior e de "uma efetiva participação na sociedade" (TELES, 2004, p. 431).

Diferentemente do Brasil, a inserção da mulher no mercado de trabalho foi mais alargada na Europa. Para Beauvoir (2009) no século XIX a mulher finalmente encontrou sua liberdade no que diz respeito à concepção, neste período são conhecidos, divulgados e tolerados em muitos círculos sociais o uso de métodos contraceptivos. Com a Revolução Industrial, na Europa, o cenário de muitas cidades se modificou em um espaço muito curto de tempo, tomados pelo crescente processo de industrialização. A mesma situação ocorre no pós-guerra, quando uma parcela das mulheres[18] entra no mercado de trabalho.

Com esse estado de coisas, grande número de mulheres entrou no mercado de trabalho, o que as possibilitou obter maior liberdade, embora essa liberdade alcançada, em várias épocas, teve o tom de "licença", ou seja, é uma liberdade concedida pelo homem (BEAUVOIR, 2009). O trabalho feminino, que se expandia em várias partes da Europa, sobretudo nas fábricas, embora tão árduo quanto o labor de qualquer homem, era considerado como algo de menor valor, uma complementação ao seu trabalho no lar. Era o homem quem

[18] Mulheres das classes populares entraram bem antes no mercado de trabalho, em trabalho nas lavouras, nas fábricas, como domésticas e demais atividades.

deveria sustentar a família e por essa e outras razões, a mulher deveria ganhar menos, pois "tinha menores responsabilidades" nesse sentido:

> É preciso, ademais, observar que é no seio de uma sociedade em que subsiste a comunidade conjugal que a mulher procura emancipar-se pelo trabalho; ligada ao lar do pai e do marido, contenta-se, na maioria das vezes, com trazer para casa um auxilio; trabalha fora da família mas para esta; e como não se trata, para a operária, de atender à totalidade de suas necessidades, ela é induzida a aceitar uma remuneração muito inferior à exigida por um homem (BEAUVOIR, 2009, p. 133).

Todavia, no período em questão, mulheres exerciam atividades jornalísticas e escreviam para periódicos voltados para o público feminino e romances, a exemplo da romancista Julia Lopes de Almeida. A escritora escreveu, entre outros, no *Nosso Jornal* e em suas páginas buscou expressar, como assegura Hahner (1981, p. 100) "seus pontos de vista acerca de como as mulheres poderiam conciliar as obrigações sociais com as que exerciam enquanto filhas, esposas e mães". Outra editora e jornalista foi Cassilda Martins que também atuou no *Nosso Jornal*. Não era raro haver jornais fundados e dirigidos por mulheres como aponta Teles (2004):

> No Brasil do século XIX, várias mulheres fundaram jornais visando esclarecer as leitoras, dar informações, chegando do final do período, a fazer reivindicações objetivas. Muitas vezes, esses jornais pertenciam a mulheres de classe média, algumas das quais investiam todos os seus recursos neles. Eram tantos que chegaram a formar uma rede, de norte a sul, atentos às publicações e ações das mulheres (2004, p. 451).

Outros jornais, no entanto, davam ênfase às representações sociais em torno das mulheres, apresentando uma perspectiva instrutiva da mãe e dona de casa. Exemplo desses periódicos era o jornal *Mãe de Família*, analisado por Camara (2014). Lançado na Corte em 1889, tinha como objetivo preencher o que indicavam ser uma lacuna no Brasil de jornais de "natureza educativa para as mães e de higiene para as crianças" (CAMARA, 2014, p. 56). Os médicos, por meio do periódico, produziam discursos que buscavam forjar representações da mulher que a colocava como:

> Atenta, afetiva e zelosa, a mulher desejada tinha como marca de identidade a sua condição de mãe. À qualidade biológica de reprodutora da espécie associavam-se o papel central na educação, na higiene e no cuidado da criança, aspecto que a colocava como foco dos discursos médicos. [...] Ao esboçar o ideal de mãe, o jornal intentou corroborar a escrituração de um projeto de país (CAMARA, 2014, p. 62-63).

Os eventos que antecederam a criação da primeira Escola Normal de Niterói se deram a partir do Ato Adicional de 12 de agosto de 1834 que instituiu que a província do Rio de Janeiro teria um governo autônomo. A medida transformou a cidade do Rio de Janeiro, até então capital da província, em Município Neutro e sede do Governo Federal. Foi empossado para o cargo de Presidente da província Joaquim José Rodrigues Torres, o Visconde de Itaboraí e como vice-presidente, seu cunhado, Paulino José Soares de Souza, que posteriormente ocuparia seu lugar na presidência. Ambos pertenciam ao grupo político conservador conhecido como os "Saquaremas" que tinham um projeto político que se opunha à vertente liberal do grupo político denominado os "Luzias" (VILLELA, 2004, p. 105).

A iniciativa gerou um problema, a província do Rio de Janeiro ficara sem sua capital. A fim de sanar a questão, por ordem do Governo Geral, em 23 de agosto de 1834, a Vila Real da Praia Grande foi escolhida para sediar a primeira Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Nesta ocasião, a vila foi eleita como sede provisória da presidência da província. A Lei nº 2 de 26 de março de 1835 elegeu a Vila Real da Praia Grande como Capital da Província do Rio de Janeiro e a Lei nº 6 de 28 de março daquele ano, elevou vila à categoria de cidade com a denominação de *Nictheroy*[19]·. (WEHRS, 1984), (SOARES, 1993), (FERREIRA, 1997).

O fato de Niterói ser capital do Rio de Janeiro trouxe inúmeras melhorias para a região. Na nova capital da província tudo estava por fazer, não havia luz, nem escolas ou pavimentação. Com a mudança de capital, a tesouraria da província passou para a nova sede. Com recursos da província, o Presidente Joaquim José Rodrigues, iniciou um ciclo de melhorias em Niterói, como projetos para iluminação, criação da guarda policial e de escolas (SOARES, 1993).

Segundo aponta Soares (1993, p. 235) o Relatório do Império de 1834 com referência ao ano de 1833, indicava que na então Vila da Praia Grande havia duas escolas públicas para meninos, com 126 alunos matriculados. Não existiam escolas para meninas, "pois não estava provida" o que existia eram aulas de latim. Na província do Rio de Janeiro, a Praia Grande estava em segundo lugar em número de alunos, perdendo apenas para Campos do Goytacazes com três escolas de meninos e 215 alunos. É digno de destaque que na cidade do Rio de Janeiro, com território mais extenso e com população superior havia nove escolas públicas

[19] Com a Proclamação da República do Brasil (1889), o Município Neutro foi elevado a Distrito Federal , e a Província do Rio de Janeiro se tornou o Estado do Rio de Janeiro. Niterói foi então capital do novo Estado, deixando de ser de 1892 a 1903 (quando a capital deste estado foi o Município de Petrópolis). Depois desse período, Niterói permaneceu na qualidade de capital do estado fluminense até 1975, quando este se fundiu com o Estado da Guanabara, fundado em 1960.

com 551 alunos, destas havia três escolas para meninas que não eram ocupadas (SOARES, 1993, p. 240).

Neste período, várias províncias mantinham intensos debates a respeito da necessidade de instrução da população, sobretudo das classes menos abastadas. Faria Filho (2007, p 135) aponta que nos anos de 1830, muitas foram as leis que tomavam a educação como obrigatória à população livre. Dentre elas, a Lei de 15 de outubro de 1827 que instituiu as escolas de primeiras letras, visando atender a demanda por instrução pública para as crianças. Outra iniciativa foi o Ato Adicional de 1834 que transferiu para as províncias a função de organizar seus sistemas de ensino (primários e secundários), assim como prover a formação de professores. Essas medidas culminaram na emergência das escolas normais, a partir de 1834 (VILLELA, 2007, p. 101); (TANURI, 2000, p. 62).

No entanto, embora a legislação estabelecesse que devesse haver escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugarejos mais populosos do Império, a realidade estava distante do que a lei determinava. Em uma sociedade escravocrata e rural como era o Brasil Império, onde as tramas políticas eram tecidas por latifundiários e coronéis que silenciavam "mulheres e crianças", havia grande abandono das províncias e ampla parte da população permanecia analfabeta, (LOURO, 2004, p.371).

As escolas de primeiras letras, onde se ensinava a ler, escrever e as quatro operações matemáticas, denominadas também de "pedagogias", funcionavam de forma irregular. Não atendendo a todas as regiões e existiam em maior número para os meninos. Essas escolas eram fundadas por ordens religiosas femininas e masculinas ou mantidas por leigos. Nelas havia professores para as classes de meninas e professoras para as classes de meninos. Os professores deveriam ter "moral inatacável; suas casas ambientes decentes e saudáveis, uma vez que as famílias lhes confiavam seus filhos e filhas" (LOURO, 2004, p.371).

Vale ainda acrescentar, que foi estabelecido por parte dos deputados, que o ensino das meninas seria ministrado por "aquelas senhoras que por sua honestidade, prudência e conhecimento se mostrarem dignas de tal ensino" (LOURO, 2004, p.372). A educação das meninas não era igual para os vários segmentos sociais nos quais a sociedade brasileira estava organizada, podemos falar então em educações para as mulheres. Para as meninas negras, salvo algumas iniciativas isoladas de ordem filantrópicas que aceitavam crianças negras nas escolas, via de regra, não existia instrução. As meninas das classes populares, de modo geral, estavam desde pequenas às voltas com o trabalho doméstico, no trabalho na roça, no cuidar dos irmãos menores. Tais obrigações se colocavam à frente de uma educação escolarizada. Já as meninas de segmentos sociais mais abastados, o ensino da leitura, da escrita e da

matemática era, em geral, complementado pelo aprendizado de piano e francês, que via de regra, era ministrado em suas próprias casas. Contavam também no "currículo" dessas meninas o aprendizado de habilidades de costura, o comando das criadas, pois estavam sendo preparadas para o casamento e a administração da casa (LOURO, 2004, p. 373).

Nesse contexto, o Presidente da Província, Joaquim Rodrigues Torres, manifestava o interesse na efetivação de iniciativa voltada a formar professores para Niterói e o aumento dos seus ordenados. Rodrigues Torres reivindicava para a Província do Rio de Janeiro a criação de um órgão para regular e fiscalizar a atuação dos professores. Imbuído dessa necessidade, o então Deputado Paulino José Soares apresentou à Assembleia Provincial um projeto para a criação de uma escola normal na província. O projeto foi aprovado em 20 de março de 1835 e em 4 de abril do mesmo ano foi sancionado pelo Presidente da Província que transformou-se na Lei n° 78, instituindo em Niterói a primeira escola normal (SOARES, 1993).

A Escola Normal de Niterói foi uma importante instituição de formação de professores do Império, embora não se situasse na Corte, exerceu grande influência nas decisões a respeito da educação. É digno de nota que a Corte só teria sua primeira escola normal, pública, em 1888. A Província do Rio de Janeiro "funcionou como laboratório de práticas que eram estendidas por todo o país" (VILLELA, 2007, p. 105). A influência de Niterói, bem como o prestígio que a escola normal exerceu, esteve atrelada ao fato de que os políticos fluminenses exerciam uma supremacia no Império e cujas bases se estabeleciam em Niterói (VILLELA, 2007, p. 105).

No início, a presença de alunos na escola normal de Niterói era escassa. Em 1836 foi frequentada apenas por 7 alunos, número insuficiente para atender a demanda da região (SOARES, 1993). O presidente da Província do Rio de Janeiro, Paulino José Soares de Sousa[20], em seu relatório de 1840, sobre a situação do ensino na província, apontou um quadro pessimista do magistério em sua capital (a recém-criada cidade de Niterói[21]).

[20] Paulino José Soares de Sousa, Visconde de Uruguai, nasceu em Paris em 1807 e faleceu no Rio de Janeiro em 1886. Foi Deputado da Assembleia Provincial do Rio de Janeiro e Senador por essa Província e seu presidente, tendo tomado posse em 30 de abril de 1836 e permaneceu no cargo até 5 de agosto de 1840 (WEHRS, 1984, p. 68). Foi pertencente aos Saquaremas, grupo político que exerceu influência política para além da província do Rio de Janeiro, em grande parte da política nacional até pelo menos os anos de 1960. Sua supremacia política se explica, dentre outros fatores, pelo pertencimento de muitos de seus integrantes às famílias produtoras de café, principal produto de exportação da época e de grande influência política e econômica. Outro fator foi a coerção, tratou-se de um grupo que usava de violência para intimidar seus adversários. Buscavam também o consenso para difundir sua visão ideológica por meio de instituições que ampliassem a divulgação de sua visão de mundo (VILLELA, 2004, p. 105).

[21] Por meio de Alvará com força de lei, no dia 12 de fevereiro de 1819, Dom João VI criou a Vila Real da Praia Grande que deu origem a cidade Imperial de Niterói e mais adiante ao Munícipio de Niterói.

> Um mancebo que tem alguns princípios e talentos, dificilmente dá de mão à ambição e à esperança de uma carreira lucrosa ou brilhante, para sujeitar-se à obscura condição de ensinar meninos em uma freguesia por um ordenado, ainda mesmo de 600$000, sem acesso ou melhoramento em toda a sua vida. Talvez sejam estas as razões porque vários rapazes de talentos, que frequentaram a Escola Normal com muitos aproveitamentos, recusaram seguir o magistério, depois de aprovados nos exames que fizeram (PAULINO, 1840, *apud* SOARES, 1993, p. 240).

Paulino atribuía à carência de professores na região de Niterói "[...] a falta de pessoas inidôneas que queiram se dedicar à penosa e modesta profissão de magistério" (SOARES, 1993, p. 240). Tudo era muito novo na Capital da Província, sobretudo a educação, impulsionada pelas transformações sociais e econômicas que ocorreram com a criação da nova capital. Quando foi fundada, a escola normal de Niterói não previa a presença de moças, todavia na segunda metade do século XIX, os cursos de formação de professores passaram por um processo de feminização. As escolas normais, que até então tinham uma trajetória descontínua, passaram por um processo de profissionalização (VILLELA, 2009, p. 68).

O regulamento das escolas normais estabelecia que quando estas contassem com a frequência de moças, deveriam estudar em classes separadas ou horários e escolas distintas. Aos poucos, dois processos foram ocorrendo. De um lado, os homens que estavam abandonando as escolas normais, fato impulsionado, em parte, pela industrialização que abria novas frentes de trabalho para eles. Por outro, as moças procuravam cada vez mais as escolas normais em busca de uma profissionalização e de ampliar seu universo social, que em geral, se estendia da casa à Igreja. (LOURO, 2004, p. 376-377).

Ao longo dos séculos XIX e XX, as escolas normais se tornaram escolas de moças e tal fato influenciou seu currículo, arquitetura e normas (LOURO, 2007, 382). A atuação da mulher na escola normal, não se deu sem desconfiança, sem que ela fosse a todo tempo vigiada e tomada de "cuidados". Para as moças, de qualquer segmento social, que entravam nas escolas normais, a moralidade era um critério determinante, tanto que uma das exigências de matrícula era o atestado de "boa morigeração" que aferia à moral, bons costumes e boa educação da moça (VILLELA, 2007), (LOURO, 2008). No cotidiano das escolas normais, a vigilância sobre as alunas era constante, como sobre as professoras as quais se exigia serem "senhoras honestas" e responsáveis em transmitir às alunas somente o que fosse necessário, evitando assuntos considerados "impróprios" como gravidez.

O Regulamento de Instrução Primária e Secundária da cidade do Rio de Janeiro de 1854 estabelecia as normas e a política de recrutamento de professores para os estabelecimentos públicos e particulares. Nele a exigência da moralidade permanecia (SCHUELER, 2005). A autora aponta que:

> Para as mulheres, ainda que maiores de 25 anos, havia outras exigências, reveladoras das relações sociais entre os sexos. No caso das moças solteiras, era necessária a apresentação de expressa autorização paterna ou de outro responsável para que se candidatasse a uma vaga como professora adjunta ou efetiva das escolas públicas de meninas. Se fosse casada, a candidata deveria apresentar a devida autorização marital para dirigir casa de escola e lecionar; se fosse viúva, o atestado de óbito. Quando separada, segundo as normas eclesiásticas, deveria apresentar certidão do pároco (2005, p. 335).

Embora a entrada das moças para as escolas normais fosse criticada por determinados setores da sociedade, por outro lado, era construída uma visão do magistério que o atrelava ao feminino. Qualidades como paciência, minuciosidade, afetividade, doação, características essas, geralmente atribuídas às mulheres. Buscava-se também atrelar a atividade docente a religiosa, desse modo o magistério era visto como sacerdócio "Tudo foi muito conveniente para que se constituísse a imagem das professoras como 'trabalhadoras dóceis, dedicadas e pouco reivindicadoras'" (LOURO, 2004, p.377).

Outra mentalidade que emergia era a de que o trabalho de professora por ser de um só turno, permitia que ela cumprisse suas "funções domésticas". Este fato contribuía para manter o salário das professoras baixo, como algo complementar à renda do homem, este sim deveria prover o sustento da casa (LOURO, 2004, p.380). Em nosso entender, essas perspectivas, ressalvadas as devidas proporções, se manteve constante na década de 1950, quando a professora era vista como "segunda mãe" de seus alunos e a normalista encarada como dócil e frágil.

No ano de 1893, ocorreu à publicação do livro *A Normalista* de Adolfo Ferreira dos Santos Caminha[22]. Podemos considerar a personagem Maria do Carmo como um clássico exemplo das representações sociais da mulher e da normalista:

> Às vezes, quando Maria voltava da Escola Normal, ele mandava-a sentar-se na rede, a seu lado. A pequena guardava os livros e lá ia, sem fazer beiço, deitar-se com o padrinho, amarfanhando o rico vestidinho de cretone passado a ferro pela manhã. Obedecia-lhe cegamente, nunca lhe dissera uma palavra áspera; ao contrário, — eram carinhos, cafunés no alto da cabeça, cócegas, histórias de alma do outro mundo e gracinhas para ele rir... Tinha sempre um sorriso fresco e luminoso para "o seu padrinho". E João da Mata sentia um bem estar incomparável, uma delícia, um gozo inefável ante aquele esplêndido tipo de cearense morena, olhos cor de azeitona onde boiava uma névoa de ingenuidade, cabelos compridos descendo até a altura dos quadris, desmanchando-se em ondas de seda finíssima... Quantas vezes, quantas! punha-se, por trás dos grandes óculos escuros, a olhá-la como um pateta, sem que ela sequer percebesse a fixidez de seu olhar cheio de desejo! (CAMINHA, 1984, p. 4).

[22] Escritor naturalista brasileiro nascido em 1867 em Acarati e falecido no Rio de Janeiro em 1897 aos 29 anos (BOSI, 2006).

Nesta obra, Adolfo Caminha representa sua personagem, a normalista, de modo sensual e romântico. O olhar, de Caminha, a respeito da normalista, em certa medida, tem se mantido ao longo da história, pois “As representações literárias não são neutras, são encarnações ‘textuais’ da cultura que as gera” (TELES 2004, p. 432). Nesta direção, Perrot (1988) afirma que as representações da mulher sedutora e astuciosa, se perpetuam ao longo da história:

> Essas representações são numerosas e antigas, mas muitas vezes recorrentes. Elas modulam a aula inaugural do *Gênesis*, que apresenta a potência sedutora da eterna Eva. A mulher, origem do mal e da infelicidade, potência noturna, força das sombras, rainha da noite, oposta ao homem diurno da ordem e razão lúcida, é um grande tema romântico, e, em particular, de Mozart a Richard Wagner, da Ópera (1988, p. 168).

Quanto ao conteúdo ensinado nas escolas normais, foi muito semelhante ao da escola primária de primeiras letras. Sendo as metodologias de ensino ministradas nas escolas normais que as diferenciavam das escolas das crianças. A formação das primeiras escolas normais deixava muito a desejar, sendo insuficiente para a atuação no magistério. Não eram raras as críticas a estas instituições que constavam nos relatórios dos ministros e inspetores gerais da Instrução, que relacionavam o estado desolador das escolas de primeiras letras no município da Corte a falta de preparo dos professores (LOPES; MARTINEZ, 2008, p. 61).

Contudo, ao longo do tempo, à medida que as escolas normais foram se profissionalizando, o seu currículo se diversificou. A ele foram incluídas disciplinas de português, matemática, geografia nacional, história do Brasil e geral, história sagrada, catecismo, pedagogia, puericultura, psicologia, economia doméstica, trabalhos manuais, higiene escolar, sociologia e ainda outras como canto orfeônico, educação física e ginástica, moral e civismo e em alguns momentos, teatro. Seu currículo foi marcado por diferentes propostas pedagógicas e orientação política e por continuidades e descontinuidades (LOURO, 2004, p. 382).

Com a consolidação das escolas normais, foi-se formando um status profissional para a normalista (futura professora). Segundo Schueler (2005) havia professoras aposentadas em meados do século XIX, com 25 anos trabalhados. Existia já na Província do Rio de Janeiro um aparato legislativo para garantir a solidificação da carreira de magistério e a “construção de um corpo docente vinculado ao Estado, submetido a uma série de normas de funcionamento, de controle, de organização, de fiscalização do ensino e das atividades docentes, além de preceitos de conduta moral e profissional” (2005, p. 341).

Apesar de seu pioneirismo em relação à formação de professores e sua elevação à capital da província, esses eventos não garantiram a Niterói autonomia administrativa em relação à Província do Rio de Janeiro. Niterói era ligada de tal modo ao Rio de Janeiro política e financeiramente que tal relação iria atravessar a trajetória da recém-criada cidade:

> A verdade é que a autonomia concedida à província fluminense mostrava-se extremamente limitada e não foi suficiente para libertá-la do peso da cidade do Rio de Janeiro a sua vida política e econômica. A centralização monárquica acentuava a relação de dependência da província para com a capital do país, o que resultava no carreamento para a Corte de vultosos recursos econômicos e tributários, além de permitir constante interferência da Corte nos negócios fluminenses (FERREIRA, 1997, p. 76).

À medida que a formação de professores se consolidava em Niterói, as relações políticas e sociais entre a metrópole e a província se davam de forma conflituosa. Este fato muito marcou as relações entre Rio de Janeiro e Niterói e influenciou as representações que se formaram a respeito dessa última. Nesse contexto, o Rio de Janeiro além de capital do Império, era sede da Corte, seu polo político e núcleo da elite carioca. Uma década mais tarde, com a abolição da escravatura, em 1888 e com a proclamação da República em 1889, o Rio de Janeiro passou a se constituir como polo do desenvolvimento nacional "fiadora do progresso" que acompanhava esses novos tempos (RESENDE, 1994, p. 128).

A relação entre Niterói e Rio de Janeiro foi marcada por disputas e embates políticos. O fato de Niterói ter sido eleita capital do Estado do Rio de Janeiro era constantemente contestado[23]. Logo após a proclamação da República, a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, foi palco de disputas entre os deputados que julgavam Niterói incapaz de ser a capital do novo Estado do Rio de Janeiro e entre aqueles que a preteriam.

Esses aspectos contribuíram para produzir representações depreciativas em torno dos fluminenses. A elite carioca "depreciava" os fluminenses (aqueles que viviam na província, nos arredores da metrópole), era usado o termo "provinciano" para se referir aqueles que não pertenciam ao ciclo da Corte. Mesmo depois da proclamação da República, essa relação

[23] Os eventos que ocorreram no Rio de Janeiro e Niterói, chamados de a Segunda Revolta da Armada, que envolveram o então Presidente da República Floriano Peixoto (1891-1894) Durante os conflitos, Niterói foi duramente bombardeada e em parte destruída. Como resultado desses embates, Niterói perdeu sua condição de capital fluminense em 1892 e só retornou em 1903, ficando em seu lugar o Município de Petrópolis (FERREIRA, 1993), (WEHRS, 1984). Embora tenha voltado a ser capital do Estado do Rio de Janeiro, o "fantasma" de perder seu título de capital e sua posição política sempre rondou Niterói. Outro "golpe" que Niterói sofreu, foi à criação do Município de São Gonçalo, em 1890. O fato trouxe prejuízos econômicos e políticos para Niterói, pois a região de São Gonçalo, que antes compunha seu território, era responsável por sua área rural. Niterói perdeu seus subsídios rurais, fato que em muito determinaria sua industrialização.

permaneceu. Os “provincianos” agora eram aqueles que não pertenciam à cidade Capital do país (FERREIRA, 1997).

Essa depreciação se estendia a Niterói, capital fluminense, sendo suas comparações com o Rio de Janeiro inevitáveis. Wehrs (1984, p. 63) chama a atenção para o fato de que tudo que era “indesejável” ao Rio de Janeiro se “mandava” para a “banda de além mar”, hospital de leprosos, embarcações cuja tripulação tinha escorbuto etc. “ Em caso de dúvida o endereço era sempre o mesmo Niterói”. Essa perspectiva começaria a mudar durante os governos de Ernâni do Amaral Peixoto[24] que ajudou a consolidar o poder político em Niterói.

1.2 **O Município de Niterói: aspectos políticos e históricos**

A década de 1930, marca a consolidação de Niterói como centro político fluminense. Quanto à sua administração, segundo Wehrs (1984, p. 106), o período entre 1930 a 1937 não foi propício aos fluminenses. Neste contexto, o executivo fluminense contou com sete chefes e Niterói igualmente com sete prefeitos[25]. Os prefeitos exerciam os poderes legislativo e executivo, pois a Câmara Municipal havia sido extinta. Na análise do autor, o único prefeito deste período a merecer destaque foi Gustavo Lyra da Silva que ocupou o cargo entre 1932 a 1935. Em seu *Relatório Semestral de exercício de 1934*, apresentado à Câmara de Vereadores de Niterói em 1935, não fez referências à educação ou a escolas no Município de Niterói, embora o documento apresente, minuciosamente, o exercício de sua gestão.

Durante o Estado Novo (1937- 1945), Ernâni do Amaral Peixoto, então Interventor Federal, procurou “neutralizar” os conflitos políticos internos e em consequência deste movimento “abriram finalmente a possibilidade de Niterói consolidar seu papel de centro político do estado” (FERREIRA, 1997, p. 94). Ernâni do Amaral Peixoto participou das articulações políticas que levaram Getúlio Vargas ao poder em 1930, tendo assumido papel significativo no governo do Presidente da República e vários cargos durante o Governo

[24] Ernâni do Amaral Peixoto nasceu em Niterói em 1904, foi militar da Marinha, engenheiro e político. Em 1937, com a instauração do Estado Novo, foi nomeado Interventor Federal e permaneceu no cargo até 1939. Em 1946 ajudou a fundar o Partido Social Democrata (PSD) pelo qual foi eleito deputado constituinte e posteriormente Governador do Estado do Rio de Janeiro (1951-1954). Faleceu, no Rio de Janeiro, em 1989, aos 84 anos.

[25] O primeiro prefeito foi Paulo Alves do Partido Republicano Fluminense (PRF) seu mandato foi exercido de 5 de janeiro de 1904 a 09 de novembro do mesmo ano. Foi nomeado pelo então Presidente Nilo Peçanha (1909-1910).

Provisório (1930-1937). No período, dentre outras medidas, implantou o sistema de interventoria que foi centralizador do poder político local. Os interventores eram nomeados e subordinados ao presidente da República (PANDOLFI, 2007, p. 18).

O governo provisório tomou medidas que reforçaram o controle sobre os estados e minaram sua autonomia. Em agosto de 1931, criou o Código dos Interventores que, dentre outras medidas, determinava que os estados não poderiam contrair empréstimos externos sem autorização do poder central. Em 1930 criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o Ministério da Educação e Saúde Pública. Entre os anos de 1931 e 1934 foram implantadas uma série de medidas que culminaram em 1945 na Consolidação das Leis do Trabalho, dentre elas estavam à jornada de trabalho de oito horas no comércio e na indústria, férias, regulamentação do trabalho da mulher e do menor, carteira de trabalho e direito a pensões e aposentadorias (PANDOLFI, 2007, p. 19).

O Estado Novo brasileiro, que se instituiu em 02 de dezembro de 1937, foi marcado por uma política voltada para as classes populares e por estabelecer críticas ao sistema liberal. Apesar de ter aspectos próprios, teve inspiração europeia, a exemplo do fascismo na Itália, o nazismo na Alemanha regimes, que com aspectos próprios de cada país, tiveram como características a presença de um Estado forte sob o comando de um líder carismático (CAPELATO, 2007, p.109).

As reformas políticas, instituídas por Getúlio Vargas, a partir de 10 de novembro de 1937, com apoio do Exército e "outras forças antidemocráticas" produziram um redimensionamento do papel do Estado que passou a operar a partir da figura de um líder em relação às massas, que vinha sendo engendrada desde a década de 1930. Essa forma de governar não contava com a participação popular. O povo foi comunicado do golpe pelo rádio. Os líderes do Estado Novo buscavam legitimação e apoio de setores da sociedade, por meio da propaganda e pelos meios de comunicação (CARPELATO, 2007, p. 110).

Vários órgãos de imprensa foram "silenciados" durante este período, os jornais de circulação em Niterói, como os demais, passaram a ter suas notícias censuradas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (Dips). Tropas de choque (a polícia especial) faziam guarda nas ruas de Niterói (WEHRS, 1984).

Outros órgãos como o Jornal *O Fluminense* apoiaram Getúlio Vargas. Esse apoio foi estendido a Amaral Peixoto[26]·. Em trabalho com as fontes documentais, localizamos várias

[26] Verbete Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, disponível em http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/fluminense-o. Acessado em 20\01\19.

reportagens do Jornal *O Fluminense* com explícito apoio a candidatura de Amaral Peixoto[27] a governador do Estado do Rio de Janeiro. Nas reportagens, o político militar Amaral Peixoto era tratado como "Comandante".

Em outras reportagens, após ter sido eleito, o jornal exalta as benfeitorias do então governador e igualmente de sua esposa Alzira do Amaral Peixoto. Citamos como exemplo a edição do *Fluminense* de 26 de setembro de 1951 onde o jornal em letras garrafais anunciou que: "Trarão um surto de progresso para o Estado do Rio" se referindo ao "empréstimo interno de Cr$ 500.000,000,00" feito pelo executivo fluminense. Segundo o jornal, o dinheiro serviria para atender aos "apelos reclamando" por rodovias, pontes etc. Esse apoio do Jornal *O Fluminense* a políticos e partidos era uma forte marca do periódico[28].

No período da interventoria, Amaral Peixoto, dentre outras medidas, criou a Caixa Econômica Federal, com sede em Niterói. Em 1938, criou a Secretaria de Educação e Saúde Pública, fato que ampliou a rede escolar e aumentou o número de matrículas no Estado do Rio de Janeiro. Além de implantar maior centralização do poder político em Niterói, Amaral Peixoto voltou seu governo para a modernização, para a criação de indústrias e reformas urbanas na cidade.

Em 1939, sua esposa Alzira do Amaral Peixoto criou, em Niterói, a Escola de Serviço Social posteriormente agregada à Universidade Federal Fluminense (UFF).[29]

Imagem 1- Alzira Vargas do Amaral Peixoto em sua comitiva em Niterói (1953)

Fonte: Acervo FGV\CPDOC-Ernâni do Amaral Peixoto e Alzira do Amaral Peixoto.

[27] Amaral Peixoto foi Governador do Estado do Rio de Janeiro de 1951 a 1954.

[28] Esse tópico será abordado mais adiante, quando falarmos do caráter político partidário do Jornal *O Fluminense*.

[29] Verbete Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/peixoto-ernani-do-amaral Acessado em 20\01\21

Na imagem, vemos Alzira Vargas do Amaral Peixoto e sua comitiva por ocasião da visita ao Serviço de Assistência aos Menores, na Ilha do Carvalho, em janeiro de 1953. Não era incomum Alzira Vargas e sua comitiva, durante o governo de Ernâni do Amaral Peixoto no Estado do Rio de Janeiro, visitarem instituições de assistência social em Niterói.

Imagem 2- Alzira Vargas do Amaral Peixoto na Semana da criança em Niterói (1952)

Fonte: Acervo FGV\CPDOC-Ernâni do Amaral Peixoto e Alzira do Amaral Peixoto.

Na imagem, Alzira Vargas visita Niterói na solenidade de encerramento da Semana da criança em 1952. Ela foi atuante na vida política, atuou ao lado de seu pai Getúlio Vargas, durante o Estado Novo e de Ernâni do Amaral Peixoto, com quem se casou em 1939. Após o retorno de Getúlio Vargas à presidência da República em 1951, durante o governo de Ernâni do Amaral Peixoto como governador do Estado do Rio de Janeiro, desempenhou funções oficiais. Participou, entre 1952 e 1953, das delegações brasileiras internacionais do Trabalho em Genebra e fez parte da equipe da Comissão Nacional do Bem-Estar Social[30].

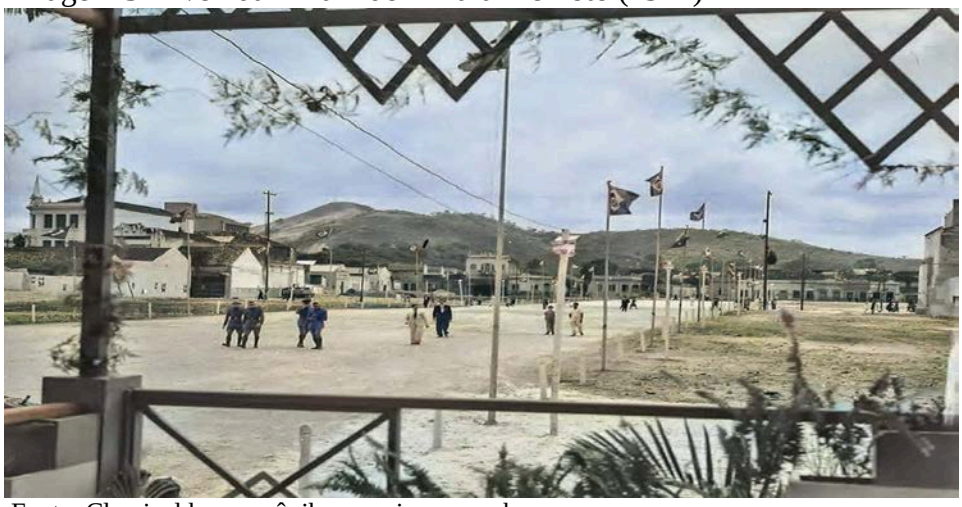
A Constituição Estadual de 1947 que garantiu o estatuto de capital a Niterói ajudou a consolidar o município como centro político (FERREIRA, 1997). Desse modo, os anos de 1950 foram relevantes para a consolidação de Niterói como capital fluminense, a partir do segundo governo de Amaral Peixoto (LUZ, 2009, p. 280). Amaral Peixoto foi responsável pela ampliação das escolas públicas por meio da criação de grupos escolares. Essa política, iniciada em seu período como interventor, se manteve quando eleito para governador do Estado do Rio de Janeiro (1951-1953) (RIZZINI, SCHUELER, 2014).

[30] Verbete Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/peixoto-alzira-do-amaral. Acessado em 20\01\21

No que tange ao aspecto geográfico, Niterói era cercado por mar e na região havia muitas localidades pantanosas (AMARAL, 2016). A pavimentação além de ser uma solução para este problema era uma forma de "igualar" a cidade ao Distrito Federal. A exemplo dessa perspectiva, em 1942, foi iniciada uma obra de grande porte, a construção de uma avenida nos quarteirões do centro de Niterói, entre as ruas Coronel Gomes Machado, Rua da Conceição e Rua Presidente Celestino. A avenida recebeu o nome de Avenida Ernâni do Amaral Peixoto (WEHRS, 1984, p. 109).

Podemos notar, pela sequência de imagens, uma constante em Niterói, sua frequente ênfase no que diz respeito às obras públicas e pavimentação. Na primeira imagem, vemos o cenário da Avenida Ernâni do Amaral Peixoto em 1942, que se tornaria a principal Avenida de Niterói, seu centro comercial. Pela imagem, podemos observar seu aspecto rural, cercada por casas em um cenário que lembra uma vila interiorana.

Imagem 3- Avenida Ernâni do Amaral Peixoto (1942)



Fonte: Classical buses – ônibus e paisagens urbanas.

Na segunda imagem, de 1954, observamos a avenida, que em pouco mais de uma década se modificou totalmente, perdendo seu aspecto rural e assumindo aspecto de cidade urbana e centro comercial. Desapareceram os casebres e em lugar deles surgiram construções de edifícios. Já não se observa os transeuntes andando a pé, mas carros e caminhões cruzando a Avenida.

Imagem 4- Avenida Ernâni do Amaral Peixoto (1954)

Fonte: Site Classical buses – ônibus e paisagens urbanas.

Esse aspecto pantanoso de Niterói se dava por sua localização geográfica cercada por mar, banhado pela Baía da Guanabara, que só permitia o acesso ao Rio de Janeiro por barco. Na década de 1950, o Estado do Rio de Janeiro era composto por 58 municípios e dividido em três zonas geográficas: Litoral Ocidental, Baixada da Guanabara e Litorânea Ocidental. Niterói se localizava na Zona da Baixada da Guanabara ao lado dos Municípios de Cachoeira de Macacu, Duque de Caxias, Itaboraí, Magé, Nova Iguaçu e São Gonçalo.

Quase todos os municípios do Rio de Janeiro “gravitam em torno de dois grandes centros que os aculturam” (ABREU, 1955, p. 23-33-41), esses grandes centros eram o Distrito Federal e Niterói (Capital do Estado). A região de Niterói era de baixa altitude, clima quente e úmido e com a área de maior concentração de pessoas do Estado do Rio de Janeiro. Com uma extensão de 10,12% do estado, concentrava cerca de um terço de sua população. Niterói era a segunda região pesqueira do estado, em 1952 contava com 735 metros de cais acostável e estava entre os quatros municípios a possuir os principais portos. Com uma população predominantemente urbana tinha como principal ramo econômico o industrial com 753 indústrias (ABREU, 1955). Ainda, segundo Abreu (1955, p. 31) em 1952, Niterói esteve entre os vinte e cinco municípios com maior renda orçada do Brasil e entre os cinco municípios fluminenses.

O processo de industrialização de Niterói manteve-se constante desde o século XIX, onde suas chácaras e engenhos foram aos poucos sendo ocupados por indústrias fabris. Por ser uma região desprovida de agricultura intensa, a solução econômica de Niterói foi se industrializar e com isso atraiu um grande contingente de operários, como lavradores do interior fluminense, mineiros, nordestinos e imigrantes de diferentes nacionalidades. Entre as

principais categorias de trabalhadores de Niterói havia da indústria têxtil, da indústria naval, indústria alimentícia além de trabalhadores metalúrgicos, vidreiros etc. (AMARAL, 2016, p. 4). A concentração do operariado em Niterói possibilitou sua organização sindical e as lutas operárias tinham força na região:

> Apontada pelos militares como parte do 'cinturão vermelho' instalado no entorno da Baía da Guanabara, a cidade de Niterói foi durante anos, palco de inúmeras greves operárias, atividades de movimentos sociais e atuação de lideranças de diferentes partidos políticos. Como era a capital fluminense a cidade sediava comitês municipais e estaduais de partidos políticos, além de reunir sindicatos de âmbito estadual e sedes das federações de trabalhadores de diferentes categorias (AMARAL, 2016, p. 4).

A tendência migratória para Niterói, em busca de trabalho, em muito contribuiu para o aumento da população. Entre 1920 e 1940 a população niteroiense quase duplicou, neste período havia terras e moradia com preço mais acessível do que no Distrito Federal, desse modo muitas pessoas optavam por morar em Niterói e trabalhar no Distrito Federal. Nos anos entre 1930 e 1940 surgiram na cidade de Niterói, 34 novos estabelecimentos industriais e no intervalo entre 1940 e 1950 surgiram mais de 100 desses estabelecimentos. Já em 1953, Niterói contava com 191 indústrias e uma população operária de 11.028 para uma população total de 186.039 habitantes (AMARAL, 2016, p. 12-13).

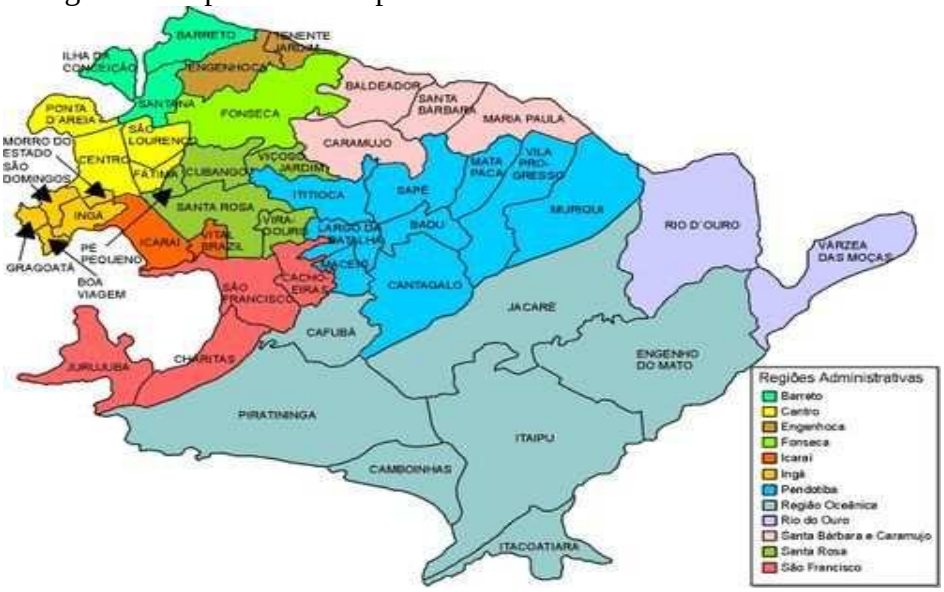
Os trabalhadores niteroienses residiam nas zonas industrial e operária e nas muitas favelas de Niterói, sem abastecimento de água, energia elétrica, rede de esgoto, transporte e sem calçamento, com ruas de chão de barro e lama[31]. Os bairros que registravam grande concentração de indústrias, eram Barreto, São Lourenço, Santana, Ponta d`Areia, Ilha da Conceição, Engenhoca, Caramujo, geralmente localizados na Zona Norte de Niterói. Outro fenômeno habitacional da região, no segundo pós-guerra, era a crescente proliferação de favelas nos morros de Niterói, como Morro da Boa Vista, Morro dos Martins, Morro do Maruí Grande (Buraco do Boi), Favela Nova Brasília e Morro do Cavalão e Morro do Estado estes últimos localizados em Icaraí e no centro da cidade.

Todas as favelas apresentaram crescimento significativo na década de 1950 (AMARAL, 2016, p. 12-15-53). Esses bairros, localizados na Zona Norte de Niterói, estavam em perfeita contradição com os bairros com maiores infraestrutura do município, como Icaraí,

[31] Embora de 1930 a 1950 tenha-se se ampliado à criação de redes de esgoto e água em bairros periféricos, como Barreto e Fonseca, essa iniciativa não alcançou os morros de Niterói (AMARAL, 2016, p. 51).

Ingá e São Domingos. O mapa atual[32] do Município de Niterói demonstra a distribuição geográfica de seus bairros.

Imagem 5- Mapa do Município de Niterói



Fonte: Mapa atual de Niterói *apud* Amaral (2016, p.17).

No que tange a seu poder executivo, Niterói, conforme é demonstrado no quadro a seguir, no período entre 1948 a 1959, teve 11 prefeitos[33], 5 eram da União Democrática Nacional (UDN), o que demonstra, que na década de 1950, a UDN foi o partido que mais esteve à frente da Prefeitura de Niterói. Em 31 de março de 1948, a UDN elegeu seu primeiro prefeito em Niterói, José Inácio da Rocha Werneck, que ocupou o cargo até 28 de junho de 1950, quando renunciou, assumindo o vice-prefeito Alberto Rodrigues Fortes (também da UDN). Este permaneceu à frente da prefeitura até 08 de dezembro de 1950. Alberto Fortes retornou ao executivo niteroiense de 1955 a 1959, o seu mandato foi o mais longo e contínuo de prefeitos em Niterói desde 1940 (WEHRS, 1984, p. 114).

[32] O mapa reflete a geografia atual do Município de Niterói e nos apresenta indícios para pensarmos a distribuições dos bairros no município.

[33] O primeiro prefeito de Niterói foi Paulo Alves do Partido Republicano Fluminense (PRF) seu mandato foi exercido de 5 de janeiro de 1904 a 09 de novembro do mesmo ano. Foi nomeado pelo então Presidente Nilo Peçanha (1909-1910). Segue o quadro com a relação de prefeitos de Niterói.

Quadro 1 - Prefeitos de Niterói (1948-1959)

Prefeitos	Mandato	Partido
José Inácio R. Werneck	UDN	1948-1950
Alberto Rodrigues Fortes	UDN	1950-1950
José Inácio R. Werneck	UDN	1950-1951
Osvaldo Mendonça	UDN	1951-1951
Daniel Almeida	PSD	1951-1953
Altivo M. Linhares	PSD	1953-1954
José Geraldo da Costa	PTB	1954-1954
Altivo Mendes Linhares	PSD	1954-1954
Lealdino S. de Alcântara	PSD	1954-1955
Alberto Rodrigues Fortes	UDN	1955-1959

Fonte: quadro confeccionado a partir de Wehs (1984, p. 107).

A UND foi fundada em 7 de abril de 1945 como uma associação de partidos estaduais que eram contra ao Estado Novo e se caracterizou pela oposição a Getúlio Vargas. Na Câmara Federal dos deputados, a UDN manteve o segundo lugar em representatividade, perdendo apenas para o Partido Social Democrata (PSD) seu principal adversário nas urnas. A UDN foi marcada por sua vinculação aos militares[34] e a defesa das camadas médias urbanas, criando uma forma de fazer política que ficou conhecida como udenismo que teve como características a "defesa do liberalismo clássico, o apego ao bacharelismo e ao moralismo e o horror aos vários 'populismos[35]".

No domingo do dia 12 de setembro de 1954, o Jornal *O Fluminense* fez explícita campanha para Alberto Fortes com a frase "Niteroienses para prefeito votem em Alberto Fortes". Na introdução de seu relatório apresentado à Câmara Municipal de Niterói em 1957, o Prefeito Alberto Rodrigues Fortes mencionou a boa relação entre a prefeitura de Niterói e o então Governador do Estado do Rio de Janeiro, Miguel Couto Filho (1954-1958) que demonstrava a boa relação do executivo de Niterói com o Governo do Estado.

Em vários momentos de seu relatório Alberto Fortes fez menção a sua boa relação com a Câmara Municipal. Nele o prefeito apresentou uma menção honrosa concedida a Niterói pelo Instituto de Brasileiro de Administração Municipal e pela Revista *O Cruzeiro*. A

[34] Em 1965, durante o regime militar, a UDN foi extinta, todavia manteve apoio ao Regime Militar.

[35] Verbete Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-democratica-nacional-udn Acessado em 20\01\21

menção honrosa foi concedida a Niterói pelo fato do município ter sido eleito um dos dez municípios finalistas do Concurso:

> Seu comércio, suas industrias, suas artes, suas escolas, tudo enfim assegura a grandeza e a imortalidade de nossa terra. Por isso, eu me desvaneço e ouso repeli-os que um dos maiores lauréis para a cidade foi sua inclusão entre os dez municípios brasileiros de maior progresso, demonstração através de julgamento de figuras das mais representativas e conhecedoras dos assuntos administrativos. O conceito de Niterói elevou-se e há de se firmar, porque o seu povo é bom, ordeiro trabalhador, patriota e inteligente (FORTES, 1956, p. 8).

A Revista *O Cruzeiro*, segundo Fortes (1956, p. 6), na ocasião da menção honrosa destacou o fato de seu governo "Não deixar para amanhã, o que se pode fazer hoje". Apesar do "reconhecido êxito", supostamente enaltecido pela Revista acerca de sua gestão, Alberto Fortes queixava-se no relatório da falta de recursos, sobretudo no ano de 1956. Tais queixas já vinham sendo apontadas desde 1955, quando Alberto Fortes decidiu não ornamentar a cidade de Niterói alegando falta de recursos da prefeitura (AMARAL, 2016, p. 69).

As queixas recaíram principalmente nos gastos com funcionalismo público. Apesar do gasto da prefeitura, Alberto Fortes considerou justas as reivindicações dessa categoria. Acrescentou o prefeito que o aumento com vencimentos e salários "assumiu proporções nunca antes verificadas" e que o prefeito organizou uma comissão para gerir uma tabela de aumento que segundo suas palavras "aprovei com satisfação de todos" (FORTES, 1956, p. 07). Apesar de seu "orçamento apertado", Alberto Fortes reafirmou o progresso de Niterói em seus decorridos dois anos de mandato. Segundo ele, "Niterói progride e caminha triunfante. Seu comércio, suas indústrias, suas artes, suas escolas, tudo assegura a grandeza e a imortalidade de nossa terra" (FORTES, 1956, p. 07).

No subitem intitulado "Assistência aos estudantes" Alberto Fortes fez referência à "concessão de matrículas" em estabelecimentos particulares de ensino. Iniciativa regulamentada pelo Decreto Lei nº 779 de 11 de novembro de 1955 e que "teve desenvolvimento acentuado em 1956". Segundo o relatório, o objetivo da municipalidade[36] era tornar o ensino acessível "quanto possível aos menos afortunados" (FORTES, 1956, p. 38). Na concepção do prefeito, tratava-se de um "humanitário propósito" da prefeitura conceder a gratuidade das matrículas em escolas particulares e prosseguiu:

[36] A Municipalidade, em relação a estabelecimentos de ensino, consistia na concessão de auxílio para as escolas particulares para "manutenção" de matrículas para alunos "carentes".

> Para que fique corroborado o desejo da administração no que concerne às facilidades do ensino àqueles que lutam com dificuldades, não é ocioso adiantar que, mau grado a situação do erário municipal, ainda assim esforços foram desenvolvidos no sentido de se dilatar o número de matrículas gratuitas fornecidas pela Prefeitura capaz de atingir um total almejado (FORTES, 1956, p. 38).

É digno de nota que o relatório fala da educação dos "menos afortunados" como uma benesse que a prefeitura concedia aos alunos. Segundo Xavier (2003) nos anos de 1950 e 1960, houve crescente manifestação de interesses privados no âmbito legislativo, embora houvesse uma exaltação da importância da educação no setor público e da educação de modo geral como forma de impulsionar o desenvolvimento do país.

Na análise de Bezerra (2000, p.24) as escolas municipais de ensino surgem tardiamente em Niterói em 1959[37]. Neste ano, foram criadas 10 escolas municipais pela Prefeitura, em espaços cedidos pela comunidade de Niterói. Essas escolas foram improvisadas de forma precária. Cada uma contava com no máximo três salas de aula. A precariedade se estendia para o corpo docente "não havia, inicialmente, uma preocupação em recrutar pessoal habilitado". Essas escolas contaram com a atuação de muitos professores leigos.

Na tensão entre público e privado procuramos entender a iniciativa do prefeito Alberto Fortes. Iniciativa que de certo modo, foi "oficializada" pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961, que previa a concessão de recursos públicos, por meio de bolsas de estudos, às instituições privadas de ensino. Na análise de Xavier (2003, p.244) "no que tange à distribuição de recursos, a LDB contemplou os interesses privados em detrimento dos interesses públicos". A autora afirma que o reconhecimento, por parte da legislação, da educação como direito de todos justificou a concessão de bolsas de estudos com amparo legal, fato que possibilitou o setor privado expandir-se, com a argumentação de que estaria preenchendo uma lacuna do setor público.

Essas iniciativas para com o ensino dos "menos afortunados" já haviam sido implantadas mesmo antes da gestão de Alberto Fortes. Aspecto que podemos observar na edição de 11 de junho de 1952, onde *O Fluminense* escreveu:

"Difundindo a instrução pública" o jornal noticiava a respeito do Projeto de Lei, do vereador Álvaro Caetano de Oliveira, apresentado a Câmara Municipal. O projeto visava criar um selo no valor de vinte centavos que seria aplicado nos estabelecimentos de "diversão" fiscalizados

[37] Antes da iniciativa, em Niterói, a instrução das crianças ficava a cargo do Estado que se encontrava bastante desenvolvida em Niterói.

pela prefeitura. A quantia seria empregada "Na campanha nacional de educandários gratuitos[38]" no estado e a renda obtida seria empregada nos educandários de Niterói.

Segundo o vereador Álvaro Caetano de Oliveira pretendia-se inaugurar um "ginásio gratuito" no bairro do Fonseca, em suas palavras " Bairro de densa população, que na maioria dispõe de parcos recursos". O vereador denunciou o alto índice de analfabetismo do país, ressaltando a importância de seu projeto que seria "consubstanciado pelo povo niteroiense". Acrescenta que o auxílio que os estabelecimentos particulares recebiam da prefeitura não correspondia às suas despesas quando "contribuem com matrículas gratuitas" que, em certos casos, era superior ao auxílio recebido (*O FLUMINENSE*, 11\06\1952).

Na ocasião, Álvaro Caetano de Oliveira, citou a Constituição Estadual que em seu artigo 142 determinava que Estados e Municípios deveriam aplicar, no mínimo, vinte por cento de sua arrecadação de impostos na educação. O vereador chamou atenção para o fato da capital do Estado, não ter nenhum estabelecimento de ensino mantido pela "Municipalidade" e "As subvenções concedidas a alguns são irrisórias" e termina sua explanação, mais uma vez, denunciando o drama do analfabetismo do Brasil (*O FLUMINENSE*, 11\06\1952).

Temos que atentar também para a política de ampliação da rede primária de ensino do então governador Amaral Peixoto (1951-1955), iniciada ainda em sua interventoria no Estado do Rio de Janeiro em 1937. Foram criadas também casas maternais autônomas, anexas aos grupos escolares, que conferiram nova organização à educação pré-escolar. Essa ampliação se deu principalmente em Niterói. A instrução primária estava, na época, atrelada à alfabetização da população e era a "educação popular por excelência" (RIZZINI, SCHUELER, 2014, p. 881). Conforme apontou Álvaro Caetano de Oliveira, o analfabetismo era uma das principais preocupações do poder público em relação ao ensino. Desse modo, iniciativas como a criação de "educandários gratuitos" e a "municipalidade" ampliaram a atuação da professora primária no Município de Niterói.

O segundo mandato do Prefeito Alberto Fortes, conforme aponta seu relatório, ampliou a iniciativa da municipalidade. No ano de 1955, a quantia gasta foi de Cr$ 157.101,00 com 86 matrículas em escolas particulares. Em 1956, foram incluídas 23 escolas particulares na municipalidade, com um gasto total de Cr$ 362.800,00 com 158 matrículas. Havia também a categoria de "matriculas grátis", ou seja, matrículas que as escolas concediam aos alunos que não podiam pagar. Entre os anos de 1955 e 1956 foram concedidas

[38] Segundo esta edição do jornal a Campanha nacional de educandários gratuitos foi iniciada em Recife em 1943 e contava, em 1952, com 29 educandários. Sendo 8 no Estado do Rio de Janeiro e 2 no Município de Niterói localizados nos bairros de Santa Rosa com 300 alunos e Barreto com 400 alunos.

112 matrículas “grátis” para 242 financiadas pela municipalidade. Dentre as escolas citadas, pelo relatório, destacamos o Colégio Bittencourt Silva e o Colégio Plínio Leite, ambos ofereciam o Curso Normal na época (FORTES, 1956, p.41).

1.3 **A educação pelas páginas do Jornal *O Fluminense***

> Reafirmamos, hoje, os ideais que animaram e conduziram o fundador de O Fluminense e os diretores que lhe seguiram, ideais que não tiveram para, através de circulação sem solução de continuidade, desde esse dia, servir corretamente à nossa comunidade. Em toda a existência, balizada de labôres em prol do povo, tôda ela útil, honesta e digna, outra coisa não há sido êste jornal senão veículo dos anseios coletivos, dêles fazendo-se porta-voz e defensor (*O Fluminense*, 08/05/1957).

Na página inicial do Jornal *O Fluminense,* em sua edição de 08 de maio de 1957, data de aniversário de sua fundação, era lembrado os 80 anos de “labutas, incertezas, sofrimentos, preocupações, idealizações, amor patriótico, constância do propósito do bem público” do jornal. Em meio ao texto que o homenageava, trazia impresso à fotografia de Francisco Rodrigues de Miranda um de seus fundadores.

O jornal *O Fluminense*[39] foi fundado em 8 de maio de 1878, “pelos majores da Guarda Nacional Francisco Rodrigues de Miranda e Prudêncio Luis Ferreira Travassos[40]”. Apontado por Wehrs (2013, p. 152) como “órgão conservador”, circulou simultaneamente nas cidades de Niterói e no Rio de Janeiro. Segundo Matheus (2010, p. 67) *O Fluminense* só passou a ser diário em 1892, tendo circulado, antes desta data, as quartas, sextas e domingos. Durante 60 anos o jornal teve apenas quatro páginas, mas “Ainda assim, trata-se de importante regularidade e produtividade para um jornal de uma cidade de pequeno porte, ainda que tenha sido por décadas, capital do Estado do Rio”.

O Fluminense surgiu, no século XIX, período de maior abertura para circulação de jornais no Brasil e maior estrutura para sua confecção. O sistema manual de produção de jornais era substituído por processos industriais, gerando desse modo menor dependência do trabalho manual (LUCA, 2018, p. 149). Esse atraso na inserção da imprensa se deve, em parte, pelo fato de que o Brasil não participou da revolução da tipografia de Gutenberg no

[39] *O Fluminense* se originou a partir do periódico *A Pátria*, impresso na Rua da Conceição em Niterói, que se tornou o *Correio de Niteroy* que proveio o jornal *O Fluminense* (WEHRS, 1984, p. 296).

[40] Verbete Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FLUMINENSE,%20O.pdf. Acessado em 20/11/19

século XVI, só fazendo uso dessa tecnologia a partir do século XIX. Somente em 1808 com a vinda da família real para o Brasil, que se inicia a confecção de jornais no país. Molina (2015) aponta que dentre os fatores que contribuíram para a tardia produção jornais no Brasil, está à falta de maquinário na Colônia, de interesse da Metrópole portuguesa, para implantar a imprensa, como de um público alfabetizado para consumir os jornais, fator este que atravessou nossa história.

Nessa direção, Luca (2018, p.156) aponta os altos graus de analfabetismo no Brasil como limitador da circulação de impressos no país. Como exemplo dessa perspectiva, no Distrito Federal, na metade do século XX, havia 50% da população analfabeta. Há de se ater ao fato que "não saber ler" não significava não ter acesso aos jornais. Era comum, os jornais serem expostos em bancas e vendidos em locais públicos, desse modo os "iletrados" podiam ter acesso às notícias por meio de outros leitores. A esse respeito, Chartier (1998, p. 24) afirma que o "escrito está instalado no coração do analfabeto", presente em rituais, nos espaços públicos, nas palavras que decifram o texto, nas imagens que ajudam em sua compreensão, enfim há uma infinidade de mecanismos que inserem o sujeito analfabeto no mundo letrado.

Ainda em nosso diálogo com Chartier (1998, p. 12), operamos com o conceito de comunidade de leitores que nos leva a problematizar as práticas de leituras. Nesta linha de análise, a leitura produz práticas e muitas das vezes essas práticas são coletivas e se "apossam de maneira diversa" dos objetos e de suas formas, produzindo significados variados. Para o autor, em uma comunidade de leitores, há diversas práticas de leitura e "níveis" de apropriação e compreensão dos textos. Há os que leem em voz alta a fim de melhor compreender os textos, os que não se sentem "à vontade" com determinado tipo de textos. Desse modo, na prática de leitura, nem todos dispõem das "mesmas ferramentas intelectuais". Acrescentamos ainda que os jornais são lidos dentro de suas condições materiais de leitura, nesta direção:

> [...] deve-se lembrar que não há texto fora do suporte que o dá a ler (ou ouvir), e sublinhar o fato de que não existe a compreensão de um texto, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele atinge o seu leitor. Daí a distinção necessária entre dois conjuntos de dispositivos: os que destacam estratégias textuais e intenções do autor, e os que resultam de decisões de editores ou de delimitações impostas por oficinas impressoras (CHARTIER, 1998, p. 16).

Cabe ainda acrescentar que devemos compreender, de forma mais detida, o que são jornais. Eles são pertencentes ao mundo da cultura, gerados no interior da sociedade que os

ritualiza como forma de comunicação, informação, poder e instrumento de sociabilidade (BARROS, 2019, p. 179). Ainda Barros 2019 elenca as características essenciais dos jornais que seguem no quadro:

Quadro 2 - Características dos jornais

Abrangência de assuntos	Os jornais por serem meios de comunicação\informação de massa, tendem a abranger uma diversidade de assuntos[41].
Efeito realidade	Tendência dos jornais de apresentarem seus discursos como realidade.
Busca de vários segmentos leitores	Os jornais buscam atingir diversos leitores, em maior número possível.
Interação entre informação e discurso	A informação, não é neutra, se mescla com um discurso atrelado a valores e regras.
Periodicidade	Mantém uma regularidade em sua circulação.
Largo alcance	Tratam de uma diversidade de assuntos e temáticas.
Polissemia de textos	Formado por um conjunto diverso de textos. Distribuídos por diferentes seções.
Produção multiautoral	Inclui diferentes autores e redatores. Embora nem todos os autores sejam nomeados.

Fonte: quadro confeccionado a partir de Barros (2019, p. 182).

No período histórico de circulação do Jornal *O Fluminense*, muitos jornais circularam em conjunto com ele. Quanto a isso, Wehrs (2013) elenca 95 periódicos entre jornais e revistas, já Barros (2019), tendo como parâmetro o ano de 1919, aponta 10 jornais de circulação simultânea com *O Fluminense* no Rio de Janeiro, a lista desses jornais segue no quadro abaixo:

[41] Embora existam também jornais que atendam públicos específicos.

Quadro 3 - Jornais de circulação simultânea com *O Fluminense*

Jornais	Circulação
Jornal do Brasil	1891
Gazeta de Notícias	1875-1942
Correio da Manhã	1901-1974
A Rua	1914
O Paíz	1884-1930
Jornal do Comércio	1826
Jornal das Moças	1814-1965
A Notícia	1894-1942
O Jornal	1919-1974
A Noite	1911-1957

Fonte: quadro confeccionado a partir da leitura de Barros (2019, p. 206).

Quanto ao número de páginas e preço, em nossa análise do jornal *O Fluminense*, encontramos, para o período de 1950 a 1959, uma variação de 6 a 12 páginas com valores entre 60, 80 e 100 cruzeiros. Por exemplo, na edição do Jornal *O Fluminense* de 08 de maio de 1957, aqui supracitado, possuía 8 páginas ao custo de 100 cruzeiros.

Nos anos de 1940, *O Fluminense* passou por forte crise financeira, entrando em decadência. Em 1944, Luís Henrique Xavier de Azevedo, que até então liderava o jornal, por motivo de doença passou a direção para seu filho Aurelino Azevedo. Em 1948, Luís Henrique retornou a direção do jornal e em 1954, convidou o então deputado Alberto Tôrres para resolver os problemas financeiros que o jornal enfrentava há anos[42]. Alberto Tôrres[43] foi político de carreira, tendo sido eleito sucessivamente deputado estadual no Estado do Rio de Janeiro e deputado federal pela UDN. Foi presidente da Academia Fluminense de Letras, da Associação de Empresas de Radiodifusão do Rio de Janeiro e do Espírito Santo e sócio honorário e benemérito da Academia Niteroiense de Letras. O jornalista Carlos Ruas, que trabalhou no jornal *O Fluminense* a época de Alberto Tôrres, em entrevista concedida a historiadora Ângela de Castro Gomes (2001), assim o descreveu:

[42] Verbete Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FLUMINENSE,%20O.pdf. Acessado em 20/11/19.

[43] Alberto Francisco Torres nasceu em Niterói em 1912, se formou em direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Faleceu aos 86 anos em 25 de novembro de 1998, antes já havia passado o comando do Grupo O Fluminense para sua filha, Nina Rita Tôrres.

> *O Fluminense* foi minha escola de jornalismo, e Alberto Tôrres o meu mestre. Inteligente, culto, perfeccionista, conhecedor do idioma, exímio na pontuação, ele sempre encontrava tempo para corrigir todos os textos. Dotado de uma memória privilegiada – nunca usava a agenda - foi capaz de reter nomes de dez personalidades que compunham a mesa de uma solenidade o convidaram sem aviso prévio; pude testemunhar o fato, pois fui eu que lhe passou os dados referentes das cinco que ele não conhecia (RUAS apud GOMES, 2001, p.155).

Alberto Tôrres ao assumir a direção do jornal *O Fluminense*, em 16 de fevereiro de 1954, estabeleceu nova fase ao periódico, permanecendo na direção do jornal por cerca de quarenta anos. Além da criação do Grupo Fluminense, Alberto Tôrres levou para o jornal a preocupação com assuntos nacionais e internacionais, abrindo agências no Estado de São Paulo e uma sucursal em Brasília. Assim, *O Fluminense* definiu a importância de Alberto Tôrres para o jornal:

> A partir de fevereiro de 1954, sob a gestão do advogado, político e jornalista Alberto Francisco Tôrres, o jornal tomou impulso com o investimento em tecnologia e reaparelhamento do parque gráfico. Visionário, Alberto Torres ampliou o leque de atuação da empresa, criando o Grupo Fluminense (*O Fluminense Online*, 17\08\ 2020).

Um ano depois de Alberto Tôrres assumir o jornal *O Fluminense,* foi eleito, pela UDN, Alberto Rodrigues Fortes para prefeito de Niterói. Em seu relatório de gestão (FORTES, 1956), não deixou de agradecer ao então Governador do Estado do Rio de Janeiro Miguel Couto Filho (1955-1958) pelo apoio a seu governo. Miguel Couto Filho em 1958 se elegeu senador com o apoio da UDN, na época o jornal O *Fluminense* apoiava a campanha de seu sucessor Roberto Silveira para o governo do Rio de Janeiro. Ressaltamos o clima político da época em que Alberto Tôrres assumiu *O Fluminense*, tendo um prefeito de seu partido e um governador com quem mantinha boas relações.

Como político, Alberto Tôrres foi engajado em causas pela educação. Na década de 1950[44], foi Secretário de Educação e Cultura do Rio de Janeiro, Chefe de Gabinete do Ministro da Educação de Jânio Quadros (1961), Brígido Tinoco. O deputado Henry Charles em moção[45], da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), pelo falecimento de Alberto Tôrres, dentre outros elogios, declarou:

[44] Não foi possível localizar os anos de sua gestão a frente da Secretaria de Educação.

[45] A moção foi publicada em 26\11\1998, na página da Alerj em: http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro.nsf/e133aa56090cf1ef03256532006479ab/dd29422e6009ae93032566e800726565?OpenDocument . Acessado em: 16\04\21

> Foi grandiosa e fascinante, ao mesmo tempo, a sua passagem pelo jornalismo, transformando **O FLUMINENSE**, seu filho dileto, em um dos diários mais modernos da imprensa brasileira. Eu quero destacar, ainda, nesta oportunidade, que o legendário **O FLUMINENSE**, na chamada **ERA ALBERTO TÔRRES**, só fez aprofundar os seus sagrados compromissos com as liberdades democráticas (CHARLES, *apud* ALERJ, 20\11\1998, grifos do autor).

Antes de Alberto Tôrres assumir a direção do jornal, *O Fluminense* trazia como "gerente" Umberto Silva. O que é digno de nota, na gestão de Alberto Tôrres, é a inserção no jornal da coluna "O Fluminense na sociedade" que abordaremos no capítulo 3, trazia notícias da sociedade niteroiense da época, além da sessão "Uma silhueta em foco" que tinha como objetivo entrevistar moças que se "destacavam" na sociedade de niteroiense. A sequência imagens a seguir, aponta o Jornal *Fluminense* antes e depois da gestão de Alberto Tôrres[46].

Imagem 6 - Gestão de Umberto Silva

O Fluminense

NOS BASTIDORES DA FOLIA

O Ronco dos Tamborins

O folião Santa Rosa

Agua... Agua...

PEDEM OS MORADORES DA VILA PE' PEQUENO

6 paginas
50 centavos

Festa de São Sebastião da Catedral

Maior produção de maquinas e meios de transporte em 1950

Risonho

Perguntas inofensivas e outras coisas...

savenças trabalhistas

J. de B. Soares

Fonte: *O Fluminense*, 17 de janeiro de 1950, Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

[46] Não encontramos antes da edição de 21 de março de 1954, menção ao nome de Alberto Torres como diretor do jornal *O Fluminense*, desse modo acreditamos que esta seja a primeira edição do jornal na gestão de Alberto Tôrres.

Imagem 7- Gestão de Alberto Tôrres

O Comércio disposto a lutar!
A Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agro-Pastoris do Estado em pé de guerra!
Amanhã, às 15 horas, posição oficial das classes produtoras
O Fluminense
Que o Govêrno do Estado ampare os que produzem!
REMINISCÊNCIAS

Fonte: *O Fluminense*, 21 de março de 1954, Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

Havia no Jornal *O Fluminense* um caráter político partidário presente desde sua fundação (WEHR, 2013), aspecto esse observado pelo teor de suas reportagens localizadas durante a pesquisa.

A reportagem do dia 16 de janeiro é exemplar nessa direção, quando o *Fluminense* anunciou o apoio da UDN ao Governador Edmundo de Macedo Soares (1947-1951). Segundo o Jornal na ocasião, a bancada da UDN compareceu ao palácio do Ingá, sede do governo fluminense, para prestar apoio a Macedo Soares. Assim "A reunião foi a mais cordial possível, denunciando o perfeito entendimento entre o governador Macedo Soares e os udenistas fluminenses". Essa menção de apoio também foi destacada na edição de 19 de janeiro de 1950 onde foi estampada na primeira página a citação "Moção de solidariedade absoluta ao chefe do executivo fluminense". *O Fluminense* não deixou de tecer elogios à atuação do Governador Macedo Soares na educação. Durante seu governo construiu "um prédio escolar a cada seis dias" e tais construções escolares, na visão do jornal, eram "consideradas as melhores da América Latina" (O *FLUMINENSE,* 11\03\1950).

Outro exemplo dessa perspectiva está na edição do Jornal *O Fluminense* do dia 18 de dezembro de 1956, quando na primeira página, ocorreu à transcrição do discurso do então deputado federal Alberto Tôrres, presidente e dono do jornal. O discurso, na Câmara Federal, versava a respeito das despesas de parlamentares em viagens ao exterior. "Sr. Presidente, não há quem possa ter dúvida sobre a minha posição política, nesta casa e no meu Estado. Lá e aqui, sou oposição, fiel aos princípios sustentados pela minha bancada e pelo meu partido.

Não haverá ninguém que me possa jamais côlher em nenhum deslize, em relação a essa atitude" (*O Fluminense*, 18/12/1956).

A viagem em questão foi feita à Itália pelo parlamentar Mauricio de Medeiros, que por fim ficou esclarecido que teria viajado às suas próprias custas. Destacamos o fato de que no início de seu discurso o deputado Alberto Tôrres, endossa, na primeira página do jornal, sua fidelidade aos ideais da (UDN). A oposição que Alberto Tôrres se referiu em seu discurso foi sobre o governo do presidente Juscelino Kubitschek, eleito em 1955 pelo Partido Social Democrático (PSD) que derrotou o candidato da UDN, Juarez Távora por uma diferença de 5% dos votos.

Em edição de 31 de janeiro de 1956, *O Fluminense* trazia críticas ao "banquete" de posse do presidente Juscelino Kubitschek. A manchete destacava que entre as "iguarias" para serem servidas estavam, além de outras, quatro dezenas de faisões, cinco dezenas de peru, cinquenta caixas de *champagne Mont Chaudon* , trinta caixas de uísque. O jornal chamava atenção também para o alto preço da contratação do "Cozinheiro importado" Clement Graugier chefe da cozinha do hotel Ambassador de Nova York.

Imagem 8 - O banquete para o presidente

Entre requintes de magnificência, pompa, luxo e abundância

Toma posse hoje o Sr. Juscelino Kubitschek

O programa organizado - Grande número de representações estrangeiras - O banquete do Itamarati - Faisões, Caviar, Champanha e outras iguarias importadas - Chefe de cozinha estrangeiro, que ganhará cento e cinquenta mil cruzeiros!

O Fluminense

Propriedade da Editôra O FLUMINENSE S. A.
Diretor: ALBERTO TORRES

Chegaram Faisões, Caviar e Lagostas vivas

Falharam os perus de 20 quilos — O cozinheiro mais caro do mundo

Ontem na ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Exigências do Tribunal de Contas da União atrasam o túnel

Providências da Assembléia para evitar delongas — Comparecimento à posse

Fonte: *O Fluminense*, 31 de janeiro de 1956, Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

Para citarmos outro exemplo de oposição a Juscelino Kubitschek, em 30 de dezembro de 1956, o jornal *O Fluminense* trazia a seguinte manchete "Vai encarecer, ainda mais, o custo da vida", em letras garrafais em negrito a manchete dá destaque ao aumento dos impostos e a matéria prossegue "Em 1957, ao contrário das promessas e previsões do Presidente da República, o povo sofrerá maiores dificuldades, em consequência da majoração dos impostos".

As manchetes, destacadas nas primeiras páginas, ajudaram a compor uma linha editorial do jornal *O Fluminense* em que pesava o apoio a políticos, ataques aos opositores da UDN e campanhas políticas aos aliados partidários. Para Luca (2008, p.140) temos que estar atentos para o que os jornais destacam em suas notícias e aonde sai publicado, pois "é muito diverso o peso do que figura na capa de uma revista semanal ou na principal manchete de um grande matutino e o que fica relegado às páginas internas". Desse modo, a manchete do jornal *O Fluminense* criticando explicitamente o presidente da República, na mesma página em que o prefeito Alberto Rodrigues Fortes deseja feliz natal à população niteroiense, marca de forma acentuada o viés do jornal e o seu posicionamento político.

Na edição do dia 12 de setembro de 1954, *O Fluminense* trazia uma das muitas menções ao jornalista Alberto Tôrres, se referindo a um discurso do deputado na Câmara Federal. Na imagem Alberto discursava como um estadista que representava explicitamente os interesses da UDN.

Imagem 9 - O discurso de Alberto Tôrres

Fonte: *O Fluminense*, 12 de setembro de 1954, Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

Albuquerque (2020, p. 223) afirma que discurso[47] "é uma peça oratória proferida em público ou escrita como se fosse para ser lida para um dado público". O discurso nunca é neutro, mas busca cativar e convencer a opinião do seu público, seja ele ouvinte ou leitor. Desse modo, para entendermos um discurso temos que levar em consideração sua forma de produção, a época e quem o proferiu. Sabemos que Alberto Tôrres, então deputado federal,

[47] O autor faz distinção entre discurso e pronunciamentos. Pronunciamento "ato ou efeito de publicamente expressar uma opinião, manifestar-se em defesa de dadas teses ou posições políticas, morais, religiosas, filosóficas, éticas, econômicas, jurídicas, estéticas etc." (ALBUQUERQUE, 2020, p. 225).

não escondia sua parcialidade em defender suas posições udenistas. Sendo assim, o Jornal *O Fluminense*, ao não publicar outros discursos contrários à linha udenista do jornal, tornava sua visão unilateral e não isenta de ideologias políticas partidárias. Fato este que influenciava sua visão educacional, bem como as representações acerca do magistério e das normalistas. O discurso supracitado, não foi fato isolado, *O Fluminense* tinha como prática mencionar ou transcrever discursos de Alberto Tôrres na Câmara.

O jornal *O Fluminense* é o mais antigo jornal do Estado do Rio de Janeiro[48], durante toda sua existência, sempre localizou sua sede em Niterói. Ao longo do tempo, se inseriu no cotidiano da cidade de Niterói, quase que diariamente, noticiou eventos, festas, perdas de cadernetas escolares, como também acontecimentos políticos nacionais e regionais e influenciou a política no município. Para Luca (2019, p. 112) os jornais são como "enciclopédias do cotidiano. Os jornais são "sujeitos da história" e, na década de 1950, tinham uma importância política e cultural significativa. Em outra análise, Campos (2012) afirma que os jornais não apenas noticiavam e informavam, mas discutiam a sociedade e ditavam os modos de vida urbano.

No trabalho com as fontes documentais, pudemos perceber que *O Fluminense*, no período aqui considerado, trazia de forma recorrente questões educacionais. Foram muitas as reportagens que faziam menção a situação educacional de Niterói e do Estado do Rio de Janeiro. Contribui para isso, em parte, o fato do diretor do jornal, na década de 1950, ter sido secretário de educação do Estado do Rio de Janeiro. Em 22 de novembro de 1959 *O Fluminense* noticiou a formatura das normalistas do Colégio Nossa Senhora das Mercês, onde o então Secretário de Educação do Rio de Janeiro Alberto Tôrres foi paraninfo da turma.

Na ocasião, na foto de entonação de grau, não foram localizadas normalistas negras. Nas imagens analisadas para esta pesquisa, este fato se mostrou recorrente[49]. É digno de nota, o fato das formandas serem adjetivadas pelo jornal de "catequistas", o que demonstra o caráter sacerdotal atribuído pelo jornal as normalistas e ao magistério.

Para Nóvoa (1989, p. 436) a tendência de atribuir ao magistério conceitos de vocação e sacerdócio "é bem sintomático das referências religiosas de que continua impregnada em pleno século XX". O episódio da formatura, onde o diretor do Jornal *O Fluminense* foi

[48] No momento desta pesquisa, *O Fluminense* completa cerca de 143 anos de circulação ininterrupta, sendo um dos cinco jornais, fundados no início do século XX, ainda em circulação.

[49] As imagens analisadas foram as que circularam no Jornal *O fluminense*, na Revista *O Cruzeiro*, e em sites da internet. Este assunto será abordado de forma mais detida nos dois próximos capítulos.

paraninfo da turma, nos dá indícios para compreender a relação que o jornal mantinha com o curso normal, suas alunas e diretores. Sendo as normalistas tema presente em suas páginas.

Outros vestígios foram encontrados em reportagem do Jornal *O Fluminense* do dia 18 de março de 1956, que trouxe a luta por aumento do magistério primário fluminense, noticiando a reunião dos professores primários na sede da União dos Professores Primários Estaduais (UPPE) localizada na Rua da Conceição em Niterói. Na ocasião, se reuniram diretores de grupos escolares e de escolas isoladas de Niterói e de São Gonçalo, segundo a edição do jornal, foi à reunião de maior frequência da UPPE desde sua fundação.

A pauta da reunião foi discutir o aumento dos professores e a convocação para uma "concentração monstro" no dia 07 de abril às 16h na Associação Médica Fluminense e que estariam presentes professores, diretores e pais de alunos. O jornal *O Fluminense*, na ocasião, recebeu uma comissão da UPPE, acompanhada de diretores e pais de alunos, o objetivo da visita da comissão era "trazer seu aplauso pela nossa campanha em prol do aumento do funcionalismo e do professorado. Como ainda nos trazer apelo para que nela prossigamos, sobretudo em favor dos vencimentos compensadores" (*O FLUMINENSE*, 18\03\1956).

Em 27 de abril de 1956 *O Fluminense*, também atuou em prol do aumento do magistério, com os seguintes dizeres "Basta de protelações; que venha logo o aumento para o magistério". A matéria se referia à carta[50] de seis professoras pré-primárias e primárias, enviada à redação do *Fluminense* que pediam apoio ao jornal em sua luta por melhores vencimentos.

Na ocasião, *O Fluminense* denunciou, que até o momento, o então secretário de educação e cultura Rubens Falcão "Não disse uma palavra sobre o aumento, não obstante as inúmeras publicações, que em torno de assuntos diversos faz amiúde". O jornal ainda relatou que além de não conceder o aumento, foram criados 500 cargos de professores e chamou tal atitude de "desleal, injusta e desumana", pois inviabilizaria a melhoria da classe dos professores. A carta termina com um apelo ao diretor do jornal, Alberto Tôrres "Agora é dirigido este apelo a Vossa Exa. para que auxilie novamente a causa daquelas que representam o papel de mãe na formação da infância e da juventude fluminense." (*O FLUMINENSE*, 27\04\1956).

Essa mesma perspectiva, de atrelar o ofício de professora à tarefa de mãe, é apontada por Martins (2000) no periódico *Instituto*, onde o depoimento da aluna é revelador do caráter sacerdotal atribuído ao magistério e atribuindo à imagem maternal as professoras primárias:

[50] A carta fazia menção a uma anterior também publicada pelo *Fluminense*.

> Não seremos somente mestras e sim, como compete à nossa condição da mulher, *mães moralmente*... Que importam a idade e apouca experiência? Que importa que não tenhamos um filho? Nada. O instinto materno que jaz adormecido no íntimo de nosso ser irá manifestar-se na escola em toda sua plenitude e sublimidade (MARTINS, 2000, p. 13).

O discurso das professoras vai ao encontro da visão, que em grande parte, se tinha da professora primária e das normalistas, na década de 1950. Essas deveriam assumir um papel de "segunda mãe" das crianças. O Jornal *O Fluminense*, manteve certa preleção por diretores das unidades escolares, fato demonstrado quando o diretor do Instituto de Educação, Jaime Bittencourt suspendeu o aluno Júlio Graber[51]. Na ocasião, o diretor proibiu à circulação do jornal escolar A voz *do Liceu* "órgão de divulgação interna, editado pelo corpo discente", o jornal pertencia ao Instituto de Educação e o referido aluno era seu secretário. Segundo o *Fluminense*, a suspensão teria sido aplicada pelo fato do jornal *A voz do liceu* ter se referido ao diretor, Jaime Bittencourt, pelo o termo "gajo", em uma de suas edições se tratando de uma anedota (*O FLUMINENSE*, 24\08\1952).

Sobre o acontecido, *O Fluminense*, declarou que admitia que o respeito aos mestres fosse necessário nos estabelecimentos de ensino, mas que a atitude do diretor foi "reveladora de falta de tolerância e de compreensão, tão necessárias aos homens que exercem funções de direção em estabelecimentos de ensino" (*O FLUMINENSE*, 24\08\1952). Pediu ainda que o diretor voltasse atrás em sua decisão de proibir a circulação do jornal e terminou sua coluna fazendo uma homenagem a antigos diretores do Instituto de Educação de Niterói e menção ao diretor Armando Gonçalves. Na ocasião, o *Fluminense* não deixou de tecer elogios ao Instituto de Educação de Niterói, como era reiterado em suas páginas. Em mais uma "campanha" pela educação, *O Fluminense* fez um apelo pela alfabetização, tratou-se de um pequeno anúncio, no meio da primeira página que dizia "A você, que sabe ler, transmita aos que não sabem" e a mensagem prosseguia:

> Quem não sabe ler e escrever:
> _ não pode compreender o que significa a liberdade;
>
> _ não dispõe de condições para vencer na luta da própria subsistência;
> _ não pode sentir-se seguro de si diante dos letrados;
> _não pode colher informações que o habilitem a raciocinar sobre a vida política, social, religiosa, econômica e artística de seu país;
> _ não pode sentir nem admirar os grandes documentos escritos que atestam o progresso humano;
>
> _ não pode gravar no papel suas próprias ideias;

[51] Não fica claro na reportagem se o aluno Júlio Graber, estudava no Instituto de educação, pois em 1938 A Escola Normal de Niterói se uniu ao, recém criado, Liceu Nilo Peçanha, permanecendo dessa forma até o ano de 1954.

> _ não dispõe de elementos para o aperfeiçoamento de sua própria personalidade. (*O FLUMINENSE*, 8\02\1950)

Podemos aferir, a partir dessa citação, uma concepção de educação do Jornal *O Fluminense*, ainda que não esgotamos aqui o assunto. Nessa visão do jornal, o analfabeto era visto como incapaz até mesmo de "aperfeiçoar sua própria personalidade". Uma concepção de analfabetismo que vai ao encontro da que se configurava na época, na qual o analfabeto era visto como incapaz, conforme aponta Biccas e Freitas (2009):

> A distinção entre os indivíduos reconhecidos como capazes ou incapazes de participar plenamente da sociedade dava-se com critérios de classificação que distinguiam os que sabiam ler e escrever dos que não sabiam. Estes, facilmente eram identificados com marginais, incapazes, inclusive para cuidar de si próprios e de outros. Projetava-se a imagem da 'criança grande', que de forma deficiente desempenharia suas responsabilidades familiares e profissionais (2009, p. 221).

Neste estado de coisas, caberia à professora primária elevar o nível da nação por meio da instrução. Neste caso, "civilidade" está atrelada a instrução formal, a higiene, a noção de preparação para o trabalho no Brasil que se desejava modernizar. A normalista, então futura professora, era a portadora desse ideal de mundo civilizado. Aquela que iria "instruir" o país, ao instruir a criança. A normalista, ao se tornar professora, assumiria o "papel de mãe da infância fluminense", como afirmou a carta publicada pelo *Fluminense*. (*O FLUMINENSE*, 27\04\1956). Nesta direção, segundo Nóvoa (1999):

> [...] a profissão docente está intimamente articulada com uma prática e um discurso sobre as finalidades e os valores da sociedade. Os professores, contrariamente aos restantes funcionários, são portadores de uma mensagem cultural e social e desempenham uma profissão carregada de intencionalidade política e ideológica (1999, p. 441).

Deste modo, podemos aferir que o "engajamento" do Jornal *O Fluminense* a respeito da educação e a relevância atribuída por ele ao curso normal estava no bojo de uma dimensão maior que, na época, atribuía ao magistério uma "missão" de elevação da sociedade.

Nesse estado de coisas, o Jornal *O Fluminense* forjou representações híbridas a respeito do magistério. Se por um lado tendia a representar a normalista numa perspectiva repleta de um fascínio, de uma imagem romantizada da formação de professores. Por outro, também se empenhava em denunciar as más condições do magistério primário, sobretudo em relação à luta salarial.

2 **O CURSO NORMAL NA DÉCADA DE 1950: O MAGISTÉRIO PRIMÁRIO EM NITERÓI**

2.1 **O Curso Normal em Niterói**

> Para promover a concórdia entre todos os brasileiros, dei mesmo, algumas vezes, a impressão de inclinar-me de preferência por adversários e inimigos de ontem. Houve até quem me fizesse à injustiça de supor que eu me esquecia dos amigos das horas ingratas e difíceis, dos que estiveram comigo, solidários e afetuosos, nos horizontes escuros não se percebia nenhuma esperança e sobrevivência política (*O FLUMINENSE*, 25\12\1953).

Em sua edição de Natal, do dia 25 de dezembro de 1953, antes do deputado udenista Alberto Tôrres assumir a direção do jornal em 1954, *O Fluminense* dedicou uma coluna inteira de primeira página ao discurso proferido pelo Presidente Getúlio Vargas, que havia sido transmitido pelo programa radiofônico "A Voz do Brasil". Logo após Alberto Tôrres assumir a direção, *O Fluminense* mudou seu tom, tecendo em suas edições críticas ao Presidente Getúlio Vargas.

A década de 1950 se inicia no período compreendido como pós-guerra, marcado por grandes mudanças no mundo. A Europa buscava recuperar-se dos efeitos econômicos da Segunda Guerra Mundial e o sistema monetário era retomado a partir do dólar americano. No Brasil, esta década se inicia com o retorno de Getúlio Vargas à presidência da República (LEOPOLDI, 1994, p. 161).

Getúlio Vargas lançou sua candidatura à presidência da República em julho de 1950, apoiado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e pelo governador de São Paulo Ademar de Barros do Partido Social Democrata (PSP). Em campanha, ele propunha lutar pela independência econômica do Brasil e incentivar a produção industrial (LEOPOLDI, 1994, p. 163). Foi eleito com cerca de 48,7% dos votos, apesar de contar com apoio de políticos como do Partido Social Democrata (PSD), do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e da UND, Getúlio Vargas afirmou que voltara ao poder, não pela ação de partidos políticos, mas por " imposição popular" (LEOPOLDI, 1994, p. 165).

Neste período, a partir de uma nova organização política que gerou outros modelos da economia mundial, o Brasil estava num processo de "transição", como nação do terceiro mundo que um dia se tornaria desenvolvida. Desse modo, seriam necessárias várias mudanças

para que o país se tornasse "desenvolvido" (FREITAS, 2011). O desenvolvimento foi o grande mote do pós-guerra que deveria inserir o Brasil no mundo moderno e a educação não passou ao largo desta perspectiva, pelo contrário, ela deveria ser impulsionadora do desenvolvimento nacional. Nesta direção:

> O conceito de desenvolvimento foi apropriado e usado com tal multiplicidade de sentidos que, em pouco tempo, tornou-se um conceito 'areia movediça', dragando para dentro de si a educação e as representações de cultura nacional que, na fala dos mais variados atores políticos, tornavam-se reféns da adaptação 'necessária' de tudo e todos para que o país pudesse alçar o desenvolvimento (BICCAS; FREITAS, 2009, p. 129).

Segundo Pécaut (1990) outro ponto que caracterizou o Brasil, neste período, foi a busca de uma identidade nacional. Essa "missão" de pensar o país pertencia aos intelectuais que deveriam se voltar para as questões nacionais. Todavia, esse momento histórico, convivia com suas contradições sociais. O país estava em face de uma grande heterogeneidade, por um lado se desenhava a concentração regional e industrial, por outro lado havia diferenças regionais profundas, no que tanga e distribuição de renda (BICCAS; FREITAS, 2009, p. 129).

Durante seu governo, Getúlio Vargas levou a frente projetos de campanha, que em certa medida, iam ao encontro das ideias de desenvolvimento da década de 1950. Seu governo criou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), investiu na produção da Campanha Vale do Rio Doce e da Campanha da siderúrgica nacional. Criou e acompanhou de perto a criação do projeto de Lei da Petrobrás, este foi enviado ao Legislativo em 6 de dezembro de 1951 e aprovado em 1953, após dois anos de tramitação no Congresso Nacional e se tornou a Lei 2.004 que criou a Petrobrás (LEOPOLDI, 1994).

À medida que seguia o governo do Presidente Getúlio Vargas, surgiram, em várias esferas da sociedade, severas críticas a ele. Muitos setores da imprensa fizeram campanha contra Vargas e um desses veículos foi o Jornal *O Fluminense*, inclusive a Televisão, recém-chegada ao Brasil. Por outro lado, outros órgãos da imprensa prestavam "solidariedade" ao presidente Getúlio Vargas como os *Diários Associados*[52] comandados pelo jornalista e empresário Assis Chateaubriand. O Grupo dos Associados apoiou Getúlio Vargas em sua eleição para presidente da República em 1951, o apoio, em parte, foi dado em troca de favores políticos e do "perdão" de uma dívida que os Associados tinham, em 1953, com o governo federal de 144 milhões de cruzeiros (LAURENZA, 2018, p. 185).

[52] Os Diários Associados foi fundado e fazia parte de uma cadeia de imprensa, criada em 1924, sob a liderança de Assis Chateaubriand. Era composto pelos jornais *Diário da Noite* e *Diário de São Paulo*.

Em de 14 de janeiro de 1950, o Jornal *O Fluminense* prestou homenagem a Carlos Lacerda, membro da UDN[53], mesma vertente política a qual era filiado o diretor do *Fluminense*, Alberto Tôrres e o prefeito de Niterói Alberto Fortes. Na ocasião, a manchete se referia ao recém-criado vespertino *Tribuna da Imprensa*, dirigido por Carlos Lacerda, "Órgão já plenamente vitorioso no conjunto brilhante de diários cariocas, que veio à luz no dia 27 de dezembro". A *Tribuna da Imprensa* seria veículo de uma guerra política de Lacerda e Getúlio Vargas, em conjunto com o Jornal *Última Hora*[54]. *A* disputa entre os dois periódicos ajudou a compor o cenário político que antecedeu ao desencadeamento do dia 24 de agosto de 1954 no palácio do catete, quando o presidente se suicidou.

No domingo do dia 12 de setembro de 1954, *O Fluminense* trouxe a manchete "Os aproveitadores de um legado trágico" e prosseguiu "A ascensão ao poder dos falsos usufrutuários do nome Vargas, seria a continuação de um regime de corrupção e suborno." O jornal em uma coluna inteira manifestava sua opinião sobre o ex-presidente Getúlio Vargas:

> Por mais respeitáveis que fossem as qualidades pessoais do ex-Chefe da Nação, por melhores que fossem os benefícios por ele distribuídos aos humildes e aos desamparados, ninguém, de boa fé, poderia jamais negar que a autoridade pública no Brasil, nos últimos anos do Governo Vargas, amesquinhou-se, desmoralizou-se apodreceu de tal forma, que estava exigindo uma reação de enérgica e violenta, para salvar o país do caos e de uma completa desagregação (O FLUMINENSE, 12\09\1954).

Amaral (2016, p. 1995) aponta que "O período de dez anos que sucedeu ao suicídio de Vargas foi um dos mais expressivos da história do país no que diz respeito à participação dos trabalhadores no cenário político nacional". Em Niterói, o suicídio de Vargas foi recebido com protestos na cidade:

> Na manhã de 25 de agosto de 1954, dia posterior ao suicídio de Vargas, os muros de diversos bairros da capital fluminense amanheceram pichados com dizeres contra o golpe militar e por eleições livres. No bairro da Ponta d'Areia, próximo ao cais, os operários navais improvisaram um comício para denunciar o golpe articulado pela UDN, militares e EUA e invocaram a carta testamento de Vargas 'como o mais insuspeito testemunho da pressão que exerce o imperialismo norte-americano em nosso país, contra o desenvolvimento e a emancipação econômica de nossa pátria'. Em outros pontos de Niterói e no interior do estado, foram registradas manifestações que resultaram em prisões, tanto na capital fluminense quanto em outras cidades tais como São Gonçalo, Barra Mansa, Volta Redonda e Campos (AMARAL, 2016, p. 183).

[53] A UDN fez forte oposição a Getúlio Vargas, sobretudo na "Banda de Música" uma facção da UDN mais agressiva que acusava seu governo de gerar no país "uma onda de corrupção e ineficiência" (LEOPOLD, 1994, p. 197).

[54] O Jornal *Última Hora* foi fundado em 12 de dezembro de 1951 por Samuel Wainer.

Na década de 1950, do ponto de vista social e cultural, a família conjugal foi o modelo predominante, mantendo-se os padrões tradicionais de casamento. A Igreja Católica foi forte orientadora de condutas sociais, no entanto começaram a surgir novas influências advindas dos meios de comunicação de massa, do feminismo e da educação laica. No entanto, de modo geral, essas instituições tinham concepções conservadoras da submissão da esposa ao marido, contra o trabalho da mulher fora do lar, contra a dissolução do casamento (PINSKY, 2014, p. 18).

Neste período, foi forte no Brasil a influência cultural norte-americana no cinema e na música. Hollywood inspirou comportamentos e valores, sobretudo entre os jovens. O cinema brasileiro desponta, com romances e as chanchadas, mas não tem força para competir com o cinema norte-americano. A imprensa modernizou-se, principalmente com as revistas ilustradas que se vinculavam à indústria de bens de consumo ligado às mulheres e a casa. Permaneceu forte o ideal da mulher de "prendas domésticas". Passaram a compor os lares produtos enlatados, eletrodomésticos os descartáveis na medida em que aumentou o poder aquisitivo da população (PINSKY, 2014, p. 19-20).

O crescimento econômico que o Brasil experimentava na década de 1950, com elevação das taxas de emprego, exigia a ampliação das taxas de diplomação escolar. Neste contexto, ocorreu uma transposição "simplista" dos conceitos de desenvolvimento oriundos da economia para a educação. A "tônica desenvolvimentista passa a abranger, inclusive, o reconhecimento da importância da escolarização de um povo, inúmeras vezes, descrito como arcaico, rústico e até primitivo" (BICCAS; FREITAS, 2009, p. 139).

Esse período é significativo para o magistério, principalmente para o Rio de Janeiro, pois é nesta década que se forja um *éthos* docente que se manteve perene ao longo do tempo. A "[...] 'professora ideal carioca que ainda hoje povoa corações e mentes daqueles que vivenciaram esse período. Essa imagem tornou-se uma espécie de paradigma da excelência no campo profissional da educação" (MARTINS, 2000, p.8).

Do mesmo modo, houve uma ampliação no que tange às oportunidades de trabalho da mulher principalmente nos setores de serviços de consumo coletivos, em escritórios, no comércio e serviços públicos. Acompanhados de mais oportunidades em profissões como de enfermeira, professora, funcionária burocrática, médica, assistente social, vendedora e demais profissões. Essa perspectiva demandava, por parte das mulheres, maior escolaridade e contribuiu para aumentar o seu *status* social (BASSANEZI, 2004, 509).

No que se refere à organização e estrutura do Curso Normal, durante a gestão do Ministro Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde (1937-1945), foram criadas

as Leis Orgânicas do ensino[55]. A essência dessas leis foi o caráter padronizador (BICCAS; FREITAS, 2009, p. 139). Esse caráter era notado na regulamentação da organização curricular nacional, na indicação do método de leitura a ser adotado e nas atividades de recreação, na arquitetura escolar, nas normas de vestimenta e do asseio dos alunos (BICCAS; FREITAS, 2009), (LUGLI; VICENTINI, 2009).

Em meio as Leis Orgânicas, estava o Decreto-Lei nº 8.530 (Lei Orgânica do Curso Normal) que dentre outras medidas, procurou dar organização nacional à formação de professores. Essa Lei nasceu no período do Estado Novo (1937-1946), sem abertura democrática. Não houve espaço para debates a seu respeito e tinha como base a Constituição de 1937[56]. A Lei Orgânica do Curso Normal pretendeu regular "minuciosamente" os aspectos do ensino e, dentre outras ações, possibilitou que os diplomas dos professores tivessem validade nacional (LUGLI; VICENTINI, 2009, p. 42).

A Lei Orgânica do Curso Normal estabeleceu três modelos de instituições de ensino para formação de professores em âmbito nacional. A primeira ofereceria o curso normal regional em que se ministrava somente o primeiro ciclo do ensino normal. A segunda foi à escola normal, que ofereceria o segundo ciclo do curso normal, além do ciclo ginasial do ensino secundário. A terceira funcionou como curso de especialização para professores primários e de habilitação para administradores escolares de grau primário. A lei, em seu capítulo 1º, estabelecia como objetivos do curso normal "Prover à formação do pessoal docente necessário às escolas primárias. Habilitar administradores escolares destinados às mesmas escolas. Desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância".

Martins (2000), em sua análise da Lei Orgânica do Curso Normal, aponta que o objetivo dos cursos normais regionais era formar os "regentes de ensino primário". Tinha a duração de quatro anos e de nível ginasial, "[...] para suprir a carência de regiões, principalmente rurais". O curso normal de segundo ciclo deveria ser realizado em três anos, sendo necessário concluir o curso ginasial ou de regente de ensino, era destinado a formar "mestre primário". Tanto as escolas normais quanto os institutos de educação poderiam prover tal ciclo (MARTINS, 200, p. 4-5).

---

[55] As Leis Orgânicas do Ensino foram: Lei Orgânica do Ensino Secundário (1942), Lei Orgânica do Ensino Industrial (1942), Lei Orgânica do Ensino Comercial (1943), Lei Orgânica do Ensino Agrícola (1946), Lei Orgânica do Ensino Primário (1946), Lei Orgânica do Ensino Normal (1946).

[56] A Constituição Nacional de 1946 determinou a descentralização do ensino no Brasil, no entanto a maioria dos estados brasileiros se pautou por essa Lei. Em 1961, com a LDB, as Leis Orgânicas do Ensino deixaram de regular o ensino no país (LUGLI; VICENTINI, 2009, p. 42).

Já os institutos de educação, como era o caso do Instituto de Educação de Niterói, ofereciam formação diferenciada. A Lei Orgânica do Curso Normal, em seu Artigo 4º inciso 3°, estabelecia que os institutos de educação atuassem como "[...] estabelecimento que além dos cursos próprios da escola normal, ministre ensino de especialização do magistério e de habilitação para administradores escolares do grau primário." Desse modo, a formação nos institutos de educação, na década de 1950, era mais abrangente, pois além de formarem os professores primários, formavam os especialistas.

Neste cenário, o Instituto de Educação do Rio de Janeiro[57], no que se refere ao Curso Normal, teve considerável representatividade. A importância do Instituto foi basilar para as demais instituições de formação de professores no Rio de Janeiro[58]. Nesta direção afirma Martins (2014):

> A formação de professores entre 1930 e 1960, no Instituto de Educação do Rio de Janeiro, gerou representações que ficaram como paradigma do profissional da educação, ou melhor como ideal a ser atingido por aqueles que pretendessem promover uma renovação na profissão docente e na formação de educandos (2014, p. 271).

Lopes (2014, p. 257) aponta que no Instituto de Educação do Rio de Janeiro, nos anos de 1950, professores de prestígio social lecionavam no curso, muitos eram pertencentes à Academia Brasileira de Letras (ABL), ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), a Associação Brasileira de Educação (ABE) e lecionavam em escolas prestigiadas. A relevância do curso normal, na década de 1950, pode ser notada, consideradas as devidas proporções, no curso normal em Niterói. Em 9 de dezembro de 1956, ocorreu no Instituto de Educação de Niterói a festa da estrela, na ocasião, foi destacado pelo jornal *O Fluminense* que a cerimônia contaria com a presença do governador, o médico Miguel Couto Filho (1954-1958) (*O FLUMINESE*, 09\12\1956).

Pesava o fato de a legislação vigente na época conceder as professoras primárias formadas nos cursos normais em instituições públicas, "nomeação prêmio" independentemente de concurso. O "prêmio" era reservado a quem alcançava os primeiros lugares em "escolas normais oficiais" sem repetência, com média anual de oitenta pontos em

[57] Fundado em 1880, como o nome de Escola Normal da Corte. No ano de 2000, o Instituto de Educação do Rio de Janeiro deixou de oferecer a formação de professores em nível médio, atuando na educação universitária, passando a se chamar Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ).

[58] Como exemplo podemos apontar a Escola Normal Carmela Dutra, analisada por Lima (2015).

cada disciplina. Deste modo, o diploma da Escola Normal oficial do Estado tinha preferência para nomeação em concursos para magistério primário (ABREU, 1955, p. 81). Esse fato em muito contribuiu para a valorização das instituições públicas de ensino que mantinham o curso normal e de contrapartida, gerava uma desvalorização das escolas particulares.

Na década de 1950, houve um considerável crescimento do curso normal, suas matrículas cresceram 150% entre os anos de 1951 e 1960. O crescimento se deu predominantemente nas instituições particulares que abrangiam cerca de dois terços dos Cursos Normais Secundários no Brasil, haja vista que um número considerável dos cursos normais privados, não contavam com fiscalização por parte do Estado. Esse fato acarretava em impacto nos diplomas dessas instituições que não tinham validade oficial. Para que os diplomas dos estabelecimentos particulares tivessem validade para concurso público deveriam ser submetidos à inspeção oficial, onde se aferia se eles poderiam ser equiparados às instituições públicas (LUGLI; VICENTINI, 2009, p. 46). Deste modo, as instituições públicas serviam para basilar a qualidade dos estabelecimentos particulares.

Os cursos particulares, que cresciam em ritmo acelerado, se caracterizavam por baixa exigência em relação à qualidade do ensino. Este fato combinado a um controle ineficaz por parte do Estado apresentava “efeitos perversos em relação ao preparo dos professores primários” (LUGLI; VICENTINI, 2009, p. 46). Esse crescimento do Curso Normal se deu de forma desigual pelo país, na década de 1960, por exemplo, havia um grande número de professores formados em São Paulo, enquanto havia carência de docentes primários em outros estados (TANURI, 2000).

A oscilação entre o público e o privado em muito contribuiu para definir o campo educacional brasileiro. Esclarecedor desta perspectiva foi a criação dos grupos escolares, instituições em que as futuras professoras, oriundas do curso normal, poderiam atuar. “Com eles, reafirmaram-se os contornos do efetivo controle do Estado sobre a educação do povo, demarcando-se o valor social da educação do povo mais aproximado do que se entende, hoje, como educação pública-estatal” (XAVIER, 2003, p. 238).

Na década de 1950, acirraram-se as disputas sobre a quem caberia a primazia do controle do ensino ao Estado ou às instituições privadas. Conforme aponta Xavier (2003, p243) “Em fins da década de 1950, a definição das funções da família, da Igreja e do Estado na esfera educacional constituiu um dos eixos em torno do qual o conflito entre público e privado se desenvolveu”.

Nesse período, para o ingresso no Instituto de Educação de Niterói era exigido um exame de admissão estabelecido pela Lei Orgânica do Ensino Normal em seu artigo 20 alínea

e. Para as instituições privadas, no entanto, não havia seleção, mas os alunos estavam condicionados ao pagamento de mensalidade. Sendo assim, o público que adentrava ao curso normal público e privado pertenciam às classes diferenciadas da sociedade. No caso dos cursos particulares, a mensalidade funcionava como forma de distinção. Não ignoramos, no entanto, o fato de haverem famílias com poucos recursos financeiros que, com sacrifício, pagavam escolas particulares para suas filhas.

Em Niterói, entre as instituições que aparecem representadas no Jornal *O Fluminense*, somente o Instituto de Educação de Niterói tinha essa nomenclatura e com a função normativa de oferecer uma formação completa para o magistério, pois em seu Artigo 11 a Lei Orgânica do Curso Normal estabelecia que esses cursos visassem habilitar diretores de escolas, orientadores de ensino, inspetores escolares, auxiliares estáticos e encarregados de provas e medidas escolares. Ressaltamos também, que a Lei, em seu Artigo 5º proibia outros estabelecimentos de ensino, que não fossem institutos de educação de adotarem tal nomenclatura, pois "deverão adotar a nomenclatura em conformidade com os cursos que ministram".

De tal modo, havia uma demanda pelo Instituto de Educação de Niterói, não somente pelas habilitações que oferecia, mas também pelo prestígio que a instituição experimentava na época. A reportagem do Jornal *O Fluminense* do dia 23 de Janeiro de 1956, publicada em sua primeira página, chama a atenção para o fato de que dos 136 candidatos que prestaram exame de admissão para o Instituto de Educação de Niterói, apenas 34 conseguiram aprovação. Seguia na reportagem a listagem das candidatas aprovadas, como exemplo Shirley Maria Luiza da Silva, Solange Soares Baronte, Marilene do Espírito Santo da Cruz. Entendemos que representava para essas moças motivo de "orgulho" e distinção social terem sido aprovadas, quando tantas outras não conseguiam ingressar. Motivo de distinção ainda terem seus nomes gravados na primeira página do jornal. Trazemos a imagem do jornal para ilustrar o destaque atribuído pelo *Fluminense* ao acontecido.

Imagem 10- Exame de admissão

Dos 136 candidatos inscritos apenas 34 conseguiram aprovação

Resultado dos exames de admissão ao curso Normal do Instituto de Educação de Niterói

O Fluminense

Propriedade da Editôra O FLUMINENSE S. A.
Diretor: ALBERTO TORRES

Ontem na ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Não foi a Assembléia quem quando arquivar o plano de classificação

Bôlsas de estudo e cursos para os trabalhadores brasileiros

Fonte: Fonte: *O Fluminense,* 23 de janeiro de 1956, Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

Tamanha era a procura pelo Instituto de Educação de Niterói que a professora, de nome Regina Cavalcante, anunciou no *Fluminense* um curso preparatório para admissão nesta instituição. O anúncio deixou explícito que o curso preparatório era "só para meninas" (*O FLUMINENSE*, 03\10\1957). O fato oferece indícios para pensar a moralidade da época, em que a professora Regina Cavalcante não lecionaria para rapazes e deixa subentendido que talvez rapazes buscassem o curso normal.

O diploma de professora alcançou uma relevância social, principalmente em um período histórico em que o Brasil contava com imenso número de analfabetos. Frequentar a escola ainda era um privilégio. Souza (2008, p. 243), em sua análise do Plano Nacional de Educação, aponta que no final da década de 1950, a rede de ensino no Brasil atendia apenas 60% das crianças em idade escolar, ou seja, cerca de 12 milhões crianças entre 7 e 14 anos. Desses alunos, apenas 18% chegava à 4º série, dois terços não ultrapassavam as duas primeiras séries. Nesta direção, à autora aponta que:

> Em realidade, eram muitos e graves os problemas do ensino primário constantemente denunciado pelos educadores na grande imprensa e impressos educacionais: o abandono do poder público em relação ao ensino primário, a insuficiência de vagas, a precariedade da rede de escolas públicas funcionando nos grandes centros urbanos em prédios improvisados e horários intensivos (2008, p. 243).

Chegar ao curso normal, não era algo que se estendia a todas as moças, pois era necessário trilhar toda uma etapa escolar que poucos conseguiam no Brasil. É digno de destaque, a carência de professores no Município de Niterói , segundo apontou a reportagem do Jornal *O Fluminense* do dia 29 de março de 1956. Na ocasião, o jornal, em tom de denúncia, relatou a falta de professores nos grupos escolares de Niterói. Como exemplo, o grupo escolar Salgado Filho, localizado no bairro da Engenhoca, onde havia a carência de 11 professoras, no G. E. Luciano Pestre no Bairro do Caramujo faltavam 3 professoras e no José Bonifácio 2. A reportagem relata que tais dados foram obtidos com o chefe da Inspetoria Regional do Munícipio de Niterói, Fernando Moreira Caldas.

Na ocasião, segundo o jornal, o inspetor relatou, que haviam sido "nomeadas 149 substitutas portadoras de diplomas do Curso Normal" e 6 com diplomas de curso industrial para as vagas de "trabalhos manuais". Faltaria, ainda, preencher as vagas de professoras "não diplomadas". Não foi dito, na reportagem, que formação teria essas "professoras não diplomadas", nem dos professores de curso industrial.

No trabalho com as fontes documentais, foram encontradas referências às instituições de ensino com o curso normal no período de 1950 a 1959. Foi possível localizar materiais no Jornal *O Fluminense* sobre os seus rituais, festas, exames de admissão e alunas. A reportagem, do dia 08 de março de 1955, ilustra o início das aulas no curso normal. No dia 17 de abril 1955, *O Fluminense* publicou uma nota a respeito da exposição de trabalhos de várias disciplinas confeccionados pelas alunas do Instituto de Educação de Niterói. Havia uma presença constante, no jornal, da instituição quanto de suas alunas.

Podemos comparar a Escola Normal de Niterói com a Fênix mitológica que ressurge das cinzas. A instituição passou por muitos reveses, até sua consolidação como Instituto de Educação de Niterói na década de 1950. Em 1847, pela Reforma do Ensino, foi incorporada ao Liceu Provincial. O Liceu foi extinto e, em 29 de junho de 1862 e a Escola Normal foi reinaugurada pelo Imperador Dom Pedro II. Todavia, em 15 de abril de 1890, já na República durante o governo de Francisco Portela, a escola Normal é mais uma vez extinta e incorporada ao Liceu de Humanidades de Niterói. No ano de 1893, houve nova mudança na legislação, sendo a Escola Normal reestruturada, no entanto havia uma clara distinção entre a função atribuída à Escola e o Liceu, nesta direção:

> [...] em 1893 o Estado fluminense promulgou a Lei n. 41, que reorganizou o ensino público. O artigo trazia a subdivisão da instrução pública em ensino primário, profissional, normal e secundário, ou seja, Escola Normal e Liceu estariam legalmente constituídos e separados novamente. Não havia dúvidas de suas atribuições. Enquanto a Escola Normal formaria professores para atuarem no magistério primário, o Liceu prepararia para os cursos de ensino superior da República e escrituração mercantil (ECAR, 2013, p. 2).

Em 15 de janeiro de 1931 foi criado o Curso Ginasial, em Niterói, em conjunto com a Escola Normal. Esta fusão recebeu o nome de Escola Normal de Niterói e Liceu Nilo Peçanha, passando a se chamar em 1938, Instituto de Educação do Estado do Rio de Janeiro. A Escola Normal foi desligada do Liceu Nilo Peçanha em 1954 e ganhou a denominação de Instituto de Educação de Niterói. Em 1965, por meio de um concurso, o Instituto de Educação de Niterói passou a se chamar Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho (IEPIC).

As demais escolas que aparecem representadas no Jornal *O Fluminense* são o colégio Plínio Leite criado em 1929, pelos professores Plínio Leite e Margarida Waldman Leite, no Município de Petrópolis no Rio de Janeiro. No ano de 1945 foi inaugurada uma unidade da escola em Niterói. O Colégio São Vicente de Paulo foi fundado pela Irmandade de São Vicente de Paulo, no ano de 1950 em Niterói, com a finalidade de atender as meninas

abrigadas no Asilo Santa Leopoldina. O colégio Bittencourt Silva foi fundado em 1926, em Niterói, pelo professor Francisco Mariano Bittencourt Silva e funcionou até 1968.

Quanto às instituições de Nível Superior, neste período, Niterói não contava com nenhuma que oferecesse cursos de formação de professores em nível superior. O curso de licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal Fluminense (UFF), foi criado em 1946, ainda não contava com uma organização e estrutura para suprir a carência de professores primários da região. A primeira regulamentação do Curso de Pedagogia no Brasil se refere a 1939 e previa a formação de bacharel em Pedagogia, "conhecido como técnico em educação". A legislação que veio depois a Lei 4.024/61, nossa primeira Lei de Diretrizes e Bases Nacional (LDB), mantinha o curso de bacharelado para a formação do pedagogo, nesta direção o Parecer 292\62, do Conselho Federal de Educação, regulamentou as licenciaturas (LIBÂNEO, 2010, p. 45).

Neste âmbito, foi criado em 1939, em Niterói, o Curso de Pedagogia da Universidade Federal Fluminense, como curso de bacharelado, que visava formar gestores para a educação. Em 1946, pelo Decreto-Lei nº 9.092, o curso de Pedagogia passou a oferecer formação para licenciatura para o magistério no Curso Normal. Nessa nova configuração, eram oferecidos três anos de bacharelado e um ano de licenciatura, no entanto essa formação ainda não contemplava o magistério para as séries iniciais. Fato que só ocorreu no Parecer CFE nº 252/1969 e com a Resolução CFE nº 2/1969, que dentre outras medidas, habilitou os formados no Curso de Pedagogia a lecionar nas séries iniciais. Apesar dessa iniciativa, a habilitação para o magistério das séries iniciais foi encarada como "apêndice", pois os alunos que buscavam o Curso de Pedagogia, em geral, eram oriundos do curso normal (ALVES; COELHO; DOMINICK, 2017).

As demais instituições de nível superior de Niterói foram se consolidando ao longo do tempo, sendo criadas em diferentes momentos da história de Niterói, como demonstra o quadro abaixo:

Quadro 4 - Instituições de nível superior em Niterói

Instituição de Ensino Superior	**Início de sua atuação em Niterói**
Institutos de Superiores de Ensino La Salle	1950
Faculdade de Direito Cândido Mendes	1953
Universidade Estácio de Sá (UNESA)	1960
Universidade Federal Fluminense (UFF)	1960
Faculdades Integradas Maria	1973

Tereza (FAMATH)	
Centro Universitário Plínio Leite (UNIPLI)	1974

Fonte: Quadro confeccionado a partir de Paula (2008).

Desse modo, o curso normal era a principal via para formação de professores em Niterói na década de 1950. Fato que em muito influenciou na escolha pelo curso normal por parte das moças niteroienses. Outro fator que implicava na escolha pelo curso, era o fato de que, no Rio de Janeiro, as moças da classe média viam o ingresso no Curso Normal como uma possibilidade de entrada em cursos de nível superior. Lopes (2014) analisa a entrada dessas moças no Instituto de Educação do Rio de Janeiro:

> Embora o curso normal oferecido pelo Instituto fosse valorizado socialmente na época, o currículo desse curso apresentava um caráter híbrido, com considerável carga de disciplinas de formação geral, especialmente no primeiro ano. Talvez pelo perfil da normalista das décadas de 1950-1960 moças de classe média com expectativas de ingresso no ensino superior - as disciplinas mais prestigiadas fossem as que possibilitassem o êxito nos exames vestibulares, já permitido aos egressos dos ramos do ensino profissionalizante (2014, p. 267).

Essa análise pode se estender aos cursos normais que funcionavam em Niterói, na mesma época. Uma vez que a Lei Orgânica do Curso Normal estabelecia, em seu Artigo 6º, no parágrafo 3, que os alunos que concluíssem o segundo ciclo do Curso Normal teriam assegurado o direito de ingresso em cursos da Faculdade de Filosofia.

Quanto aos cursos que eram oferecidos às moças no Estado do Rio de Janeiro, na década de 1950, incluam-se os seguintes cursos: **Formação de Regentes** para as escolas primárias rurais de caráter intensivo, com duração de dezoito meses letivos para moças com idade mínima de 16 anos; **Curso Normal** para a formação de professor primário, em curso de três anos, correspondente ao "ciclo colegial" do ensino secundário geral; **Curso de ensino artístico** (música, dança e belas artes) de duração variável e **Curso técnico de enfermagem e serviço social** de três anos correspondentes ao "ciclo colegial" (ABREU, 1955, p. 60).

2.2 **O sonho de ser normalista em face ao magistério primário em Niterói**

> Tinha dois filhos para criar – costumava ela dizer –, e iria criá-los custasse o que custasse. Estava de pé antes do galo cantar. Acendia o fogo. Preparava o café. Em seguida, fazia o almoço. Depois de ter tudo em ordem, seguia para a escola, na Palha. Percorria, diariamente, a pé, uma distância de légua e meia, ou seja, nove quilômetros. Não faltava o pão em nossa casa, mas não existia fartura. Tudo era

> medido e contado. Ganhando pouquíssimo e tendo que cumprir diariamente aquele extenso percurso, minha mãe começou a lutar para obter transferência para a cidade. Apesar das dificuldades, foi à remoção afinal conseguida (KUBITSCHEK, 2020, p. 25).

Assim Juscelino Kubitschek descreveu em suas memórias a rotina de sua mãe, a professora primária Júlia Kubitschek, na cidade de Diamantina em Minas Gerais, por volta de 1905. A rotina da professora Júlia Kubitschek não era muito diferente do dia a dia de muitas professoras brasileiras. Juscelino, o menino pobre de Diamantina, se tornaria anos mais tarde, "símbolo" do desenvolvimento nacional. Assumiu a presidência da República em 1956 e permaneceu até 1960, período marcado por altas taxas de crescimento (FARO; SILVA, 2002, p. 67).

O presidente Juscelino Kubitschek, durante seu governo, procurou desenvolver o mote de sua campanha presidencial de atingir 50 anos de progresso em cinco anos. Após ser eleito, instituiu o Decreto nº 38.744, de 12 de fevereiro de 1956, que criou o Conselho do Desenvolvimento. Como seu secretário foi nomeado Lucas Lopes que exerceu simultaneamente a presidência do O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O conselho elaborou um conjunto de 30 objetivos, distribuídos em cinco setores, denominados Programas de Metas. As metas visavam o desenvolvimento dos setores de energia, transporte, alimentação, setores de base e educação. Este último visava a intensificar a formação de pessoal técnico e orientação da educação para o desenvolvimento (FARO; SILVA, 2002, p. 82).

Na interpretação de Couto (2013), Juscelino Kubitschek era um "construtor de sonhos" que "pensava grande" e dentre outros adjetivos descritos pelo autor estava o de "visionário". Inquerimos que, dentre outros fatores, essa visão de "construtor de sonhos" foi o que levou Juscelino Kubitschek ao faraônico projeto de construção de Brasília, que na década de 1960 deslocaria a capital do Brasil do Rio de Janeiro para lá, criando então o Estado da Guanabara que perdurou de 1960 a 1975.

Hobsbawm (1995) problematiza essa questão dos anos dourados. Para o autor, após os horrores da Segunda Guerra Mundial, muitas nações do mundo experimentaram dias de prosperidade e muitos daqueles que comparavam os anos 1950 com a guerra recém-terminada, chamavam esses novos tempos de anos dourados. Embora o autor aponte que décadas depois, o capitalismo (nos anos 1970 e 1980) entraria em crise. As denominações atribuídas aos anos de 1950 foram várias:

> [...] os economistas começaram a perceber que o mundo, em particular o mundo do capitalismo desenvolvido, passara por uma fase excepcional de sua história; talvez uma fase única. Buscavam nomes para descrevê-la: 'os trinta anos gloriosos' dos franceses (*les trente glorieuses),* a Era de ouro de um quarto de século dos anglo-americanos [...]. O dourado fulgiu com mais brilho contra o pano de fundo baço e escuro das posteriores Décadas de Crise (HOBSBAWM, 1995, p. 253)

Seria então os "anos de JK" os "anos dourados"? Gomes (2002, p. 10) aponta que vive em todos os povos o imaginário de uma época "ideal" os "bons tempos" que estão sempre no passado. Uma época dourada, onde se encontra a "pureza das origens". No caso do Brasil, configura-se na memória coletiva uma construção histórica que concebe a década de 1950 como os nossos anos "dourados". A autora chama atenção para o fato dessa configuração trata-se de algo "fabuloso" "[...] 'os bons tempos' foram inventados e que o mergulho no passado é sempre um ato de recriação da geração presente".

No intuito de rememorar seus tempos no Instituto de Educação de Niterói, a turma de normalistas do ano de 1926 (que na época da formatura se chamava Escola Normal de Niterói), se reuniram para celebrar os trinta anos de formação. O acontecido foi noticiado pelo Jornal *O Fluminense*, no dia 18 de dezembro de 1956. A reportagem não somente nos oferece vestígios para compreender a relevância atribuída pelo Jornal *O Fluminense* a eventos que destacavam o Curso Normal, como também nos possibilita analisar a importância que o curso assumiu em Niterói.

Ao tornarem públicas essas memórias, o Jornal *O Fluminense* buscou atribuir um lugar na memória coletiva, contribuindo na construção de uma ideia que demarcou a década de 1950 como os "anos dourados" para o magistério. Para Le Goff (2013, p. 435) a memória coletiva é "um instrumento de poder".

Imagem 11 -Trinta anos de magistério

Completaram trinta anos de professorado

Expressivas comemorações das alunas da Escola Normal de Niterói, de 1926

Fonte: *O Fluminense*, 18 de dezembro de 1956, Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

Seria essa idade de “ouro” para todas as categorias do magistério? E o que devemos considerar como idade de “ouro” maiores salários ou mais valorização social? Essas questões não têm respostas simples e não temos a intenção de aqui respondê-las, no entanto as deixamos para reflexão. Visto que segundo Bloch (2001) são as questões que nos movem a investigar a história. Para Lugli e Vicentini (2009) a existência da ideia de uma idade de ouro para o magistério, se deve a incerteza de onde achá-la, nas palavras das autoras:

> A alusão ao passado glorioso do magistério, presente no imaginário dos professores e em artigos de periódicos especializados e da grande imprensa, tem como marca a vagueza quanto ao período a que se refere e a tentativa de generalizar para toda a categoria a situação de maior prestígio e melhores vencimentos descrita (LUGLI ; VICENTINI, 2009, p. 162).

Cabe aqui, ainda, outra pergunta: em que época se deu essa “idade de ouro” do magistério? Seria ela a década de 1950 em que o Brasil vivia um momento em que vários setores da sociedade, viam na educação, um impulsionador para o progresso, como nos aponta Nunes (2000), a educação assumia grande relevância nos ditos anos dourados:

> Nos dourados anos 50 já tínhamos claramente delineada a educação como problema governamental. Alimentava-se a idéia de que ela era, em boa parte, a solução para o aumento da produtividade e conseqüente desenvolvimento econômico, para a integração das populações marginais das grandes cidades brasileiras e instrumento da participação da vida democrática (NUNES, 2000, p. 110).

Essa ideia dos anos dourados, em certa medida, é reforçada pela mídia, na minissérie intitulada *Anos Dourados* de Gilberto Braga, exibida pela Rede Globo de televisão em 1986, cuja trama é ambientada nos anos de 1950. A protagonista era a normalista Lurdinha, personagem de Malu Mader, aluna do Instituto de Educação do Rio de Janeiro. A imagem é emblemática para entendermos a representação das normalistas que se perpetuou por décadas no imaginário social. Mais uma vez temos a fotografia de moças brancas, vestindo azul e branco e popularizando um tipo de estereótipo da normalista. Não afirmamos que essa não fosse também a normalista, de fato em muitas vezes o curso normal era frequentado por moças brancas da classe média, mas acreditamos que não fosse apenas esse o perfil da futura professora primária.

Imagem 12- As normalistas nos anos “dourados”

Fonte: Imagem de divulgação da minissérie Anos dourados, Globo educação.

Houve uma tendência, na década de 1950, em representar as normalistas de forma romântica e idealizada, na arte, nas telenovelas, nas revistas e nos jornais. Podemos observar essa perspectiva no samba *Normalista,* de letra criada por David Nasser e música de Benedito Lacerda, gravada por Nelson Gonçalves no ano de 1949. O jornalista David Nasser trabalhou nos anos de 1950 na revista *O Cruzeiro.* A revista, na reportagem de 19 de novembro de 1949, destaca o sucesso do samba canção *Normalista.* A reportagem assinada por Anselmo Domingos, então editor da revista, discorria a respeito da música estar em primeiro lugar nas paradas de sucesso e na venda de discos.

Vestida de azul e branco
Trazendo um sorriso franco
No rostinho encantador
Minha linda normalista
Rapidamente conquista
Meu coração sem amor
Eu que trazia fechado
Dentro do peito guardado
Meu coração sofredor
Estou bastante inclinado
A entregá-lo ao cuidado
Daquele brotinho em flor
Mas, a normalista linda
Não pode casar ainda
Só depois que se formar
Eu estou apaixonado
O pai da moça é zangado
E o remédio é esperar.
Fonte: Revista *O Cruzeiro*, 19/11/1949,
Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

Na literatura, o livro *A Normalista*, em 1950, em sua terceira edição, ganhou na capa a imagem peculiar da normalista. Lima (2015, p.14) analisa a imagem da capa do livro como:

“Trata-se de uma bela jovem que leva ao meio rural as organizadas pautas de seu caderno, as milimétricas medidas de sua régua e a higiene de seu sorriso para uma nova sociedade a ser construída”.

Imagem 13 - A normalista de Adolfo Caminha

Fonte: Capa do livro *A Normalista*, de Adolfo Caminha de 1950 apud LIMA, 2015.

Há uma mística em torno da década de 1950, apontada muitas vezes, como um momento “mágico” do magistério, sobretudo feminino. Todavia, pode-se ter um olhar a respeito dessa época, que desmistifica os “anos dourados”. Na análise de Lopes (2003), neste período, houve uma maior popularização do Curso Normal e diminuição do seu prestígio, nesta direção:

> Há cerca de duas décadas, difundiu-se amplamente, sobretudo no Rio de Janeiro, o mito dos *anos dourados*, relacionado a um momento mágico de nossa história que corresponderia aos anos 1950, fase em que a cidade, ainda capital da República, afirmava sua identidade como pólo da cultura nacional. [...] de crescimento econômico acelerado, e, sobretudo, tempo em que ainda se apostava na educação e na escola pública de qualidade como meio de democratização e ascensão social (LOPES, 2003, p. 333).

Lugli e Vicentini (2009) apontam caminhos para pensar às imagens da docência que foram produzidas socialmente, sobretudo na década de 1950. Para as autoras, essa produção possui dois fatores norteadores, a recompensa financeira e simbólica. É da tensão entre as duas que vigora as lutas e reivindicações do magistério. A recompensa simbólica é o reconhecimento e importância do trabalho dos professores “abnegado” pela educação, atrelado a um discurso que lhe atribui um caráter sacerdotal. Segundo essa lógica:

> Essa ideia da importância de seu trabalho, por um lado, é utilizada para tornar as suas reivindicações mais legítimas, e, por outro, constitui o eixo de uma ética do oficio marcada pelo sacrifício, pelo enfrentamento dos obstáculos inerentes à tarefa de ensinar (LUGLI; VICENTINI, 2009, 163).

A partir da análise das autoras, podemos afirmar que a construção de uma visão do magistério como uma missão quase "divina", como um "sacrifício" a ser feito pela nação em prol da educação das crianças, contribuiu para que a margem salarial da professora primária fosse baixa. O jornal *O Fluminense*, em sua edição de 28 de julho de 1956, apontou que o aumento concedido pelo poder executivo aos professores estaduais era uma "ridicularia". Segundo o jornal, o aumento obedecia ao cumprimento da Lei 2.836 de 15 de junho de 1956. De acordo com a tabela apresentada pelo *Fluminense*, nesta edição, pode-se observar que a professora primária, tinha salário menor do que o servente do quadro do funcionalismo e maior do que o da professora substituta.

Quadro 5 - Quadro salarial do funcionalismo público

Função de magistério e demais cargos	**Salário em Cruzeiros**
Professora substituta	2.000,00
Professora diplomada para o Curso Normal Rural.	2,500,00
Servente e serviçal para quadro de magistério	2.800,00
Inspetor de alunos	3.000,00
Professora Primária	4.000,00
Servente e serviçal para quadro funcionalismo	4.800,00
Professores e Regentes (Ensino Secundário, Curso Normal e Industrial	5500,00

Fonte: Quadro confeccionado a partir da reportagem do Jornal *O Fluminense* (28\07\1956).

A denúncia do baixo salário foi feita pela União dos Professores Primários Estaduais (UPPE) em que apontava casos de um servente de grupos escolares ganhar mais do que a diretora (*O FLUMINENSE*, 18\03\1956). Seis professoras pré-primárias e primárias, em carta enviada ao Jornal *Fluminense* denunciavam a "protelação" em seu prometido aumento pelo governo, a carta era assinada pelas professoras Ester Libório da Rocha, Célia Neves Magalhães, Dora da Conceição, Juraci Lemos Maciel e Emir Macedo Cunha, adjetivadas como "sacrificadas mestras do ensino primário e pré-primário do Estado". A carta, como já nos referimos, fazia menção a uma carta anterior também publicada pelo *Fluminense* na qual

nove professoras faziam um apelo ao Governador do Rio de Janeiro solicitando que o salário da professora primária fosse fixado em Cr$ 6.000,00. A carta também lembrou a campanha salarial da UPPE (*O FLUMINENSE*, 27\04\1956).

Para fins de comparação, o salário médio do operário no Estado do Rio de Janeiro, por volta de 1950, era de Cr$ 800,00 mensais. O salário mínimo vigente nos municípios de Niterói, Petrópolis, Campos, Barra Mansa, São Gonçalo e São João, até abril de 1953, foi de Cr$ 1.000,00. Em 1954, o salário mínimo de Niterói foi elevado para Cr$ 2.100 (ABREU, 1955, p. 31). Atrelado a isso, está o fato de que o salário da professora primária era relativo a dois salários mínimos, cada salário mínimo correspondia a 1.200 cruzeiros no ano de 1952, de 2.400 cruzeiros em 1954 e de 3.800 cruzeiros em 1956. A quantia de dois salários mínimos era maior do que a maioria da população ganhava (MARTINS, 2000, p. 10). Desse modo, em comparação ao salário mínimo, o ordenado da professora primária era atrativo, mas a mesma autora aponta que posteriormente o salário do magistério entrou em declínio.

Neste contexto, o salário para o magistério parecia atrativo, pois segundo Bassanezi (2004), na década de 1950, embora as mulheres tivessem mais oportunidade de trabalho, ainda eram pendentes ao homem. Casar-se e ser dona de casa, esposa e mãe era as expectativas que cabiam à maioria das mulheres. Desse modo, a carreira de professora parecia atrativa para muitas moças, uma carreira que estaria em conformidade com o casamento. Era um emprego de meio período, além do mais, a visão que se tinha da professora primária era condizente com a tarefa de mãe.

As fábricas de tecido fabril representavam o setor que mais empregava mulheres em Niterói. Além dele, havia outras ocupações para as classes populares como lavagem de roupa, faxina, costura e o trabalho de “dona de casa”, esse último muitas vezes relegado às “mães de família” já que as mais jovens, quase sempre, iam buscar trabalho fora de casa (AMARAL, 2016, p. 28).

Nas fábricas têxteis, havia precárias condições de trabalho, com ambiente insalubre, baixos salários, assédio sexual por parte de patrões e funcionários. As mulheres operárias niteroienses tinham ainda que lidar com a situação da estratificação sexual do trabalho, onde, via de regra, não assumiam cargos de comando. Essa divisão “[...] durante muito tempo foi justificada pelas características ‘inatas’ que associavam o trabalho feminino à habilidade, sutileza e destreza e o masculino à força e rapidez” (AMARAL, 2016, p. 42). A divisão do feminino e do masculino, do lugar próprio da mulher na sociedade é uma construção do homem, a mulher que assume seu papel nesta divisão, mas não foi ela que a construiu:

> Em verdade, as mulheres nunca opuseram valores femininos aos valores masculinos; foram os homens, desejosos de manter as prerrogativas masculinas, que inventaram essa divisão: pretenderam criar um campo de domínio feminino – reinado da vida, da imanência – tão somente para nele encerrar a mulher; mas é além de toda especificação sexual que o existente procura sua justificação no movimento de sua transcendência: a própria submissão da mulher é a prova disso. O que elas reivindicam hoje é serem reconhecidas como existentes ao mesmo título que os homens e não de sujeitar a existência à vida, o homem à sua animalidade (BEAUVOIR 2009, p. 83).

Temos que considerar que a situação da mulher niteroiense, na década de 1950, tinha outros vieses. A reportagem do jornal *O Fluminense* de 11 de março de 1952, anunciou o falecimento da Doutora Ermelinda de Vasconcellos, vítima de "um colapso traiçoeiro". A Doutora Ermelinda, segundo a reportagem, foi à primeira mulher diplomada em Medicina no Brasil[59]. Nasceu em 1866 em Porto Alegre RS e faleceu em Niterói em 1952 aos 86 anos, onde residiu desde os 8 anos de idade. Era especialista em pediatria e ginecologia, seu pai Joaquim Lopes de Vasconcellos era guardador de livros na Companhia de Navegação Fluvial. Cursou a Escola Normal de Niterói em 1881 e, em 1884 iniciou o curso de Medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, se formando em 1888. O jornal *O Fluminense* se referiu à médica como tendo se dedicado "qual verdadeira sacerdotisa, à nobre profissão conseguiu granjear e consolidar a invejável reputação de era, sem favor, detentora, tais os excepcionais atributos de saber e de coração que lhe ornavam o caráter cheio de energia" (*O Fluminense*, 11\03\1952).

A médica foi sepultada em Niterói no Cemitério de Jurujuba. Compareceu ao cortejo o médico Luiz Palmier, o doutor Tinoco que representou a secretaria de Interior de Justiça, o doutor João Gomes que foi em nome da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Niterói. A lista é extensa, segundo o jornal nem caberia em sua edição. Doutora Ermelinda, segundo Rago (2000), não foi a única médica brasileira neste período. A autora aponta que muitas outras mulheres, romperam o preconceito no Brasil do século XIX e se tornaram médicas. Como Ermelinda de Vasconcellos, outras mulheres se formaram em medicina, embora, no entanto, consideramos que estes são exemplos pontuais para pensarmos a situação da mulher no período considerado.

Sobre as condições de trabalho para as normalistas, futuras professoras, em nosso entender não diferem das demais mulheres de Niterói na década de 1950. Além da questão salarial do magistério, as condições das escolas, onde as professoras atuavam, nem sempre

[59] O Projeto nº 774. A de 1951, da Câmara dos Deputados Federal, atribui a Doutora Rita Lobato Velho Lopes o título de primeira mulher diplomada em medicina do Brasil e o Governo Federal concedeu a ela a pensão de Cr$ 3.000,00. Já Elisabeth Juliska Rago (2000) afirma que Barros Vidal, em seu livro *Precursoras Brasileiras* de 1955, atribui o título a Doutora Ermelinda Lopes de Vasconcellos.

eram adequadas. *O Fluminense* em 12 de outubro de 1956, na mesma edição em que o jornal comemorava o dia das crianças, fez menção ao "prato de sopa" para ser servido às crianças das escolas públicas niteroienses. O Grupo escolar Salgado Filho, localizado no Bairro da Engenhoca (bairro pobre de Niterói) "um dos estabelecimentos públicos de ensino de maior frequência na capital Fluminense" a partir daquela data iria distribuir merenda diária aos seus alunos que se tratava de um prato de sopa, com recursos da caixa escolar de Niterói.

A iniciativa, que seria estendida aos demais grupos escolares de Niterói, já contava com a distribuição de cinco mil pratos de sopa. Nesses estabelecimentos primários, já haviam se instalados fogão e "aparelhos de vasilhame" para servir. O objetivo da sopa era "compensar a deficiência de nutrição em grande parte dos estudantes". A solenidade de inauguração do prato de sopa contaria com a presença do governador Miguel Couto Filho com sua família (*O FLUMINENSE*, 12\10\1956).

Com a frase "compensar a deficiência de nutrição em grande parte dos estudantes", a reportagem nos oferece vestígios para entender o perfil dos alunos que adentravam os grupos escolares de Niterói na década de 1950, uma população "carente" com deficiência em sua alimentação. Em geral, esses grupos escolares eram localizados em bairros pobres, como pontuou *O Fluminense* do dia 29 de março de 1956, em que mencionava os seguintes grupos escolares Salgado Filho, localizado no bairro da Engenhoca, G. E. Luciano Pestre no Bairro do Caramujo e José Bonifácio.

A situação de carência dos alunos das escolas públicas de Niterói tem raízes históricas. Na década de 1920 a situação das crianças pobres em Niterói era "alarmante" foi o que constatou a pesquisa realizada em 1922, intitulada *Verificação da frequência da tuberculose nas escolas primárias de Niterói*, apresentada no III Congresso Americano da Criança. A pesquisa dos médicos Almir Madeira e Arthur Moncorvo Filho constatou a "condição de debilidade das crianças matriculadas nas escolas públicas de Niterói" (CAMARA; SILVA 2017). Nesta direção:

> Em carta publicada no jornal *O Fluminense* de 12 de junho de 1914, Almir Madeira destacava o alto índice de mortalidade infantil, demonstrando que mais de 100 crianças pobres haviam morrido na cidade de Niterói apenas no mês de abril de 1914. Tomando como referência o Distrito Federal, o médico afirmava que, embora o quantitativo populacional da cidade do Rio de Janeiro fosse superior, o índice de mortalidade era inferior ao de Niterói. (CAMARA; SILVA, 2017, p. 113).

As autoras analisaram a atuação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância de Niterói (IPAI), dirigido pelo médico Almir Madeira que era atrelado a uma rede de filantropia

assistencial, ligada ao Instituto de Proteção do Rio de Janeiro dirigido pelo médico Arthur Moncorvo Filho. Dentre as iniciativas do IPAI para atender as crianças niteroienses estavam a Gota de Leite Mariana Norris, Creche, Associação das Damas da Assistência, consulta para lactante, Concurso de Robustez, Copo de Leite, dentre outras.

Apesar dessas iniciativas, podemos aferir que a situação das crianças de Niterói, sobretudo da população mais pobre, ainda era precária para depender da merenda escolar a fim de ter suas deficiências alimentares supridas. Desse modo, as representações idealizadas no Jornal *O Fluminense* a respeito das normalistas, não eram condizentes com o difícil cenário da educação pública de Niterói, onde em tese, as futuras professoras iriam atuar.

A dura trajetória de uma professora niteroiense foi relatada no *Fluminense* em 30 de outubro de 1954, em um "bilhete" de Carlos Couto intitulado "O sonho de Terezinha". Tereza, menina de 10 anos, fugia ao perfil das normalistas que ocupavam a coluna social do *Fluminense* "muito moreninha" e filha de uma costureira viúva "cheia de filhos". Terezinha brincava de ser professora, ensinando outras crianças com "um caixote lhe servindo de escrivaninha". A menina que sonhava em ser professora se tornou normalista e, em fim, se tornou professora e logo se viu mergulhada nas agruras do magistério primário.

Segundo o autor Terezinha "por não conhecer gente influente" aceitou um emprego de professora substituta com um salário de oitocentos cruzeiros e os recebeu com seis meses de atraso. Sua mãe ficou doente, sem condições de trabalhar, e Terezinha teve de aceitar um emprego num escritório com ordenado de 3.000, 00 cruzeiros, ganhava mais, mas " Seus olhos perderam o brilho. Parece uma velha desiludida. E só tem 22 anos". O texto termina fazendo um apelo às autoridades para que olhassem pela educação e a importância dos professores e por último um apelo a Terezinha, a quem o "bilhete" foi direcionado, para retomar o brilho em seus olhos. Problema pontual o de Terezinha? Acreditamos que não.

Esses fatores, por um lado, acarretavam certa valorização do curso normal, por outro, gerava sua maior procura que, por conseguinte, um número maior de alunos. A atuação de instituições particulares que ofereciam a formação de professores, como por exemplo, o Colégio Plínio Leite e o Bittencourt Silva, em parte visavam absolver esse crescente número de alunos que almejavam ao curso normal. Para Lopes (2003) na década de 1950 se deu uma maior popularização do curso normal, fato que contribuiu para certo desprestígio do curso. Desse modo, o curso normal em Niterói estava numa situação híbrida se por um lado havia uma valorização própria da década de 1950, os ditos anos dourados da educação, por outro enfrentava o alargamento do público feminino que o buscava. Esse estado de coisas influenciou as representações sociais das normalistas no Jornal *O Fluminense*, sobretudo em

sua seção *Uma silhueta em Foco* e na Revista *O Cruzeiro*, como veremos no próximo capítulo.

3 **AS NORMALISTAS PELA IMPRENSA: JORNAL *O FLUMINENSE* E A REVISTA *O CRUZEIRO* REPRESENTAÇÕES EM CIRCULAÇÃO**

3.1 **As normalistas e as professoras em foco na coluna *O Fluminense na sociedade***

> A partir de hoje, periodicamente, apresentaremos nesta coluna, 'Uma silhueta em foco'. Esta novidade, constituir-se-á uma atração para os nossos leitores, que verão nesta coluna as belas e encantadoras jovens da sociedade, que enfeitam a coluna social do nosso jornal, focalizadas da cabeça aos pés por um questionário que dirá de seus gôstos, preferências, "hobbies", etc., etc. (Jornal *O Fluminense*, 18/11/1956).

Com essas linhas o Jornal *O Fluminense* anunciava, no dia 18 de novembro de 1956, a criação da coluna *Uma silhueta em foco,* na seção *Fluminense na sociedade* que preenchia a última página[60] do jornal e trazia notícias a respeito da "sociedade niteroiense", sobre aniversários de pessoas consideradas "ilustres", festas na cidade de Niterói e demais eventos considerados de relevância pelo Jornal. Nesta data, essa seção foi ampliada pela coluna *Uma silhueta em foco* que pretendia entrevistar moças da "sociedade" de Niterói, quanto a seus hobbies, tendências e gostos. A fim de traçar uma espécie de perfil dessas moças. Essa coluna, publicada aos domingos, permaneceu por 46 edições do *Fluminense*[61].

Com o verbo "enfeitam" o colunista[62] deixou explícito o caráter da coluna, que sempre fazia menção a beleza das entrevistadas, eram detalhados seus aspectos físicos como altura, peso, manequim, número do sapato, cor dos olhos e dos cabelos. O verbo enfeitar não se refere apenas à beleza das moças, mas também a sua pertença a determinado segmento social. Tratava-se das moças de classe média que frequentavam os bailes, e clubes da cidade de Niterói. Esses bailes e clubes se localizavam nas regiões "nobres" de Niterói, por exemplo, no Bairro de Icaraí.

A criação da nova coluna do jornal *O Fluminense* seguia uma tendência dos jornais no século XX. Campos (2012) analisa que o jornal assumiu, neste século, uma importância para a

---

[60] As edições do jornal variavam entre seis e dez páginas, chegamos, no entanto, a analisar edições com até doze páginas.

[61] Embora a coluna *O Fluminense na sociedade* exista até os dias de hoje, não encontramos registros de *Uma silhueta em foco,* em edições do jornal posteriores a 1959.

[62] Não foi localizado o nome do colunista responsável.

vida urbana. Esses periódicos faziam mais do que representar a vida da sociedade, ditavam modos de vida, como também os criavam. Para Molina (2015) os anos de 1950 a 1960 foram auspiciosos para a imprensa no Brasil:

> A época de ouro da diária imprensa brasileira pode ser colocada nos anos de 1950 e 1960, quando era o principal veículo de informação e de publicidade para as massas, cuja educação e capacidade de consumo estavam aumentando. Os jornais se beneficiaram do surgimento de uma classe média para quem a leitura era uma necessidade e um símbolo de status (2015, p. 29).

Da mesma forma, uma gama de revistas de variedades, na década de 1950, se dedicou em suas seções ao público feminino. Além do crescente número de revistas femininas que circulavam na época, dentre elas podemos citar *O jornal das moças, Claudia, Querida*, dentre outras que influenciaram o pensamento e o comportamento das mulheres de classe média[63], em relação à moda, casamento, carreira, gosto e hábitos (PINSKY, 2014). As revistas que circulavam na década de 1950 tinham como tendência estabelecer modelos de distinção entre os sexos e moldar comportamentos femininos para Bassanezi (2004):

> As páginas das revistas que tratavam de 'assuntos femininos' nos levam ao encontro das ideias sobre a diferença sexual predominantes nessa sociedade, *Jornal das Moças*, *Querida*, *Vida Doméstica*, as seções para mulher de *O Cruzeiro* traziam imagens femininas e masculinas, o modelo de família – branca de classe média, nuclear, hierárquica, com papéis definidos regras de comportamento e opiniões sobre sexualidade, casamento, juventude, trabalho, feminino e felicidade conjugal. Essas imagens mais do que refletir um aparente consenso social sobre a moral e os bons costumes, proviam os valores de classe, raça e gênero dominantes de sua época. Como conselheiras, fontes importantes de informação e companheiras de lazer – a TV ainda era incipiente no país –, as revistas influenciaram a realidade das mulheres de classe média de seu tempo assim como sofreram influências das mudanças sociais vividas – e algumas, também promovidas por essas mulheres (2004, p. 509).

Sendo assim, o Jornal *O Fluminense* ao publicar sua coluna, seguia uma tendência da década de 1950 que abarcava o público feminino. Grande influência, nesta época, foi o jornalista Ibrahim Sued[64] que na coluna do Jornal *O Globo*, que figurou de 1954 até 1995, se especializou em trazer para o público as pessoas da elite carioca, suas festas, jantares, viagens etc. Na coluna, emitia opinião sobre a "arte de receber", etiquetas, elegância de homens e

[63] Não que outros segmentos sociais não pudessem ser e fossem influenciados por esses periódicos, todavia o público alvo era as mulheres de classe média.

[64] Curiosamente, Ibrahim Sued, que veio de origem humilde, filho de imigrantes árabes, escrevia com erros de concordância e "outros atropelos em língua portuguesa", nem isso, nem a falta de capital cultural e econômico impediu que o jornalista alcançasse fama, fortuna e fosse referência para falar de elegância na década de 1950. Os seus erros gramaticais se tornaram sua marca registrada e estilo pessoal que permitia que sua coluna fosse publicada sem revisão (SILVA, 2016, p. 110).

mulheres. No mês de dezembro, Ibrahim Sued publicava na Revista *Manchete* a lista das dez mulheres mais “elegantes” do ano. O comportamento da elite da época, em certa medida, servia como parâmetro para o público. Estes comportamentos eram legitimados pela elite ao mesmo tempo em que buscava censurar “hábitos que desejava eliminar” (SILVA, 2016, p. 105).

De tal modo, quem ocupava as colunas sociais eram consideradas pessoas “interessantes”, “bonitas” que estavam de acordo com os padrões de elegância da época. Influenciados pela elite “num momento em que ocorre a transição de hábitos muito marcados pela rigidez de uma etiqueta francesa, para a introdução de formas mais espontâneas de comportamento, influência da cultura juvenil” (SILVA, 2016, p. 108).

A cultura francesa influenciou o Brasil pelo menos desde o período colonial. No século XX, as mulheres da elite cafeeira eram clientes dos renomados costureiros franceses. Para além da moda, a elite brasileira era influenciada pelos padrões de comportamento francês tido como ideal de civilidade que marcava a distinção social entre elite e outros segmentos sociais como negros, ex-escravos, indígenas, mestiços e brancos pobres. Não somente no Brasil, a cultura francesa influenciou várias partes do mundo até a primeira metade do século XX . Na década de 1950, o desenvolvimento econômico permitiu o acesso de camadas médias da sociedade a bens de consumo norte-americanos, antes exclusivo de camadas mais altas, gerando novas formas de influências culturais. No Brasil, esse processo se deu de forma desigual, mais concentrado nas áreas urbanas no Sul e Sudeste do país, sobretudo em São Paulo e no Rio de Janeiro “a cidade maravilhosa” (SILVA, 2016, p. 108).

Sendo assim, a coluna *Uma silhueta em foco* trazia para as moças niteroienses “um pouco do glamour” das grandes revistas femininas que tanto influenciavam os modos de viver na década de 1950. Tendo como foco as moças da sociedade de Niterói que frequentavam os clubes, bailes e eventos da classe média e da elite niteroiense. Ocupavam a coluna filhas de empresários, médicos, políticos e de demais setores de Niterói.

Para Silva (2016) a coluna social nos jornais na década de 1950, era direcionada para um público seleto, que de alguma forma se identificavam com aquele tipo de notícia, em geral, quem dela participava de alguma forma. Embora os jornais se direcionassem a um público muito amplo, sua coluna social não interessava a todos, o aumento do número de leitores não alterou essa característica:

> O fato de o jornal ter, ao longo do tempo, atingido um número maior de leitores do que aquele que se vê retratado não alterou o conteúdo das colunas sociais, que ainda se dedicam a noticiar minuciosamente o aniversário de 15 anos da filha de um

> distinto industrial, descrevendo inclusive as roupas das anfitriãs e convidadas mais ilustres, muitas vezes acompanhadas de fotografias. O objetivo de tais notícias parecia representar naquele momento exaltação da distinção social daqueles que figuravam nos espaços das colunas sociais (2016, p. 111).

Pela análise das fontes documentais, foi possível notar uma rede de sociabilidade entre as moças que ocupavam a coluna *Uma silhueta em foco.* Para Camara (2017, p. 207) as redes de sociabilidades produzem trocas que se organizam para além das condições sociais que distinguem os sujeitos e provocam acontecimentos. Era comum, as moças citarem uma às outras nas entrevistas, fazendo menção a sua beleza e elegância. Muitas frequentavam os mesmos clubes e festas, tinham gostos comuns quando se tratava de filmes, músicas e livros.

No universo de trinta moças entrevistadas pelo jornal, todas pertenciam à classe média, sete mantinham uma relação com o magistério, seja como alunas do curso normal ou como professoras primárias. O critério para a seleção das entrevistadas se deu a partir dessa relação. As entrevistas foram localizadas no ano de 1957.[65]. Das sete selecionadas[66], duas eram formadas pelo curso normal e atuavam como professoras primárias e cinco cursavam o Curso Normal nas seguintes instituições de ensino[67] Colégio Santa Marcelina, Instituto de Educação de Niterói, Colégio Bittencourt Silva e o Colégio São Vicente de Paula.

Quanto ao roteiro[68] das entrevistas que o jornal seguia, era sempre o mesmo para todas as entrevistadas, perguntas padronizadas em relação aos seus gostos, sobre cinema, literatura, música, rapazes, moças, esportes, clube de Niterói e alta costura. Em relação à educação das moças, eram elaboradas perguntas sobre onde estudavam, cursos que faziam, países que conheciam e sobre idioma que porventura falassem e outros aspectos.

Comecemos pela professora Dilza Arelano Gomes[69] que teve seu perfil na edição de 2 de julho de 1957, a seu respeito, o Jornal *O Fluminense* declarou " Professora primária do Distrito Federal, exerce com brilhantismo, proficiência e abnegação, o magistério que é uma de suas paixões, tendo por seus alunos uma grande dedicação e apreço." Dilza aponta que sobre ser professora "Função que exerço com muito prazer"(*O FLUMINENSE*, 2\7\1997).

---

[65] Não localizamos entrevistas referentes a professoras ou normalistas em anos anteriores ou posteriores a 1957.

[66] As imagens das entrevistadas seguem no anexo.

[67] As professoras não informaram nas entrevistas em quais escolas haviam se formado.

[68] Foram selecionadas todas as perguntas do questionário para análise, cerca de 15 perguntas, esse número era variável, às vezes, uma resposta da entrevistada gerava novas perguntas. Do mesmo modo, foram analisadas todas as respostas das trinta entrevistadas.

[69] O critério adotado por iniciar com Dilza Arelano, se deve ao fato dela ter sido professora, assim como Lígia Maria da Cunha, as demais entrevistadas selecionadas se enquadram na categoria normalista.

Estudava na Faculdade de Direito de Niterói (2º ano). Não praticava esportes e era sócia dos clubes Clube Central e Regatas de Icaraí. Em cinema, seus atores prediletos eram William Holden, Ingrid Bergman e Ava Gardner. Filme predileto "A fonte dos desejos". Declarou gostar de ler e seu livro predileto *Retrato de um casamento* de Pearl Buch. Outros autores literários prediletos eram Stendhal, Cronin, Machado de Assis, Pearl Buch e Daphne Du Maurier. Em teatro, seus autores prediletos eram Guilherme Figueiredo, Pedro Bloch e Robert Anderson. Na música, gostava de samba canção e seus cantores prediletos eram Dorival Caymmi e na música clássica Chopin. Não conhecia nenhum país estrangeiro e nem falava outro idioma. Ao ser perguntada sobre o que achava do divórcio, disse ser a favor.

Imagem 14- Dilza Arelano

Fonte: *O Fluminense*, 02 de julho de 1957, Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

A segunda foi Lígia Maria da Cunha, com seu perfil no dia 10 de junho de 1957. Foi eleita rainha dos jogos da primavera de 1955 (Competição organizada pelo *Jornal dos Esportes)*, e "Miss Elegante Bangu" de 1957, pelo Clube Regatas Icaraí. "Conquistou o título de primeira aluna do Curso Normal do Instituto de Educação de Niterói", exercendo sua profissão no Jardim de Infância Júlio Cortines do qual é professora das " mais eficientes e dedicadas" (lecionava no 3º período) e era "professora particular" (*O FLUMINENSE*, 10\06\1957).

Não praticava esportes e era sócia do Clube Regatas Icaraí. Estudava inglês e francês. Em cinema, seus atores preferidos eram Gregory Peck e Ingrid Bergman, filme predileto "Sublime obsessão". Declarou gostar muito de ler, seu livro predileto era "As mulheres de bronze" de Xavier de Montepen. Sommerset Maughan e Érico Veríssimo eram seus autores prediletos. Em teatro, seus autores prediletos são Pedro Bloch e Bernard Schaw. Não conhecia

nenhum país estrangeiro e nem fala outro idioma. Sua maior emoção "foi concluir o Curso Normal do Instituto de Educação, como a primeira aluna da turma". Era a favor do divórcio.

Imagem 15- Lígia Maria da Cunha

Fonte: *O Fluminense*, 10 de julho de 1957, Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

Quanto às normalistas foram localizadas cinco. A primeira foi Maria Ângela Soares[70] que teve seu perfil na coluna do dia 24 de abril de 1957, segundo essa edição, era "Inteligente, cursa o 2º ano do curso normal do Colégio Bittencourt Silva, onde se destaca como aluna das mais aplicadas e distintas". Praticava *volley* e natação no colégio onde estudava e na praia. Era sócia da maioria dos clubes de Niterói. Em cinema, seus atores prediletos eram William Holden, Stewart Granger, Elizabeth Taylor e Jane Wyman. O melhor filme considerado foi "Melodia Imortal". Gostava de ler, o melhor livro considerado foi "Sombras que sofrem". Em literatura, seus autores prediletos foram Humberto de Campos e Machado de Assis. Em teatro, seu autor predileto era Pedro Bloch. Não conhecia nenhum país estrangeiro e falava inglês. Em música, gostava de Noel Rosa e Ary Barroso. Em costura, o "costureiro" que mais admirava era Jacque Fath. Era contra o divórcio.

A segunda foi Elzita Nely Siqueira Bittencourt, entrevista publicada na edição do dia 30 de abril de 1957, foi descrita pelo Jornal *O Fluminense* como "menina-moça de virtudes incomparáveis, de esmerada educação e de singular personalidade, fixa sem dúvida, um exemplo e dogma para as jovens de sua época". Aluna do 2º do Curso Normal do Instituto de Educação de Niterói. Praticava tênis nos clubes IPC e Canto do Rio. Estudava piano e

[70] Devido ao estado de conservação das fotografias, não foi possível apresentar imagens de Maria Ângela Soares.

“línguas”. “Sócia de quase todos os clubes situados na orla marítima da zona sul”. Em cinema, Glenn Ford e Jane Powell eram seus atores preferidos e “Sapatinhos de cristal” seu filme predileto. Na literatura, gostava de ler e seu livro predileto era “Tronco de Ipê” de José de Alencar, sendo este e Graciliano Ramos seus autores prediletos. Em música, gosta de Noel Rosa, Ary Barroso, Chopin e Liszt seus favoritos. Não conhecia nenhum país estrangeiro e “arranha” o inglês e o francês. Era contra o divórcio. Ao ser perguntada qual era seu ideal respondeu “Ser professora”.

Imagem16- Elzita Nely Siqueira Bittencourt

Fonte: *O Fluminense*, 30 de abril de 1957, Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

A terceira foi Mariza Nunes Andrade que ocupou a coluna do dia 16 de junho de 1957. Aluna do Curso Normal do Colégio São Vicente de Paula. “Se dedica ao estudo do violão”. Praticava, às vezes, natação na praia e era sócia de “vários” clubes e frequentava o Clube Central e Regatas de Icaraí. Em cinema, seus atores favoritos eram William Holden, Gregory Peck, Jennifer Jones e Ingrid Bergman, melhor filme “O Suplício de uma saudade”. O seu livro favorito era “A cidadela” de Cronin e “Memórias de um cirurgião” de Andrea Majocchi. Os autores literários favoritos eram A. J. Cronin e Euclides da Cunha. Autor de teatro predileto Pedro Bloch. Não conhecia nenhum país estrangeiro e não falava nenhum outro idioma, mas estudava inglês e francês. Em música, tinha preferência por Chopin, Beethoven, Noel Rosa e *Cole Porter*. Seu costureiro favorito era Pierre Balmain. Era contra o divórcio “até certo ponto”.

Imagem 17 – Mariza Nunes

Fonte: *O Fluminense*, 16 de julho 1957, Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

A quarta foi Dayse Miguel que ocupou a coluna do dia 22 de outubro de 1957, estudava no Colégio Santa Marcelina (de religiosas) onde cursava o Curso Normal, a escola se localizava no Alto da Boa Vista RJ. Tinha aulas de ballet, pintura e de inglês e praticava natação na Barra da Tijuca. Seus autores literários prediletos eram A. J. Cronin, Machado de Assis e Gustavo Corção. Autor de teatro Pedro Bloch. Na música, admirava Beethoven. Conhecia o Uruguai e a Argentina. Era contra o divórcio.

Imagem 18- Dayse Miguel

Fonte: *O Fluminense*, 22 de outubro de 1957, Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

Mariuza da Silva, sua entrevista foi publicada no dia 06 de agosto de 1957, estudava no Instituto de Educação de Niterói (3º ano Curso Normal). “Esportista” do Clube Regatas de

Icaraí onde jogava voleibol. Cursava inglês. Em cinema, seus atores prediletos eram Marlon Brando, William Holden e Deborah Kerr, seu filme favorito foi "Quando o coração floresce". Seu livro predileto era "O fio da navalha" e "Um gosto e seis vinténs" e seus autores favoritos eram Ihon Steinbeck, Somerset Maughan, Oscar Wilde, Aldous Huey, Adhel Munthe, Stephan Zweig, Monteiro Lobato e Lyn Yestang. Fazia coleção de livros. No teatro gostava dos seguintes autores: Pedro Bloch e Tenesse Williams. Em música, seu compositor favorito era Tchaikovsky. Seu costureiro favorito era Pierre Balmain. Não conhecia nenhum país estrangeiro e falava inglês. Era a favor do divórcio.

Imagem 19- Mariuza da Silva

Fonte: *O Fluminense*, 06 de agosto de 1957,
Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

Nas entrevistas concedidas à coluna *Uma silhueta em foco*, as moças eram representadas pelo jornal, mas também se faziam representar. Consciente ou inconscientemente havia uma seleção na escolha de suas respostas diante das perguntas que o jornal lhes apresentava[71], no que optavam por revelar ou ocultavam. Na escolha do que optavam por revelar, criavam uma imagem de si mesmas. Tal imagem passou a compor representações tão ilusórias ou verdadeiras, quanto aquelas que o colunista do jornal poderia criar.

Pelo teor das respostas, pode-se notar certa predileção, por parte das entrevistadas, no que se refere ao cinema norte-americano, que muito influenciou o Brasil na década de 1950.

[71] Na coluna não é revelado como se davam as entrevistas, se o jornal as fazia pessoalmente ou se as entrevistadas recebiam um questionário para responderem. No entanto, o jornal aponta que as entrevistadas respondiam a um questionário.

O cinema se tornou "um bem de consumo" que contribuiu para formar padrões de comportamento e trouxe "novas musas de indiscutível sensualidade" como Marilyn Monroe, Jayne Mansfield, Sofia Loren dentre outras, que ajudaram a compor um ideal de "menina-moça, pura e meiga", principalmente nos personagens retratados por Doris Day, Grace Kelly e Debbie Reynolds (PINSKY, 2014, p. 145). Nas respostas encontra-se referência a atores como Marlon Brando, William Holden e Ingrid Bergman, ícones do cinema de Hollywood da época. No que se refere ao teatro, forma de arte apontada por todas as entrevistadas se destacou a predileção pelo autor Pedro Bloch[72], apontado por seis dentre as setes entrevistadas. Todas as sete entrevistadas, ao serem perguntadas se gostavam de ler, responderam que sim e que cultivam esse hábito, elencando uma gama de autores literários brasileiros e estrangeiros com uma predileção por A. J. Cronin.

As sete entrevistadas, frequentavam e eram sociais dos principais clubes de Niterói da época e, em geral, participavam de concursos onde à beleza feminina era ressaltada. Quanto ao magistério, às duas professoras entrevistadas Dilza Arelano Gomes e Lígia Maria da Cunha evidenciaram em suas respostas gostarem de ser professoras, o mesmo ocorreu com as normalistas que demonstraram terem apreço pelo curso normal. É digno de destaque, que a normalista Mariza Nunes, em sua entrevista, declarou que a mulher que mais admirava era sua professora primária "minha primeira professora" (*O FLUMINENSE*, 16\07\1957). Podemos aferir que esta admiração pela "primeira professora" influenciou a escolha de Mariza Nunes pelo magistério.

É necessário atentar também para o fato de que ao selecionar uma resposta às entrevistadas falavam de si para um grande número de leitores. Havia de certo modo um zelo nas respostas de como e no que noticiar. Pesa também, o fato de que elas "falavam" para pessoas conhecidas, pois o Jornal *O Fluminense* circulava em Niterói e as entrevistadas residiam todas neste município. O colunista que escrevia a coluna dava a ela sua interpretação, não somente dele, mas como do próprio jornal, pois como afirma Bourdieu (1997) o jornalista pertence a um campo e sofre influências deste campo. No caso do Jornal *O Fluminense*, deveria atender ao critério da "audiência", a "aquilo que vende jornal", pois se tratava de um jornal comercial.

A interpretação, do Jornal *O Fluminense*, se iniciava na própria escolha do que conteria nas perguntas e edição das respostas. No entanto, não é possível dimensionar que

[72] Pedro Bloch foi médico, escritor e dramaturgo. Escreveu cerca de trinta peças teatrais, na década de 1950 escreveu peças como *A mancha* (1952), *Dona Xepa* (1953), *Mulher de briga* (1954), dentre outras. Fonte: http://www.todoteatrocarioca.com.br/pessoa/810/pedro-bloch, Acessado em 01\09\21.

interpretação teriam os leitores da coluna ou seus consumidores[73], pois conforme aponta Chartier (1998, p. 13) o leitor ressignifica a leitura que é "sempre uma prática encarnada em gestos, em espaços, em hábitos". Sendo assim, o ato de ler é sempre interpretativo.

Pode-se afirmar que estar nas páginas do jornal era uma forma de destaque, um modo de distinção social. No momento da seleção do que deveria ser revelado nas entrevistas, acreditamos que o critério de distinção pesava sobre as respostas. Em outras palavras, ao selecionarem um livro que alegavam ter lido ou de um costureiro que frequentavam não apenas falavam de seu cotidiano, mas criavam uma imagem de si mesmas na qual revelaria muito de seus "gostos de estilo de vida" para usarmos uma expressão bourdiana. Para Bourdieu (2017) as representações da realidade operam de tal forma que os sujeitos ao classificarem coisas, objetos ou outras pessoas, neste processo também se classificam perante aos outros, se apropriando das práticas já classificadas, sendo assim:

> [...] segundo sua partição provável entre grupos, eles próprios classificados; as mais classificantes e as mais classificadas dessas propriedades são, evidentemente, aquelas que são expressamente designadas para funcionar como sinais de distinção ou marcas de infâmia, estigmas, e, sobretudo, os nomes diplomas que exprimem o pertencimento às classes, cuja interação define, em determinado momento, a identidade social, nome da nação, da região de etnia ou de família, nome de profissão, diploma escolar, títulos honoríficos (BOURDIEU, 2017, p. 446).

O autor chama atenção, ainda, para o fato de que certas práticas, ao pertencerem a determinadas classes sociais, funcionam como mecanismos de poder e distinção social. Os sujeitos ao se apropriarem delas, passam a se classificar perante os outros que delas se apropriam. As representações operadas, de modo consciente ou não, pelas entrevistadas não eram neutras, mas serviram de sinais de sua pertença a determinada classe social. Os gostos funcionam como marcadores sociais das classes sociais a qual pertencem. Sendo assim, mais do que apenas ser uma predileção, os gostos funcionam como formas de distinção social (BOURDIEU, 2017, p. 9).

Para Bourdieu (1997, p.105) o jornalismo é um campo, assim como o campo literário e o campo artístico, ele pertence a uma lógica específica que se impõem aos jornalistas por meio de restrições e de controles cruzados, cuja obediência funda as reputações profissionais. Este também está "permanentemente sujeito à prova dos veredictos do mercado, através da sanção, direta, da clientela". Sendo assim, o trabalho do jornalista não é isolado de um conjunto mais amplo de outros profissionais e dos jornais em que atuam, sejam estes

[73] Há de fazer uma diferença sútil entre esses dois termos, apontada por Limeira (2012), os leitores seriam aqueles que leem o jornal, pode ser através da leitura de outra pessoa. Consumidor é aquele que compra o jornal, mas não necessariamente o lê.

comerciais ou não. A noção de campo se aplica mesmo aos jornais que não têm a pretensão de atender aos interesses do mercado.

Não podemos afirmar que o que as entrevistadas responderam, nas entrevistas, correspondessem à “verdade”. Embora o critério de verdade seja uma das bases dos jornais conforme nos afirma Barros (2019).

> Todo jornal, a não ser que já seja um jornal de humor, ampara-se na possibilidade de inspirar e manter em seus leitores a viva convicção de que ali, naquelas páginas ásperas e por vezes levemente amareladas, fala-se de fato da realidade, da vida efetivamente vivida, da história que se faz a cada novo dia, de algo que realmente ocorreu e do qual se dá um retrato fiel e não comprometido por parcialidades embora a impossibilidade efetiva dessas posturas parciais seja sempre bastante evidente para os analistas de periódicos e também para os leitores mais seguros (2019, p. 188).

O critério de “verdade” passa também pelas fotografias que os jornais produzem e reproduzem. Estas são, muitas das vezes, tidas como verdades quase inquestionáveis. Como afirma Burke (2017, p. 36) as fotografias nos jornais são encaradas como “evidências de autenticidade”. Na análise da coluna *Uma silhueta em foco* constatamos que das 30 moças entrevistadas, todas tinham pelo menos uma fotografia publicada ao lado da coluna. Dessas 30 moças todas eram brancas, era comum o Jornal *O Fluminense* destacar a beleza de suas entrevistadas.

Na década de 1950, se deu em muitos países, inclusive no Brasil, o marco de uma forma de identidade a “rebeldia juvenil” influenciado pelo movimento musical do rock n roll, onde o padrão de beleza jovem era valorizado. Outro padrão de beleza que influenciou modos de ser das mulheres era a da boa aparência da esposa, a dona de casa deveria cuidar da aparência para manter o “interesse do marido”. Mas esse cuidado de sua aparência não significava desleixo com a casa, pelo contrário, a beleza feminina estava atrelada ao lar bem cuidado (PINSKY, 2014, p. 20-224).

Os padrões de beleza não estavam desassociados do ideal do que era ser mulher na década de 1950 no Brasil. Segundo Bassanezi (2004) a moral dominante da época buscava classificar as mulheres entre “moça de família” e “moça leviana”. A primeira seria aquela que se comportavam “corretamente”, tinham gestos contidos, respeitavam aos pais, se preparavam para o casamento e conservavam sua “inocência sexual”, deveriam casar-se e se tornariam a “rainha do lar”. A segunda era aquela que “não servia para casar” com a qual os homens se permitiam intimidades físicas.

Não era de bom tom para as moças, da época, serem vistas como “levianas”, desse modo a Revista *O Cruzeiro*, assim como outras revistas dedicadas ao público feminino, buscavam passar mensagens que “reprimiam” os comportamentos inadequados. Via de regra, todos estavam “habilitados” para julgar o comportamento moral feminino, os pais, os vizinhos, os amigos e amigas, os educadores e jornalistas. As moças eram “Vistas por vezes como ingênuas ou perigosamente inconsequentes e deslumbradas, era grande o medo de que as mocinhas se desviassem do bom caminho, a educação moral e a vigilância sobre elas se faziam necessárias” (BASSANEZI, 2004, p 402).

Podemos aferir que a normalista, era vista, segundo a moral dominante, como a “moça de família”, para casar, que deveria ter um comportamento exemplar para a sociedade. Nas fotografias, da Coluna *Uma silhueta em foco* as mulheres (inclusive as normalistas) apareciam produzidas, bem trajadas e “bonitas”, esta era uma tendência da coluna. A análise das fotografias da Revista *O Cruzeiro*[74], em uma série de reportagens que representavam as normalistas, demonstrou haver um perfil semelhante.

Exemplo dessa perspectiva foi encontrado na edição de 10 de dezembro de 1960, onde *O Cruzeiro* abordou a festa de fim do ano letivo de 1960 no Instituto de Educação no Rio de Janeiro. A matéria abordou a difícil rotina de estudos das alunas, de provas e trabalhos. A reportagem apontou que “cerca de mil alunas vestiam naquela tarde, pela última vez, o tradicional uniforme azul-e-branco” que entre “risos e lágrimas” festejavam o fim de sete anos de estudos. A revista ressaltou que se formaram, naquele ano, “mil professoras novinhas” não fazendo menção a presença masculina nas turmas.

Imagem 20- A despedida das normalistas

Fonte: Revista *O Cruzeiro*, 10/12/1960, Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

[74] A revista *O Cruzeiro*, fundada em 1928 no Rio de Janeiro, circulou até 1975, constituindo-se como uma revista de variedades de grande circulação no Brasil e também de grande apelo ao público feminino.

As imagens oferecem “guias” para entendermos a vida de culturas passadas, nos possibilitam “imaginar” o passado (BURKE, 2017, p. 24). Desse modo, o uso de fotografias de normalistas brancas, como demonstra a sequência de imagens a seguir, não é algo a ser ignorado, pelo contrário nos oferece vestígios para pensar as representações sociais das normalistas na sociedade niteroiense, no período aqui considerado e por extensão da sociedade brasileira.

Imagem 21 - As normalistas na Revista *O Cruzeiro*

Fonte: Revista *O Cruzeiro*, 22\10/1949, Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

Imagem 22 - As normalistas na Revista *O Cruzeiro*

Fonte: Revista *O Cruzeiro*, 22\10/1961, Hemeroteca Digital\ Acervo Biblioteca Nacional.

Lima (2017, 76) ao analisar as fotografias da Revista *O Cruzeiro* no ano de 1936, a respeito do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, encontrou essa mesma perspectiva. As imagens eram compostas por moças brancas e sem a presença de rapazes. Desse modo, podemos aferir que essa era uma tendência da Revista *O Cruzeiro*.

A revista que fazia parte do grupo Associados, criado pelo jornalista Assis Chateaubriand, incluía em sua rede de imprensa a TV Tupi, rádios, jornais e revistas. A revista *O Cruzeiro* foi o maior fenômeno de vendas do Brasil, na década de 1950, chegou a uma tiragem de 720 mil exemplares vendidos em 1954, quando o país contava com 52 milhões de habitantes, com uma população de semianalfabetos (LAURENZA, 2018, p. 181).

Podemos aferir que a dimensão de vendas da Revista *O Cruzeiro* contribuiu para projetar a figura da normalista em âmbito nacional. Visto que foram muitas as edições dessa revista que retrataram as normalistas em suas reportagens, que seguiam uma perspectiva de representação idealizada da normalista, como no Jornal *O Fluminense*. Assis Chateaubriand, o "imperador de papel" marcou a imprensa e a política brasileira, na década de 1950, foi senador e embaixador do Brasil no Reino Unido. Como Alberto Tôrres, foi além de apenas representar as normalistas na Revista *O Cruzeiro*, foi paraninfo de uma turma de formandas de 1955 da Escola Santa Rita de Sapucaí. Como destacou a Revista *O Cruzeiro* em 17 de janeiro de 1955. Na imagem vemos Chateaubriand com a turma de normalistas:

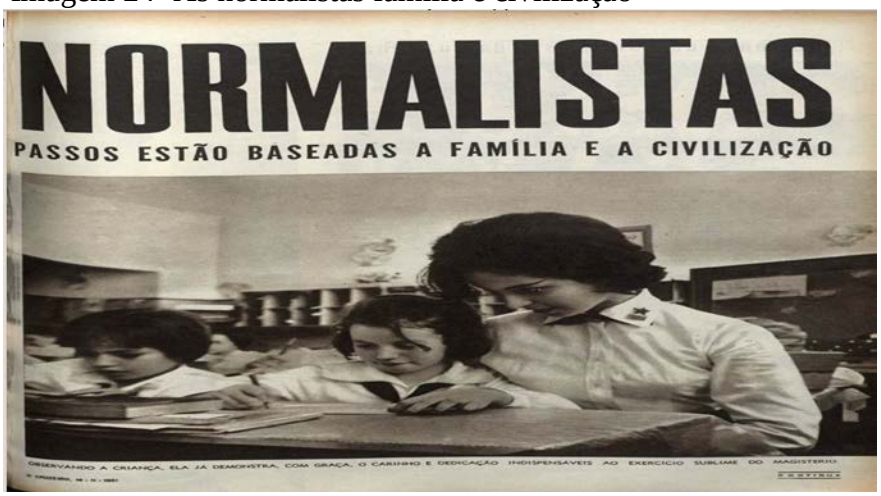
Imagem 23- Chateaubriand e as normalistas

Fonte: Revista *O Cruzeiro*, 17/01/1960, Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

Em sua edição do dia 18 de novembro de 1961, a revista *O Cruzeiro* atrelou as normalistas aos ideais de família e civilização. Fato que pode ser notado no título da imagem, podemos aferir que, segundo a revista, cabia às normalistas difundirem os ideais de civilidade, por meio da instrução das crianças. A matéria assinada pelo jornalista Jerônimo Torres,

discorria a respeito da semana da normalista[75], tradicional evento do Curso Normal no Instituto de Educação do Rio de Janeiro.

Imagem 24- As normalistas família e civilização



Fonte: Revista *O Cruzeiro*, 18/11/1961, Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

Podemos aferir que a multiplicidade das normalistas não foi contemplada na coluna *Uma silhueta em foco* e nas reportagens da revista *O Cruzeiro*. Nenhuma produção humana pode abarcar a grande gama de sujeitos de uma sociedade, pois "A diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo o que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele" (BLOCH, 2011, p. 78). Todavia, ainda cabe a pergunta: onde estão as demais professoras primárias e normalistas da década de 1950?

As normalistas, ao longo do tempo, construíram e se apoderaram de práticas, saberes, fazeres e simbologias que eram próprias do Curso Normal. Ser normalista não era apenas ser aluna do curso normal, não era apenas ter um *éthos* profissional e um conjunto de saberes próprios da profissão docente. Em nosso entender, a normalista foi um símbolo, carregado de significados. A moça que vestia azul e branco, vestia-se também dessa simbologia. Temos como exemplo dessa simbologia "do mundo das normalistas", uma de suas mais fortes representações sociais, o uniforme azul e branco[76] das normalistas do Rio de Janeiro. Lima (2018) aponta a importante simbologia desse uniforme, assim como o anel de formatura:

[75] A semana da normalista ocorria geralmente no mês de outubro, e tem por objetivo comemorar o dia dos professores. Durante a semana são apresentados eventos e trabalhos produzidos pelas alunas do Curso Normal que visam celebrar a profissão de professoras que um dia abraçarão.

[76] Imagens das alunas do Curso Normal com seus uniformes azul e branco circulam em várias páginas da internet, em nossas buscas sobre dados a respeito das normalistas, foram encontradas dezenas de sites, blogs e redes sociais que tratam e retratam o tema normalista, reuniões de ex-alunas do Curso Normal é algo comum em ser divulgado.

> [...] o anel de formatura com símbolo da estrela sobre a pedra de ônix negra tornou-se um distintivo da professora normalista a partir de 1922. Contudo, mesmo diante de tal importância simbólica, foi o uniforme de normalista aquele que se tornou a principal referência da representação feita sobre a professora primária de nível médio formada na cidade do Rio de Janeiro a exemplo de uma cultura escolar que se consolidou nas décadas seguintes (2018, p. 169).

Para Chartier (2002, p. 20) as representações sociais, além de simbólicas, também ganham forma em objetos materiais que passam a representar indivíduos e grupos sociais, "No primeiro sentido, a representação é instrumento de um conhecimento mediado que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por uma 'imagem' capaz de reconstruí-lo em memória e de figurar tal como ele é". Deste modo, o uniforme das normalistas, assim como o anel de formatura ganhou uma materialidade que as representavam e as distinguiam.

Formaram também outras representações, o uniforme tradicional de saia azul de pregas, meias longas brancas, e blusa branca com gravata borboleta, se tornou ao longo do tempo, objeto de cobiça para as moças que desejavam usá-lo. O uniforme carregava o duplo sentido, se por um lado representou o "romantismo" da jovem estudante, da moça que se esperava para casar, como diz os versos do samba *A normalista*, por outro representava a sensualidade, da normalista sedutora de Adolfo Caminha.

Quanto a as representações sociais das alunas do Curso Normal, encontramos indícios no Instituto de Educação do Rio de Janeiro, embora não pertencesse a Niterói, como já apontamos, esta instituição foi basilar para as demais escolas normais, e as representações de suas alunas podem servir de base para pensarmos as normalistas de Niterói.

Souza (2007) e Martins (2000, 2014) analisam as revistas *Instituto* e *Normalista* periódicos, produzidos por alunos do Instituto de Educação do Rio de Janeiro no período de 1941 a 1953. Em sua pesquisa Souza (2007) aponta que a revista *Instituto* apresentava-se como "Órgão Oficial da Sociedade Literária do Instituto de Educação, tendo como objetivo principal o de desenvolver o gosto pelas letras e atividades recreativas" (2007, p. 55). Quanto à linha editorial o *Instituto* apresentava "Temáticas que exaltavam a Pátria (e a figura do então presidente Getúlio Vargas), a Família, o Instituto de Educação e a função docente" (2007, p. 58).

Curiosamente, a revista *Instituto* era dirigida em sua maioria por rapazes, o que demonstra a presença masculina na instituição como sua perspectiva na confecção da revista. Embora Martins (2014, p.263-264) aponte que os artigos desses periódicos, dentre outros produzidos pelo Instituto de Educação do Rio de Janeiro nos anos de 1940 a 1960, eram escritos por mulheres e raramente apareciam textos escritos por rapazes. A respeito das

representações das futuras professoras e professores, nesta revista, Souza (2007) analisa que a questão do patriotismo era muito forte, obedecendo ao clima político da época e uma visão salvacionista do magistério onde ele deveria impulsionar a sociedade para o futuro.

Na *Revista Normalista*, a maioria dos artigos era escrito pelas alunas e direcionados as próprias normalistas e "o primeiro traço característico e comum que identificamos na análise do material, levou-nos a constatação de que, nesse periódico, as vozes da normalista se fizeram ouvir com maior nitidez e assumiram uma maior expressão" (SOUZA, 2007, p. 81). A revista se apresenta como órgão das alunas do Instituto de Educação, vinculada ao Grêmio Cultural Rui Barbosa, que tinha como objetivo a divulgação de atividades acadêmicas e culturais dos alunos. Segundo Souza (2007), a revista não fugiu ao caráter salvacionista do magistério e a visão de que era este um sacerdócio. A autora constata que na maior parte dos artigos, permanecia a ênfase nas mensagens dirigidas às futuras professoras, com forte cunho cristão.

Para Chartier (2012) as representações sociais se perpetuam e não se limitam apenas ao que de fato representam, criam imagens sobre o representado, tais imagens passam a compor a cultura de grupos sociais. Desse modo, o desconhecimento da história da educação e do magistério, por grande parte da população, contribui para produzir representações dos professores e das professoras em formação, muitas vezes não condizente com a realidade da educação brasileira. Salientamos que tais representações não são neutras ou meras reproduções do cotidiano das professoras, pelo contrário estão carregadas de sentidos. Nesta direção, trazemos as contribuições de Louro (1997) quando afirma que:

> Professores e professoras como qualquer outro grupo social foram e são objeto de representações. Assim, ao longo do tempo, alinham-se determinadas características, apelam-se para alguns recursos para falar deles e delas. Essas representações não são, contudo, meras descrições que refletem as práticas desses sujeitos; elas são de fato, descrições que as 'constituem', que as 'produzem' (1997, p. 99).

Em nosso entender, as representações sociais que se forjaram a respeito do magistério estão atreladas à perspectiva de construção da identidade docente. Não é possível falar em uma única identidade docente, que abarque a diversidade dos professores em suas contradições, em suas demandas específicas, em cada época e atuação profissional (NÓVOA, 2017). A identidade é uma categoria em disputa, é histórica e socialmente construída. Quando falamos em identidade do professor ou da professora temos que ter em análise que esta identidade é construída no bojo de uma categoria profissional, que convive com suas contradições internas e do momento histórico e social no qual está inserida. A identidade é um

lugar de lutas e de conflitos, é um espaço de construção de maneiras de ser e estar na profissão “Por isso, é mais adequado falar em processos identitário, realçando a mescla dinâmica que caracteriza a maneira como cada um se sente e se diz professor” (NÓVOA, 1999b, p. 16).

3.2 **Frágeis e comportadas? As normalistas e os embates pela educação**

As representações idealizadas das normalistas na década de 1950 se distanciavam das alunas do Curso Normal que foram às ruas em 1959 lutar em defesa da educação pública, influenciadas pelos ideais da Campanha em Defesa da Escola Pública. Embora essa imagem não se refira às normalistas niteroienses, é emblemática para entendermos as normalistas sobre outra ótica.

Imagem 25- As normalistas protestam

Fonte: site Memorial da Democracia.

Na imagem, as normalistas empunham cartazes e faixas e tomavam as ruas em protesto pela educação “Pública e democrática” como afirma o cartaz que uma das jovens empunhava. Em outro cartaz a frase diz “Lutemos pelos nossos ideais”, ou seja, as alunas de azul e branco traziam para si os ideais da Campanha em defesa da escola pública. É digna de nota, a presença na imagem de rapazes de camisas brancas, embora em sua minoria, quase anônimos no universo mais amplo de moças. Não podemos afirmar, a partir da imagem, que os rapazes fossem alunos do curso normal, mas é notória a presença deles nesta manifestação.

Não localizamos referência a rapazes no curso normal, eles não aparecem representados no Jornal *O Fluminense*, nem na revista *O Cruzeiro*.

Para entendermos o movimento da Campanha em Defesa da Escola Pública, se faz necessário entender à atuação do educador Anísio Teixeira e de outros educadores[77] no cenário de luta pela educação brasileira na década de 1950. Anísio Teixeira assumiu a direção do Instituto Nacional de Pesquisa (INEP) em 1952. Nesta ocasião, o "Inep estava esvaziado de suas funções de estudos e pesquisas. Era um aparelho herdado da ditadura varguista" (NUNES, 2000, p. 113). Durante sua gestão, fez importantes trabalhos para o desenvolvimento das Ciências Sociais e trouxe para o Brasil pesquisadores que mudaram o caráter da pesquisa brasileira.

Com Anísio Teixeira nasciam as mais importantes instituições de pesquisas que o Brasil teria ao longo do século XX (FREITAS, 2011), (CORRÊA, 2013). À frente também de outros projetos e instituições "vai estabelecer uma luta feroz em defesa da escola primária pública brasileira" (NUNES, 2000, p. 116). Para Lovisolo (1989):

> As idéias de Anísio Teixeira fazem parte daquilo que poderíamos denominar a tradição pedagógica democrática na América Latina. Tradição que situa a escola como meio de igualamento na apropriação do saber universal, no mesmo movimento em que valoriza a cultura nacional, regional ou local, quer esta valorização seja apenas um movimento tático, quer se conforme pela crença profunda no valor dos pertencimentos (1989, p. 41).

Além de Anísio Teixeira, outros educadores e intelectuais como Carneiro Leão, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Francisco Campos e Gustavo Capanema, implantaram uma série de reformas educacionais no Brasil que pretendiam mudar o caráter da educação do país a partir das décadas de 1920 (CORRÊA, 2013). Embora esses educadores não formassem um grupo homogêneo, suas ideias giravam em torno dos ideais do movimento da Escola Nova, defendidos e sistematizados com a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932. O manifesto, concebido por educadores escolanovistas, foi a síntese das ideias dos educadores de uma geração que propuseram diretrizes para uma política educacional no Brasil. Neste documento, os pioneiros da educação, apresentavam um projeto que visava consolidar suas posições junto ao Estado e para a reconstrução do país (CAMARA, 2003, p. 31).

Essas ideias e a atuação de Anísio Teixeira sofreram severos ataques de setores conservadores da sociedade, defensores da Igreja Católica e das escolas privadas. Este grupo de educadores que atuavam desde os anos de 1920 marcaram a educação brasileira. Assim:

[77] Como Carneiro Leão, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Francisco Campos e Gustavo Capanema.

> Pensar a importância do ‘grupo’ de intelectuais que se auto-intitulou ‘renovadores’, ‘pioneiros’, ‘reformadores’ na produção de uma memória da educação exige o enfrentamento dos esquecimentos construídos e das memórias erigidas como forma de verbalizar o presente vivido por esses intelectuais educadores que, na luta pela hegemonia de suas propostas de educação para o país, conceberam maneiras de combinar pensamentos e ação como possibilidade de estabelecer novos princípios teóricos e metodológicos de pensar um novo começo (CAMARA, 2003, p. 30).

Esses educadores eram pertencentes a grupos de vertentes políticas e ideológicas diferentes. De todo modo, à síntese, possível, dos ideais desses educadores foi impressa nas páginas do *Manifesto Mais uma vez convocados (Manifesto ao povo e ao Governo),* lançado em 1959 e redigido pelo educador Fernando de Azevedo. Foi assinado por 160 educadores e intelectuais. O Manifesto foi lançado pela primeira vez no Jornal *O Estado de São Paulo* em 1 de julho de 1959 e simultaneamente no periódico *Diário do Congresso Nacional*, depois publicado em outros periódicos como *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* de 1959. Fernando de Azevedo era um entusiasta e um conhecedor dos jornais, já havia sido redator do Jornal *O Estado de São Paulo* nos anos de 1920. Ao redigir o Manifesto, Fernando de Azevedo escolheu os jornais como fonte de divulgação, pois sabia de sua importância no meio letrado e intelectual da sociedade (CAMPOS, 2012).

Os jornais eram veículos de debate do desenvolvimento da nação e “A conjuntura democrática que marcou a década de 1950 colocou em relevo as variadas perspectivas de desenvolvimento nacional, permitindo-se observar, através da imprensa, a explicação de diferentes perspectivas e projetos de reconstrução nacional” (XAVIER, 2005, p. 2). Segundo Sanfelice (2007) o Manifesto de 1959 é “também uma versão da história”. Concordamos com o autor, podemos compreender a história a partir deste documento. Nele está a expressão de alguns embates da década de 1950. Ainda Sanfelice (2007) aponta que o Manifesto de 1959 colocava novamente em pauta os ideais que não haviam sido alcançados com o de 1932.

> Reconhece-se que houve iniciativas, mas isoladas e regionais. Isso torna possível reiterar as marcas do Manifesto de 32: educação democrática, escola democrática e progressista, liberdade de pensamento e igualdade de oportunidades para todos. Conclui-se: a sociedade projetada na visão antecipatória do Manifesto de 1932 ainda não se materializara totalmente nos anos 50 do século XX, mas os anos JK, como se diz hoje, numa referência ao governo do presidente Juscelino Kubitschek, faziam alguma diferença. A nova capital, Brasília, estava prestes a ser inaugurada e a construção do capitalismo industrial associado e/ou dependente, sob a vigilante “ajuda” norte-americana, desde o término da Segunda Guerra Mundial, avançava com certa solidez. Daí a urgência: o que não foi feito, na educação, precisava ser feito imediatamente (2007, p. 547).

O Manifesto Mais uma vez Convocados apontava que na década de 1950 os tempos eram outros. Havia se passado 27 anos desde o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de

1932 e o país respirava novos ares. Expandiu-se o número de escolas e de alunos, os professores eram outros, talvez não tivessem mais a mesma "vocação" que movimentara os educadores das décadas de 1920 e 1930, mas os ideais defendidos no primeiro manifesto ainda não haviam se concretizado. Em nosso entender, a citação a seguir, do Manifesto de 1959, explicita os ideais contidos neste documento:

> Entendemos, por isso, que a educação deve ser universal, isto é, tem de ser organizada e ampliada de maneira que seja possível ministrá-la a todos sem distinções de qualquer ordem; obrigatória e gratuita em todos os graus; integral, no sentido de que, destinando-se a contribuir para a formação da personalidade da criança, do adolescente e do jovem, deve assegurar a todos o maior desenvolvimento de suas capacidades físicas, morais, intelectuais e artísticas. Fundada no espírito de liberdade e no respeito da pessoa humana, procurará por todas as formas criar na escola as condições de uma disciplina consciente, despertar e fortalecer o amor à pátria, o sentimento democrático, a consciência de responsabilidade profissional e cívica, a amizade e a união entre os povos (1959, p. 18).

A década de 1950 foi cenário de disputas entre católicos, conservadores e liberais em torno da escola pública e da confecção da primeira Lei de Diretrizes e Bases Nacional (LDB), Lei número 4.024 de 1961 (ROMANELLI, 1991), (GHIRALDELLI, 2008). Após vários embates e reveses em seu entorno, eclodiu em 1959 a Campanha em Defesa da Escola Pública, que contou com o apoio do Jornal *O Estado de São Paulo* (jornal que havia publicado o manifesto de 1959 e no qual Fernando de Azevedo mantinha influência), além de vários setores da sociedade.

Os embates em torno da primeira Lei de Diretrizes e Bases Nacionais (LDB) devem ser abordados de forma mais detida, pois é deles que se origina a Campanha em Defesa da Escola Pública. Em 1946, o então presidente General Gaspar Dutra do (PSD) (1946-1951) estabeleceu uma comissão para elaboração do primeiro Projeto de Lei da LDB. A comissão foi iniciada em 1947 e enviou ao Congresso Nacional o projeto no ano seguinte. Constavam na Comissão nomes de educadores como Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Alceu de Amoroso Lima dentre outros.

O projeto foi submetido ao Congresso, mas arquivado em 1949, "havia alguém bastante hábil contra ele" (GHIRALDELLI, 2008, p. 90). O autor se refere à habilidade de Gustavo Capanema, que havia sido ministro da educação no governo de Getúlio Vargas (1934- 1945), e que barrou o projeto no Congresso. Na análise de Biccas e Freitas (2009), Capanema era terminantemente contra o projeto da LDB, por entender ser contrário ao modelo de educação contido nas Leis Orgânicas do Ensino, implantadas em sua gestão como Ministro da Educação, assim "Capanema saiu em defesa do próprio legado e acenou que, para o projeto adquirir o estatuto de Lei, deveria, antes submeter-se a um processo de supressões e

emendas. O resultado efetivo dessa crítica foi o arquivamento do projeto" (BICCAS; FREITAS, 2009, p. 164).

Somente em 1956, o projeto retornou à discussão no Congresso, mas já descaracterizado. Em 1958, a Comissão de Educação e Cultura do Congresso recebe um projeto substitutivo do Deputado Carlos Lacerda (UDN). A LDB, desse modo, ficou 11 anos em tramitação entre a Câmara e o Congresso Nacional, para no fim surgir um novo projeto que não passou pela mesma trajetória de discussões. A esse respeito Anísio Teixeira (1959) declarou:

> Dispersada a neblina pedagógica e ideológica que nos impede, há onze anos, de elaborar uma lei de bases e diretrizes da educação nacional, passaríamos a votar uma lei de meios e de podêres, à maneira das leis tão revolucionárias que vimos votando no campo fiscal e financeiro, e nos lançaríamos à imensa experimentação educacional em um país grande como um continente e que constitui, na América do Sul, o mais amplo laboratório de democracia de todo o hemisfério (1959, p. 161,).

Do mesmo modo, o professor Jaime Junqueira Ayres, em seu parecer, apontou a inconstitucionalidade do projeto de Lacerda. O parecer foi publicado na *Revista brasileira de Estudos Pedagógicos* de 1959, mesma edição que publicou o Manifesto Mais uma vez Convocados. Na edição também constou uma cópia do projeto substitutivo de Carlos Lacerda e entrevistas com educadores que se apresentavam em posição contra ao parecer, dentre eles Anísio Teixeira, diretor da revista.

Quanto ao parecer do professor Jaime Junqueira Ayres, em linhas gerais apontou que o projeto de Lacerda era inconstitucional, pois dentre outros motivos, "visa ser uma verdadeira Lei Orgânica do Ensino, quando deveria ser uma Lei sobre diretrizes e bases do ensino"; "Instaura a primazia da escola particular sobre a pública"; dentre outros fatores. Jaime Junqueira também apontou:

> Temos, então, que ao antepor a ordem privada à oficial ou pública, e ao invocar inicialmente a entidade 'família', o Substitutivo acaba, entretanto, por entregar essa ordem às mãos de professores particulares e diretores de estabelecimentos privados, isto é, a grupos profissionais e econômicos (AIRES, 1959, p.155).

O "substitutivo Lacerda" foi aprovado e sancionado, apresentando vertente conservadora, deixou claras concessões à manutenção das escolas privadas. Neste período, segundo Biccas e Freitas (2009) as instituições particulares representavam cerca de 80% das escolas no país. Neste cenário, eclodiu a Campanha em Defesa da Escola Pública, que mobilizou vários setores da sociedade e levou as normalistas as ruas para protestarem, contrariando a visão idealizada das normalistas da década de 1950. Segundo Villela (2000) as

normalistas do Instituto de Educação de Niterói, ainda no século XIX, já se organizavam e se revoltavam. A autora cita a revolta das normalistas contra a imposição de aulas de ginástica em 1878, pelo capitão reformado Ataliba Fernandes. A imposição mobilizou as alunas:

> Numa atitude corajosa e desafiadora, sobretudo para mulheres daquela época, Joaquina Rosa dos Santos, professora de Prática, se insurgiu contra a imposição da ginástica para a seção feminina. Com intuito de por fim àquela experiência, que entendia ser fora de propósito, contrária ao decoro e aos bons costumes, liderou uma rebelião fortalecendo a postura negativa das alunas e suas famílias (VILLELA, 2009, p. 72).

Essa análise da autora vai de encontro à visão comumente atribuída às normalistas que se manteve perene, pelo menos desde o século XIX, da normalista representada como dócil, frágil e muitas vezes filiada ao “amor maternal”. Esse tipo de representação, salvo as devidas proporções, esteve presente na década de 1950 e foi, em parte, incorporado pelo jornal *O Fluminense* e pela Revista *O Cruzeiro*. Essa visão das normalistas foi contrariada pelas moças e rapazes que foram às ruas protestarem, que expuseram outra face do curso normal mais politizado e engajado nas questões educacionais e políticas da nação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa nasceu das inquietações do presente em relação ao Curso Normal por observarmos, por meio de nossa experiência no magistério, o processo de sucateamento que o curso tem sido submetido historicamente. Configurando-se em um curso voltado para atender ao mercado de trabalho, com pouco prestígio social e remuneração financeira. Atrelado a esse estado de coisas, é possível vislumbrar, no cotidiano do curso normal, que muitas estudantes veem o ofício de professora entrelaçado à função materna ou de "tia" das crianças.

Ao voltarmos nosso olhar para a década de 1950 e indo um pouco mais longe para o século XIX, encontramos representações que persistem a respeito das normalistas. Elas eram vistas como dóceis, frágeis e atreladas a imagem da maternidade. À medida que a mulher passou a ingressar nas escolas normais, no século XIX, o processo de feminização do magistério passou a configurar esse espaço como feminino, lhe dando novo perfil e caraterísticas (LOURO, 2008).

Na década de 1950, observou-se um alargamento do curso normal que chegou a crescer 150% (LUGLI; VICENTINI, 2009, p. 46). Para Lopes (2003), neste período, se deu maior popularização do curso que contribuiu para certo desprestígio do curso. Em Niterói, onde o curso normal era a principal via para o magistério, a atuação de instituições particulares que ofereciam a formação de professores, como por exemplo, os colégios Plínio Leite e o Bittencourt Silva, em parte visavam absorver esse crescente número de alunas que almejavam pela formação de professores.

Sendo assim, na década de 1950, a ideia de desenvolvimento esteve presente no governo de Getúlio Vargas (1951-1954) e dadas às devidas proporções, teve continuidade no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Neste governo, foi incorporada a ideia dos "anos dourados", que muito contribuiu para difundir um ideal de representação social das normalistas na imprensa como o Jornal *O Fluminense* e a Revista *O Cruzeiro*. Neste contexto, onde o desenvolvimento deveria impulsionar o país e a educação seria sua propulsora, o curso normal experimentava uma valorização social por parte das alunas que o buscavam e que desejavam tornarem-se professoras. Muitas dessas alunas carregavam um sonho de ser normalista.

O jornal *O Fluminense* é o mais antigo jornal do Estado do Rio de Janeiro, tendo fixa sua sede em Niterói desde sua fundação no ano de 1878. Ao longo de sua existência se inseriu no cotidiano do Município de Niterói, quase que diariamente, noticiou eventos nacionais,

regionais e internacionais, festas, escolares e influenciou a política no município. Em suas páginas, apoiou e criticou políticos segundo seus interesses. Dentre os partidos políticos que apoiou destacou-se a União Democrática Nacional (UDN).

O pertencimento do dono do jornal *O Fluminense*, Alberto Tôrres, e do prefeito do Município de Niterói, Alberto Rodrigues Fortes, a UDN, em nosso entender, influenciou a linha editorial do jornal, perspectiva notada nas muitas referências a este partido nas páginas do jornal. Pesa o fato, de Alberto Tôrres ter sido um político envolvido na área da educação, que ocupou o cargo de secretário de educação do Estado do Rio de Janeiro na década de 1950.

Neste contexto, *O Fluminense*, trazia de forma recorrente questões educacionais. Foram muitas as reportagens que faziam menção a situação educacional de Niterói e do Estado do Rio de Janeiro. Como exemplo, a reportagem do dia 18 de março de 1956, que trouxe a causa por aumento do magistério primário fluminense. Na ocasião, o jornal prestou apoio à luta salarial da União dos Professores Primários Estaduais (UPPE).

Durante a gestão do prefeito Alberto Rodrigues Fortes, foi implantada, em Niterói, uma política de "assistência aos estudantes". Alberto Fortes fez "concessão de matrículas" em estabelecimentos particulares de ensino, iniciativa regulamentada pelo Decreto Lei nº 779 de 11 de novembro de 1955. Segundo seu relatório de gestão de 1956, o objetivo da municipalidade era tornar o ensino acessível "quanto possível aos menos afortunados" (FORTES, 1956, p. 38). No ano de 1955, a quantia gasta foi de Cr$ 157.101,00 com 86 matrículas em escolas particulares. Em 1956, foram incluídas 23 escolas particulares na municipalidade, com um gasto total de Cr$ 362.800,00 com 158 matrículas (FORTES, 1956, p.41). Pudemos aferir, a partir da análise documental, que a municipalidade tratou-se de uma forma da Prefeitura de Niterói, ao conceder gratuidade das matrículas em escolas particulares, investir recursos públicos no setor privado e beneficiando, desse modo, os empresários do ensino.

Nesse contexto, pelas páginas do Jornal *O Fluminense*, se forjaram representações sociais na seção *Uma silhueta em foco*, aparentemente repleta de "futilidades", mas que configurava uma complexa teia de relações políticas e sociais, que nos ofereceram vestígios para compreender as representações socais das normalistas niteroienses. Tais representações viam as normalistas numa perspectiva de docilidade, sutileza e quase sempre atreladas à maternidade que se estendia para as professoras primárias.

Na década de 1950, circulava um ideário sobre como as professoras deveriam exercer o magistério, imbuídas por uma espécie de "missão", em luta contra todas as adversidades por um "bem maior", a instrução e o cuidado das crianças. Tudo isso, levou a construção da

concepção de que a professora primária, a rigor, não precisava ter um elevado salário e contribuiu para que o trabalho da mulher, no magistério, embora tenha em alguns momentos da história alcançado importância social, fosse considerado de “menor valor”.

Concordamos com Chartier (2002) que as representações não são neutras, mas estão atreladas aos interesses dos grupos sociais que as configuram. Destarte, podemos aferir que as representações sociais das normalistas foram influenciadas pelo ideário político do Jornal *O Fluminense* . Do mesmo modo, aferimos que o *Fluminense*, em suas páginas, não abarcou a grande diversidade de normalistas que ocuparam o curso normal na década de 1950, sobretudo na seção *Uma silhueta em foco* que preteriu as moças de classe média niteroienses.

Este estado de coisas levou-nos a questionar a visão que a imprensa tinha das normalistas, sobretudo do Jornal *O Fluminense* e nos possibilitou problematizar os ditos anos dourados da educação brasileira e o papel da mulher neste contexto. Tendo visto, que as representações idealizadas das normalistas que circularam pela imprensa, iam de encontro com as estudantes que foram as ruas protestarem em favor da Campanha em Defesa da Escola Pública, influenciadas pelos embates entre católicos e liberais na década de 1950. A atuação das normalistas, nesses embates, nos fornecem indícios para pensarmos outras formas de representações sociais, para além da visão idealizada que as viam como figuras românticas e frágeis, visão essa que persiste até os dias de hoje.

Pela análise das fontes documentais, foi possível chegar aos seguintes apontamentos: no universo de trinta moças entrevistadas pelo Jornal *O Fluminense*, em sua seção *Uma silhueta em foco*, todas pertenciam à classe média, sete mantinham uma relação com o magistério, como alunas do curso normal ou como professoras primárias. Das sete selecionadas, duas eram formadas pelo curso normal e atuavam como professoras primárias e cinco cursavam o curso normal. Pelo teor das respostas, pode-se notar certa predileção, por parte das entrevistadas, no que se refere ao cinema norte-americano, que muito influenciou o Brasil na década de 1950 e moldou comportamentos, sobretudo dos jovens (PINSKY, 2014, p. 145). As sete entrevistadas, frequentavam e eram sócias dos principais clubes de Niterói da época e, em geral, participavam de concursos onde a beleza feminina era ressaltada. Todas relataram ter predileção pelo magistério. Ao serem perguntadas se gostavam de ler, responderam que sim e que cultivam esse hábito.

As dificuldades do magistério foram abordadas nesta pesquisa, trazemos como exemplo as desilusões da professora Terezinha, que destoava das representações idealizadas do Jornal *O Fluminense.* Sua história foi relatada na edição do *Fluminense* em 30 de outubro de 1954. Trajetória de menina pobre que sonhava, como muitas meninas em ser normalista e

mais tarde, seguir o ofício de professora. Sonho esse atravessado pelas difíceis condições de trabalho das professoras primárias em Niterói na década de 1950.

Ficam deste modo, algumas questões que deixamos para nossa reflexão: Como eram as condições de trabalho das professoras primárias nas escolas públicas e particulares de Niterói na década de 1950. Quais diferenças existiam entre a formação no Instituto de Educação de Niterói e o curso normal que era oferecido em instituições privadas. Esperamos em trabalhos futuros nos debruçarmos sobre essas questões.

Essa pesquisa conclui-se na medida em que encerramos os apontamentos aqui levantados, no entanto, se abre para pesquisas futuras, pois acreditamos que ainda há muito que se dizer a respeito das normalistas e do curso normal, sobretudo em Niterói. Desse modo, essa pesquisa foi um esforço de trazer para o debate acadêmico as muitas faces das normalistas, sobretudo na década de 1950.

REFERÊNCIAS

ALVES, Walcéa Barreto; COELHO, Marcelo Bafica; DOMINICK, Rejany dos S. História e experiências de pesquisa e prática pedagógica (PPP) no Curso de Pedagogia da UFF/Niterói. **Revista Aleph**, Novembro 2017 ANO XIV – (Número Especial).

AIRES, Jaime Junqueira. Parecer sobre a inconstitucionalidade do substitutivo do Dep. Carlos Lacerda. In: **Revista brasileira de Estudos Pedagógicos.** vol. XXXI, n. 74 abril-junho, 1959, p. 151-157. BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

AZEVEDO, Fernando de. Mais uma vez convocados (Manifesto ao povo e ao governo) **Revista brasileira de Estudos Pedagógicos.** vol. XXXI, n. 74 abril-junho, 1959, p. 3-24.

AMARAL, Luciana Pucu Wollmann do. **Niterói Operário: trabalhadores, política e lutas sociais na antiga capital fluminense (1942-1964)**. 2016. 267 f. Tese (doutorado) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais.

ABREU. Jaime. **O sistema educacional fluminense (uma tentativa de interpretação e crítica).** Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar (CILEME). Publicação nº 6, 1955.

BRASIL. Lei nº 93.94, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acessado em: 03/03/20.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). ***Censo da Educação Básica 2019*: Resumo Técnico**. Brasília, 2020.

BASSANEZI, Carla. As mulheres nos anos dourados. In: PRIORES, Del Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 5ª reimpressão, 2020.

BEZERRA, Maria Cristina Caminha. **A Formação continuada no magistério do ensino fundamental: pesquisa na rede municipal de Niterói**. Niterói: EdUFF, 2000.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2.ed. - Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2009.2v. v.1. Fatos e mitos - v.2. A experiência vivida.

BOSI, Alfredo. **História Concisa da literatura brasileira**. 43 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1997.

_____. **A dominação masculina**. 11ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, Pierre; CLAUDE, Passeron. **Os herdeiros: os estudantes e a cultura**. Florianópolis: Editora UFSC, 2014.

_____. **A Distinção: crítica social do julgamento**. 2.ed. rev. 4. reimpr. Porto Alegre, RS: Zouk, 2017.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica** São Paulo: Editora Unesp, 2017.

CAMINHA, Adolfo. **A normalista.** MINISTÉRIO DA CULTURA Fundação Biblioteca Nacional *Departamento Nacional do Livro*, 1984.

CAMPOS, Maristela Chicharo. **O governo da cidade: elites locais e urbanização em Niterói (1835- 1890).** 2004. 304f. Tese (Doutorado em História) Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2004.

CAMPOS, Raquel Discini. No rastro de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas-SP, v. 12, n. 1 (28), p. 45-70, jan./abr. 2012.

CAMARA, Sônia. "Progredir ou Desaparecer": o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 como itinerário para construção do Brasil moderno. GONDRA, José G.; MAGALDI, Ana. **A reorganização do campo educacional no Brasil: manifestos e manifestantes**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

_____; SILVA, Alessandra Moura da. Em favor da infância e em caridade da Pátria: a criação da primeira colônia escolar de férias do Rio de Janeiro de 1923 a 1924. **Revista Brasileira de História da Educação,** Maringá-PR, v. 17, n. 3 (46), p. 106-136, Julho/Setembro 2017a.

_____; ROBERTO, Jodar de Castro. Entre o "sonho e ação": a infância e sua educação nas crônicas de Cecília Meireles no jornal de Notícias, de 1930 a 1932. **Educação em Foco**. ano 20 n. 30 jan/abr. 2017b, p. 39-58.

_____; IGNÁCIO, Sâmela Cristinne Carvalho; MAGALHÃES, Janilce Aparecida Conceição. Por entre papéis e fios soltos: Contribuições para a escrita da história da educação a partir dos arquivos da Escola Técnica Estadual Henrique Lage**. Revista Latino-Americana de História,** vol. 6, nº. 18 – ago./dez. de 2017c Unisinos - doi: 10.4013/rlah.v6i18.743.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: DELGADO, Lucia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacionalismo-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 2ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2 ed.,1998.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações.** Portugal, DIFEL, 2 ed. 2002.

COSTA, Regina Celia da Silva. Patrimônio urbano e o centro histórico de Niterói, RJ. **Revista-Valise**, Porto Alegre, v. 5, n. 9, ano 5, julho de 2015.

_____. Patrimônio e bem-estar social: o centro histórico de Niterói (RJ). **Revista Confluências Culturais**, v. 3, n. 1, março de 2014.

CRUZ, Léa; FARIA, Luciano. **Desigualdade social e educação**: Um estudo sobre o sucesso escolar com alunos do IECN. In: BRAGANÇA, Inês Ferreira de Souza; ARAÚJO, Mairce da /Silva (orgs.). Experiências na formação de professores: Memórias, trajetórias e práticas do Instituto de Educação Clélia Nanci. 1.ed. Rio de Janeiro: Lamparina/Faperj,2014. p. 263-283.

CORRÊA, Mariza. **Traficantes simbólicos e outros ensaios sobre a história da antropologia**. Campinas, SP; Editora da Unicamp, 2013.

COUTO, Ronaldo Costa. **O essencial de JK: visão e grandeza, paixão e tristeza**. 1 ed. Brasil: Planeta, 2013.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Oral Contemporânea – CPDOC\FGV Acervo O Fluminense – Arquivo manuscrito. Disponível em http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/fluminense-o. Acessado em 20\01\19.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Oral Contemporânea – CPDOC\FGV Acervo União Democrática Nacional – Arquivo manuscrito. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-democratica-nacional-udn Acessado em 20\01\21.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Oral Contemporânea – CPDOC\FGV Acervo Ernani do Amaral Peixoto -- Arquivo Manuscrito. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/peixoto-ernani-do-amaral Acessado em 20\01\21.

DECRETO-LEI Nº 8.530 DE 2 DE JANEIRO 1946. In: **Revista brasileira de Estudos Pedagógicos.** vol. VII, n. 20 fevereiro, 1946, p. 260-288. BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

ECAR, Ariadne Lopes. **Conhecimentos pedagógicos como orientação para a "missão docente": a formação da Escola Normal de Niterói na Primeira República (1893-1915).** 2011. 2010 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

_____. Liceus e Escolas Normais em evidência no Jornal *O Fluminense*-1894. **VII Congresso Brasileiro de História da Educação**. 23 de maio de 2013.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza. (orgs.). **História da Imprensa no Brasil.** 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012b.

FREITAS, Marcos Cezar. **História, Antropologia e a pesquisa educacional: itinerários intelectuais.** SP: Cortez, 2011, p. 13-52.

_____; MAURILANE, Souza Biccas (org.) **História social da educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

FORTES, Alberto Rodrigues. **Relatório de Administração 1956**. Mensagem prestada a Câmara Municipal em março de 1957. Alberto Rodrigues Fortes, Prefeito Municipal. Niterói, Gráfica Falcão 1957, 48 p. (Original: UFF/ Centro de Memória Fluminense, Coleção CMF). PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI.

FUNDAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NITERÓI. **Estatuto do Magistério Público Municipal** Lei Nº 90, de 02 de dezembro de 1976 e Lei Nº 169, de 18 de dezembro de 1978.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Maria Teixeira; FILHO, Luciano Mendes de Faria; CYNTHIA, Greive Veiga. (orgs.) **500 anos de educação no Brasil**. 3.ed. 1reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 135-150.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A cidade como centro político. In: MARTINS, I. L; KNAUSS, P. (Orgs.). **Cidade múltipla: temas de história de Niterói**. Niterói Livros, 1997. p. 73-100.

FARO, Clovis de; SILVA, Salomão L. Quadros. A década de 1950 e o Programa de Metas. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). **O Brasil de JK**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

RUAS, Carlos. Entrevista In: GOMES, Castro Angela de (Coord). **Personagens e Imagens de uma cidade**. Rio de Janeiro, Mauad, FAPERJ, 2001.

GURGEL, Patrícia. **Professores-normalistas do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1930-1960): um estudo sobre trajetórias profissionais.** 2016. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GOMES, Angela de Castro (Org.). **O Brasil de JK**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

_____. (Org.). Vargas e a crise dos anos 50. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

HAHNER, June E. **Mulher Brasileira e suas lutas sociais e políticas**: 1850-1937. São Paulo: Brasiliense, 1981.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Estatísticas dos professores no Brasil**. 2. ed. Brasília : Inep, 2004. 46 p.

KUBITSCHEK, Juscelino. **Meu caminho para Brasília: A experiência da humildade**. Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2020.

LAURENZA, Ana Maria de Abreu. Batalha em letra de forma: Chatô, Wainer e Lacerda. In: MARTINS, Ana Luiza. (orgs). **História da Imprensa no Brasil.** 2 ed. São Paulo: Contexto, 2018.

LIMA, Fabio Souza C. **As normalistas chegam ao subúrbio: A história da Escola Normal Carmela Dutra – da criação à autonomia administrativa (1946-1953).** 2015. 260f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____. ***As Normalistas do Rio de Janeiro* – O Ensino Normal Público Carioca (1920 – 1970): das tensões políticas na criação de instituições à produção das diferentes identidades de suas alunas**. 2017. 383f. Tese de Doutorado em Educação. Faculdade de Educação, UFRJ. Rio de Janeiro.

_____. A história por detrás da origem do uniforme azul e branco das normalistas do Rio de Janeiro. **Revista Aleph**, n. 31, dezembro, 2018.

LOPES, Sonia de Castro; MARTINEZ, Silvia Alicia. A emergência de escolas normais no Rio de Janeiro do século XIX : Escola Normal do Município da Corte e Escola Normal de Campos. **Revista P65**. 18 de fevereiro de 2008.

_____.Formação de professores no Rio Janeiro durante o Estado Novo. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 137, maio/ago. 2009.

_____. Políticas de formação de professores nos anos de 1950: problematizando os anos dourados no Instituto de Educação do Rio de Janeiro. **Cadernos de História da Educação** . v. 12, n. 1 . jan./jun. 2013.

_____. **Perfis docentes: prestígio e hierarquia no Instituto de Educação do Rio de Janeiro (anos 1950-60).** Rev. bras. hist. educ., Maringá-PR, v. 14, n. 1 (34), p. 251-271, jan./abr. 2014.

_____. BURGEL, Patrícia. Trajetórias de professoras normalistas: A ‘prata da casa’ do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1930-1960). **Revista Brasileira de História da Educação**. Maringá-PR, v. 16, n. 4 (43), p. 241-271, out./dez. 2016.

LOPES, Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes de Faria; VEIGA, Greive Veiga. (orgs.) **500 anos de Educação no Brasil**. 3.ed. 1 reimp., Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LOVISOLO, Hugo. **A tradição Desafortunada: Anísio Teixeira, velhos textos e ideias atuais**. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1989.

LOPES, Eliane Maria Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista.** RJ: Vozes, 1997.

_____. Mulheres na sala de aula. In: PRIORES, Del Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 2013.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. O difícil Caminho do meio: Estado, Burguesia e industrialização no segundo governo Vargas (1951-54). In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

LUZ, Margareth. "Nasce uma nova cidade": Representações, conflitos e negociações em torno de um projeto de Niemeyer. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 273-300, jul./dez. 2009.

LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. Notas sobre os historiadores e suas fontes. **MÉTIS: História & Cultura**. v. 11, n. 21, jan/jun, 2012.

_____. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza. (orgs). **História da Imprensa no Brasil.** 2 ed. São Paulo: Contexto, 2018.

LIMEIRA, Aline Morais. Impressos: veículos de publicidades, fontes para história da educação. **Cadernos de História da Educação**. v. 11, n. 2, jul.\dez. 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos para quê?** 12ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LUGLI, Rosario Genta; VICENTINI, Paula Perin. **História da profissão docente no Brasil: representações em disputa**. São Paulo: Cortez, 2009.

MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. A quem cabe educar?: notas sobre as relações entre a esfera pública e a privada nos debates educacionais dos anos de 1920-1930. **Revista Brasileira de História da Educação** n. 5 jan\jun. 2003.

MARGARETH, Rago. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORES, Del Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004
MATHEUS, Letícia Cantarela. O jornal como fonte de tradição: a experiência de O Fluminense. **VII Encontro Nacional de História da Mídia**. 19 a 21 de agosto de 2009, Fortaleza. CE.

_____. **Comunicação, tempo, história: tecendo o cotidiano em fios jornalísticos.** 2010. 282f. Tese (doutorado em Comunicação Social) Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, 2010.

MELO, Bruna Maria Portela. **Representações sobre normalistas do Instituto de Educação do Rio de Janeiro na década de 1940**. 2017. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MOLINA, Matías Martínez. **História dos jornais no Brasil**. Companhia das letras, São Paulo: 2015.

MONLEVADE, João Antonio Cabral. **Normal de nível médio**: Atual e prioritário, até quando? Revista Retratos da Escola, Brasília, v.2, n. 2-3, p. 133-148, jan./dez. 2008. Disponível em: <http//www.esforce.org.br>.

MARTINS, Angela Maria Souza. Representações sobre o ser professor no Instituto de Educação do Rio de Janeiro entre 1930 e 1960. In: In: MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio; NEVES, Margarida de Souza. **O povo na Rua um "conto de duas cidades**". PECHMAN, Robert M. *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994, p.135-155.

_____. Os cenários da república. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge Luís (Orgs.). **Brasil Republicano: Estado, sociedade civil e cultura política. O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 1a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003, v. 4. P. 14 a 44.

NUNES, Clarice. Anísio Teixeira: a luta pela escola pública no país. SMOLKA, Ana L. B.; MENEZES, Maria C. (orgs.). **Anísio Teixeira 1900-2000: provocações em Educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2000, p. 107-127.

NÓVOA, Antonio. O passado e o presente dos professores. In: **Profissão professor**.

_____. (org.). Portugal: Porto Editora, 1999 a. p. 33-61.

_____. Os professores e as histórias da sua vida. In: **Vidas de professores**.

_____; MICHAEL, Huberman; IVOR, Madalena Fontoura; MIRIAM, Bem-Peretz (orgs). Lisboa: Porto Lisboa, 1990b. p. 11-29.

_____. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. **Cadernos de Pesquisa**. v 47 n. 166 p. 1106 -1133 out/dez 2017.

O Manifesto dos Educadores Mais uma vez convocados (Manifesto ao povo e ao governo) In: **Revista brasileira de Estudos Pedagógicos.** vol. XXXI, n. 74 abril-junho, 1959.

PAULA, Maria de Fatima. Cartografia da Educação Superior no Município de Niterói. **Avaliação Revista da Avaliação da Educação Superior.** Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 1, p. 63-88, mar. 2008.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge Luís (Orgs.). **Brasil Republicano: Estado, sociedade civil e cultura política. O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 1a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003, v. 4. P. 15 a 37.

PREFEITURA MINUCIPAL DE NICTHEROY. **Relatório Semestral: Exercício de 1934**. Apresentado ao EXMº SR. Commandante Ary Parreiras Interventor Federal, pelo prefeito da Capital do Estado, Engenheiro Gustavo Lyra da Silva. Niterói: Diário Oficial, 1935. (Original: UFF/ Centro de Memória Fluminense , Coleção CMF).

PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres nos anos dourados**. São Paulo: Contexto, 2014.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação**. SP: Ática, 1990, p.5-57.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

PINHEIRO, Fabrícia Lopes. **O Serviço de Orientação Psicopedagógica da Escola Guatemala: um estudo sobre uma experiência educativa na década de 1950**. 2017. 120 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

RAGO, Elisabeth Juliska. A ruptura do mundo masculino da medicina: médicas brasileiras no século XIX. **Cadernos Pagu** n. 15, 2000: pp. 199-225.

RIZZINI, Irma; SCHUELER, Alessandra Frota Martinez. Entre o mundo da casa e o espaço público: um plebiscito sobre a educação da mulher (Rio de Janeiro, 1906). **Revista de História e Historiografia da Educação.** Curitiba, v. 2, n. 4, p. 122-146, janeiro/abril, 2018.

_____. Escola primária no estado do Rio de Janeiro: expansão e transformações (1930 a 1954). Revista Educação Pública, v. 23, n. 54, set.\dez. 2014, p. 877-896.

RESENDE, Beatriz. Rio de Janeiro, cidade de modernismos. PECHMAN, Robert M. **Olhares sobre a cidade.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1994, p. 121-133.

Relatório do Ministério da Educação, apresentado pelo Inep, ao Bureau International d'Education In: **Revista brasileira de Estudos Pedagógicos.** vol. XXXI, n. 74 abril-junho, 1959.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE Peter (org.). **A escrita da História: Novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 65-98.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: autores Associados, 2008.

_____. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileira. **Revista Brasileira de Educação**.v.14,n.40, p. 143-155,jan./abr.2009.

SOUZA, Rosa Fátima. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: (ensino primário e secundário no Brasil)** São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, Carla Zottolo Villanova. **No mundo das normalistas: as representações da futura professora nas páginas das revistas *Instituto* e *Normalista* (1941-1953)**. 2007. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SILVA, Luciano Faria. **Desigualdade social e educação**: **ascensão das classes populares à escola pública.** In: ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 6.,Vitória-ES. Universidade Federal do Espírito Santo, 2012.

SILVA, Luciano Faria. **O sucesso escolar na visão dos alunos**: Um estudo no Instituto de Educação Clélia Nanci. Niterói, 2013.64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação) Curso de Pós-graduação em Docência e Educação Básica – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

SILVA, Leda Marina Santos da. **Alfabetização e letramento : fios que tecem a leitura e a escrita no cotidiano da Escola Beta / Leda Marina Santos da Silva**. 2004. 129 f. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade. – Rio de Janeiro : PUC, Departamento de Educação.

SILVA, Elisabeth Murilho. **Os árbitros da elegância: o comportamento feminino a partir das colunas sociais no Brasil dos anos dourados**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes, Cultura e Linguagens Instituto de Artes e Design :: UFJF. NAVA , v. 2 : n. 1 julho/ dezembro, 2016 p. 105-117.

SOUZA, José Antônio Soares. **Da Vila Real da Praia Grande à Cidade Imperial de Niterói.** 2ed. Niterói, RJ: Fundação Niteroiense de Arte, 1993.

TANURI, Leonor Maria. **História da formação de professores**. Revista brasileira de educação. Mai/jun/ago.2000 nº 14.

VILLELA, Heloisa de O.S. O mestre-escola e a professora In: LOPES, Maria Teixeira; FILHO, Luciano Mendes de Faria; CYNTHIA, Greive Veiga. (orgs.) **500 anos de educação no Brasil**. 3.ed. 1reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 95-134.

_____. Normalistas histéricas, professoras comportadas: a construção das representações sobre a profissionalização da docência feminina no século XIX. **DIMENSÕES**. v. 23, 2009.

WEHRS, Carlos. **Niterói Cidade Sorriso: história de um lugar.** Rio de Janeiro, 1984.

_____. **Capítulos da Memória Niteroiense.** 3ed**.** Rio de Janeiro: Carlos Wehrs, 2013.
TELES. Norma. Escritora, Escritas, Escrituras. In: In: PRIORES, Del Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

TEIXEIRA, Anísio. Entrevista. In: **Revista brasileira de Estudos Pedagógicos.** vol. XXXI, n. 74 abril-junho, 1959, p. 158-161. BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Estudos socioeconômicos dos municípios do Estado do Rio de Janeiro**: Niterói. Rio de Janeiro, 2011.

XAVIER, Libânia Nacif. Oscilações do público e do privado na história da educação brasileira. . **Revista Brasileira de História da Educação** n. 5 jan\jun. 2003.

_____. A Construção social e histórica da profissão docente: Uma síntese necessária. **Revista Brasileira de Educação**. v. 19 n. 59, outubro/dezembro 2014.

PERIÓDICOS

O FLUMINENSE. Niterói, 1950, 17 de janeiro. Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

O FLUMINENSE. Niterói, 1950, 8 de fevereiro. Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

O FLUMINENSE. Niterói, 1951, 11 de outubro. Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

O FLUMINENSE. Niterói, 1951, 16 de outubro. Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

O FLUMINENSE. Niterói, 1951, 17 de outubro. Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

O FLUMINENSE. Niterói, 1951, 26 de setembro. Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

O FLUMINENSE. Niterói, 1952, 11 de março. Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

O FLUMINENSE. Niterói, 1952, 24 de agosto. Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

O FLUMINENSE. Niterói, 1952, 14 de dezembro. Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

O FLUMINENSE. Niterói, 1953, 25 de dezembro. Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

O FLUMINENSE. Niterói, 1954, 21 de março. Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

O FLUMINENSE. Niterói, 1954, 12 de setembro. Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

O FLUMINENSE. Niterói, 1955, 08 de março. Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

O FLUMINENSE. Niterói, 1955, 17 de abril. Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

O FLUMINENSE. Niterói, 1956, 31 de janeiro. Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

O FLUMINENSE. Niterói, 1956, 23 de janeiro. Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

O FLUMINENSE. Niterói, 1956, 18 de março. Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

O FLUMINENSE. Niterói, 1956, 29 de março. Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

O FLUMINENSE. Niterói, 1956, 27 de abril. Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

O FLUMINENSE. Niterói, 1956, 28 de julho. Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.
O FLUMINENSE. Niterói, 1956, 11 de outubro. Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.
O FLUMINENSE. Niterói, 1956, 09 de dezembro. Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

O FLUMINENSE. Niterói, 1956, 18 de dezembro. Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

O FLUMINENSE. Niterói, 1956, 18 de novembro. Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

O FLUMINENSE. Niterói, 1956, 25 de novembro. Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

O FLUMINENSE. Niterói, 1956, 31 de dezembro. Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

O FLUMINENSE. Niterói, 1957, 24 de abril. Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

O FLUMINENSE. Niterói, 1957, 30 de abril. Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

O FLUMINENSE. Niterói, 1957, 08 de maio. Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

O FLUMINENSE. Niterói, 1957, 02 de julho. Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

O FLUMINENSE. Niterói, 1957, 10 de julho. Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.
O FLUMINENSE. Niterói, 1957, 16 de julho. Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

O FLUMINENSE. Niterói, 1957, 06 de agosto. Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

O FLUMINENSE. Niterói, 1957, 3 de outubro. Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

O FLUMINENSE. Niterói, 1957, 22 de outubro. Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

O FLUMINENSE. Niterói, 1957, 29 de outubro. Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

O FLUMINENSE. Niterói, 1959, 22 de novembro. Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

O FLUMINENSE. Niterói, 2011, 07 de junho. Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

O FLUMINENSE. Niterói, 2013, 13 de julho. Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

O FLUMINENSE ONLINE. **Jornalismo presente em três séculos de Brasil. Disponível em**: <https://www.ofluminense.com.br/pt-br/cidades/jornalismo-presente-em-tr%C3%AAs-s%C3%A9culos-de-brasil > Acessado em: 16/01/219.

O FLUMINENSE ONLINE. **As Anormalistas**. Disponível em: <https://www.ofluminense.com.br/pt-br/cultura/anormalistas> acessado em 14/12/2019

O CRUZEIRO. 19 de novembro de 1949, Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

O CRUZEIRO. 10 de dezembro de 1960, Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

O CRUZEIRO. 17 de janeiro de 1960, Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

O CRUZEIRO. 18 de novembro de 1961, Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

JORNAL O GLOBO ONLINE. **Saiba onde encontrar o Curso Normal médio em algumas capitais do país**. Disponível em: <http://redeglobo.globo.com/globoeducacao/noticia/2011/05/saiba-onde-encontrar-o-curso-normal-medio-em-algumas-capitais-do-pais.html.> Acessado em: 02/03/2019

SITES CONSULTADOS

http://classicalbuses.blogspot.com/

http://camaraniteroi.rj.gov.br/site/index.php
https://leismunicipais.com.br/camara/rj/niteroi

http://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/principal

http://www.bibliotecas.uff.br/cemef/

http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/

http://www.arquivonacional.gov.br/br/

https://www.culturaniteroi.com.br/niteroilivros/

http://revistatemalivre.com/tag/fotos-antigas-de-niteroi

http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/AVAP/audiovisual/ernani-do-amaral-peixoto-alzira-vargas-do-amaral-peixoto-e-outros-em-visitas-e-comemoracoes-oficiais-1.

http://classicalbuses.blogspot.com/2020/04/niteroi-av-amaral-peixoto-em-construcao.html.

ANEXO – Representações das normalistas na Revista o Cruzeiro

O último dia de aula

Fonte: Revista *O Cruzeiro*, 10\12/1960, Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

As normalistas em sala de aula

Fonte: Revista *O Cruzeiro*, 1811/1961, Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

Semana da normalista

Fonte: Revista *O Cruzeiro*, 1811/1961, Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional.

O sorriso da normalista

(Fonte: Revista *O Cruzeiro*, 2210/1949, Hemeroteca Digital/ Acervo Biblioteca Nacional).